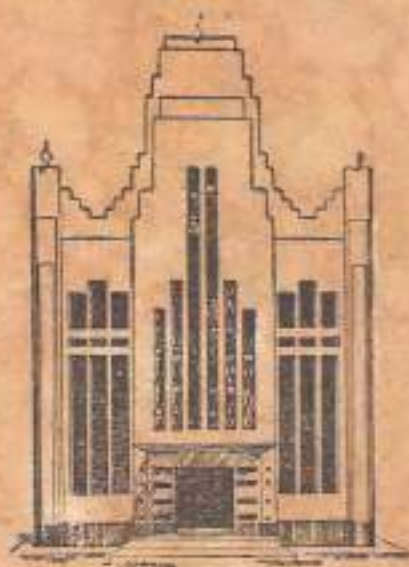


REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe



N.º 20

—

1949

—

1951

—

Vol. XV

REVISTA

DO

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE

RUA ITABAIANINHA, 41

DIRETOR RESPONSÁVEL

SERGIPE

EPIFÂNIO DA FONSECA DÓRIA

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE

RUA ITABAIANINHA, 41

SERGIPE

DIRETORIA E COMISSÕES PERMANENTES DE

1949 — 1951

Presidente — Dr. João Batista Perez Garcia Moreno

1.º Vice-Presidente — Dr. Félte Bezerra

2.º Vice-Presidente — Dr. Fernando de Figueiredo Porto

Secretário Geral — Eplânio da Fonseca Dória

1.º Secretário — Prof. José Hermenegildo Cruz

2.º Secretário — Profa. Maria da Conceição Melo Costa

Orador — Prof. José Augusto da Rocha Lima

Tesoureiro — Contadores Antônio Soares Santana e Amintas A. Garcez

Comissão de Fazenda e Orçamento: Irineu Marques de Oliveira, Prof. Benedito Oliveira e Coronel Francisco de Souza Porto (Os dois últimos reeleitos).

Comissão de História: Jornalista João Alves Bezerra, Dr. Manuel Ribeiro e Dr. Gonzalo Roemberg Leite (Os dois últimos reeleitos).

Comissão de Geografia: Dr. João de Araujo Monteiro, Prof. Napoleão Agêlto de Oliveira Dória e Dr. Severino Pessoa Uchoa (Reeleito).

Comissão de Manuscritos e Autógrafos: Prof. Acrísio Cruz, Dr. João de Seixas Dória e Dr. João Maynard Barreto. (Reeleitos).

Comissão de Admissão de Sócios: Dr. Lauro Dantas Hora, Major Nicimar Ribeiro Nunes e Armando Barreto. (Reeleitos).

Comissão de Revista: José Apóstolo de Oliveira Neto e Prof. José Amado do Nascimento. (Reeleitos) e Monsenhor Carlos Camélio Costa.

REPRESENTAÇÃO DA PROVÍNCIA DE SERGIPE D'EL REI NO PARLAMENTO NACIONAL

1823 — 1889

Pelo Pe. Aurélio Vasconcelos de Almeida

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE E LEGISLATIVA — 1823

Pelo decreto de 8 de julho de 1820, D. João VI elevava Sergipe, de capitania de segunda classe governada por um capitão-mór trienal, à categoria de capitania geral que deveria ser administrada por um governador com honras de capitão general, totalmente isenta de qualquer jurisdição do governador capitão general da Bahia.

Das 17 capitanias existentes no Brasil, em começos do século 19, eram, diz Pereira da Silva, "dez, por mais importantes, denominadas gerais e sete consideradas subalternas. Tinha cada uma delas um governador com funções próprias e regimento particular. Os das primeiras possuíam o título de capitães-generais... As sete capitanias subalternas prestavam subordinação, em alguns casos aos capitães-generais das da primeira classe. "Martins Junior acrescenta: "Dos regimentos particulares de 1609 e 1669 se verifica que os direitos e poderes dos capitães-móres eram muito menos importantes que os dos governadores. De resto era isso uma consequência natural da sua inferioridade hierárquica. A este respeito basta observar que não podiam os capitães-móres conceder

sesmarias, intrometer-se na administração da fazenda, etc. e, por outro lado, só interinamente podiam prover os empregos de justiça, fazenda ou guerra, resumindo-se quasi suas funções à inspecção das tropas e fortalezas e à protecção às autoridades civis, financeiras e judiciárias."

Entre essas capitanias subalterna enumerava-se, então, a de Sergipe, que pertencia à corôa, mas que, desde 8 de julho de 1820, ficara "independente totalmente para que os governadores dela a governem na forma praticada nas mais capitanias independentes, communicando-se directamente com as secretarias de Estado competentes e podendo conceder sesmarias".

A revolução de 10 de fevereiro de 1821 da Bahia "para jurar-se a constituição que fizessem as côrtes em Portugal e interinamente a de Espanha, da mesma maneira que foi adotada em Lisboa", aderiram os filhos de Sergipe, que também queriam ver "a soberana vontade de S. Magestade El-Rei, nosso Senhor" limitada por uma carta constitucional. Empenharam-se os sergipanos para proclamar e jurar a constituição e o fizeram em Santo Amaro das Brotas e na Estância, antes da chegada do Brigadeiro Burlamaqui a Sergipe, como seu primeiro governador que, "para sufocar o grito da constituição", logo em seguida à posse do governo da província, "no dia 20 de Fevereiro de 1821 e no momento mesmo em que acabou aquele ato, fez publicar a toque de cornetas nas ruas da cidade (S. Cristovam) uma ordenação determinando que o falar na constituição era um crime e toda a pessoa que nêle incorresse seria presa e processada, fato êste que incutiu um pânico em todos os animos a tal ponto que só em segredo se falava na constituição", depõe José Pinto de Carvalho.

Enfrentando o absolutismo, venceram-no os sergipanos em sua província, mas foram victimas de um liberalismo inconsequente. Disse-o, a 31 de julho de 1831, na Câmara dos Deputados, Fernandes da Silveira: "Em 1821, proclamou-se a constituição na Bahia e porque o governo de Sergipe, que era o coronel Burlamaqui, o não quisesse fazer sem ordem do Rio, insinuou-se a resistência

e o governador da Bahia mandou uma força auxiliar e quando se esperava que, proclamada a constituição, ali se escolhesse a governança, foi quando o governo da Bahia, que obra sempre de má fé, declarou que a independência era nula e que Sergipe continuava a fazer parte da Bahia”.

Esse gesto impolítico da “junta provisional do governo da província da Bahia”, fôra uma decepção amarga para os filhos de Sergipe liberal, que aderindo à causa da constituição, tiveram anulada a vigência do decreto de 8 de julho. Unindo-se eles aos constitucionalistas bahianos, tinham em vistas a derrubada do absolutismo régio, sem prejuízo, porém, como era de esperar-se, da independência integral de sua província.

As côrtes de Lisboa, ardilosamente, aprovaram essa medida arbitrária tomada pela junta do governo provisório da Bahia, como se depreende dessa resposta de 18 de julho de 1821: “As côrtes gerais e extraordinárias da nação portuguesa sendo-lhes presente o officio da junta provincial do governo da província da Bahia, datado em 22 de maio do corrente anno, em que se expõe a resolução da sua sujeição immediata ao governo estabelecido em Lisboa e se relatam as medidas extraordinárias, que tem sido necessário adotar, para ir obviando o lastimoso abandono em que se acham todos os ramos da pública administração...; reunido à mesma província da Bahia a comarca de Sergipe de El-Rei e das margens do Rio S. Francisco, por assim convir à sua segurança e às relações comerciais dos habitantes...; tomando as côrtes tudo o referido em consideração, resolveram não só que foi ouvido com muito agrado, e que fica aprovado e sancionado pelo soberano congresso tudo o conteúdo no mencionado officio”...

No mesmo anno da independência do Brasil, o Imperador Pedro I derogando a aprovação de Lisboa no tocante a Sergipe, desaprovoou a attitude estranhavel do governo da Bahia, quando, na carta imperial de 5 de Dezembro de 1822, mandava que o governo dessa província se organisasse de accordo com o decreto de 3 de julho do mesmo anno, excluindo de sua jurisdição administrativa

o território da comarca de Sergipe, pelo que, dizia: excetuando, porém a antiga comarca de Sergipe D'el-Rei, que em virtude do decreto de 8 de julho de 1820, se acha constituída em província separada e fica desmembrada da província da Bahia".

Não obstante ter ficado assim reconhecida e confirmada pelo governo nacional a independência de Sergipe e restabelecida a autonomia plena de sua administração, não lhe fôra, contudo, outorgada a prerrogativa de eleger os seus representantes junto a "Assembléia Geral Constituinte e Legislativa" reunida a 3 de maio de 1823 e dissolvida a 12 de novembro desse ano, porque na ocasião do sancionamento do decreto de 3 de junho de 1822 que convocava a referida assembléia e mandava expedir as instruções para as eleições dos deputados constituintes, a província de Sergipe se encontrava esbulhada dos seus direitos políticos, pela violência do governo provisional da Bahia.

Como não tivessem sido modificadas as instruções autorizadas pelo decreto de 3 de junho, antes das eleições nelas previstas, essas se processaram na forma estatuida pela mesma regulamentação que constituia, em cada província do império, além da capital, algumas de suas vilas como cabeças de distritos eleitorais, aos quais compareciam os eleitores para votar, como mais cômodo lhes parecesse.

As cabeças de distritos eleitorais da província de Sergipe, figuravam, então, singularmente incluídas na província da Bahia, de conformidade com artigo X do capítulo II das mencionadas instruções de 19 de junho de 1822, que assim prescrevia:

"Para facilitar as reuniões dos eleitores ficam sendo (só para este efeito) cabeças de distrito os seguintes :

Na Província da Bahia: vila de Porto Seguro, vila de S. Mateus, vila de S. Jorge, vila do Rio das Contas, cidade de S. Salvador, vila de S. Amaro, vila do Itapicurú, vila da Cachoeira, vila da Jacobina, vila de Sergipe, Vila-Nova de Santo António".

Os Sergipanos porém, não se conformaram com a ausência de sua representação na Assembléia Constituinte da nação e recorreram pela camara da capital da provincia, representada por seu procurador, a S. M. Imperial vindicando os seus direitos politicos.

O imperador levando em consideração o recurso interposto, encaminha-o pelo ministro do império e estrangeiros à Assembléia para resolver o assunto, conforme se vê por este officio dirigido ao presidente da mesma: "Ilmo. e Exmo. Sr.

Tendo Vicente José de Mascarenhas enviado pela camara da cidade de S. Cristovam, da provincia de Sergipe d'El-Rei, representando a S. M. o imperador, que não se achando declarado na tabela das instruções sobre a eleição dos deputados da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa deste Império, o número dos que devem ser eleitos por aquella provincia, excedendo todavia a sua população a cento e seis mil almas; era muito necessário que lhe fosse declarado legalmente o número dos deputados por meio dos quais pudesse a referida provincia ter a sua representação na assembléia.

S. M. Imperial me ordena, que remeta a V. Excia., para fazer presente na referida assembléia, o requerimento do mencionado Vicente José de Mascarenhas afim de resolver a este respeito o que julgar conveniente Deus guarde a V. Excia. Palácio do Rio de Janeiro, em 7 de junho de 1823. José Bonifácio de Andrada e Silva. — Sr. José Joaquim Carneiro de Campos".

Submetido o caso às comissões reunidas de Constituição e Estatística, que solicitaram ao governo os mapas de população existentes nas Secretarias de Estado e no Desembargo do Paço, referentes a Sergipe, é lido na sessão de 4 de agosto do mesmo ano, por Araujo Lima, o parecer favoravel das referidas comissões, que mereceu aprovação de plenário. No dia 6 do mesmo mês, o novo presidente da mesa envia a Carneiro de Campos, então ministro

— Palácio do Rio de Janeiro, em 30 de Setembro de 1823. José Joaquim Carneiro de Campos. — Sr. João Severiano Maciel da Costa.

Foi encaminhada a ata da eleição à comissão de poderes, para o devido exame, porém nada mais ficou registrado nos anais sobre o assunto, até a dissolução da assembléia constituinte pelo decreto de 12 de novembro de 1823.

Entretanto, Armindo Guaraná, no seu autorisado "Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano", mencionando o Cônego José Francisco de Menezes Sobral, diz que esse ilustre sacerdote fôra eleito deputado à Assembléia Constituinte do Império, mas que não chegara a tomar parte nela por ter sido dissolvida. A mesma sorte teria cabido ao outro deputado que não consegui identificar, sendo porém certo que a Província de Sergipe não se fizera representar na Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823, apesar de ter obtido autorização legal para tanto, pela mesma Assembléia, e a cuja resolução já se havia antecipado com as eleições de junho. (*)

(*) Já se achava entregue ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe o presente trabalho, quando o meu ilustre amigo, Sr. Epifânio da Fonseca Dória, incansável pesquisador das fontes históricas originaes de Sergipe independente, reiniciando as buscas que, desde ha alguns anos, vinha fazendo no Arquivo Público do Estado a fim de descobrir os nomes dos dois deputados sergipanos eleitos para a Assembléia Constituinte e Legislativa de 1823, viu afinal, coroado de êxito os seus pacientes esforços, no dia 8 de novembro corrente.

O nobre amigo, tão logo identificou os dois primeiros constituintes sergipanos eleitos, mandou-me gentilmente, o resultado de suas pesquisas para que se completasse esta informação histórica, como se segue.

Os documentos do Tribunal da Fazenda da Província de Sergipe mencionam que em 1823 foram subvencionados dois deputados, tocando a cada um deles a importância de 600\$000, a título de ajuda de custas, sem porém declararem os seus nomes.

No registo de Passaportes fornecidos às pessoas que viajaram para fóra da Província em 1823, encontra-se o seguinte:

"91. O Pe. Franc^o. Felis Barreto de Menezes, como Deputado para a Corte do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1823.

"92. O Pe. Je. Franc^o. de Menezes Sobral, como Deputado para a Corte do Rio de Janeiro, em 10 de Outubro de 1823."

Foram, por consequente, sem a mais leve sombra de duvida, o Padre Francisco Felix Barreto de Menezes (que já era falecido em Junho de 1825, segundo diz

do Império a seguinte resolução da Assembléia, para a devida execução:

“Para José Joaquim Carneiro de Campos — Ilmo. e Exmo. Snr.

A Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, aprovando o parecer das comissões reunidas de constituição e estatística, sobre o número de deputados que devem representar a província de Sergipe d’el-Rei como foi requerido, na qualidade de procurador, por Vicente José de Mascarenhas, manda participar ao governo que tem resolvido que a dita província eleja 2 deputados para seus representantes nesta assembléia, visto que pelos mapas estatísticos não consta que o numero de homens livres lhe dê direito a maior representação. O que V. Excia. levará ao conhecimento de S. M. Imperial.

Deus guarde a V. Excia. — Paço da Assembléia, em 5 de Agosto de 1823.

José Ricardo da Costa Aguiar de Andarde

Pelo officio abaixo, porém, conclui-se que o Imperador havia ordenado, mesmo antes de qualquer solução da Assembléia Constituinte e Legislativa, que se procedesse em Sergipe à eleição para seus deputados constituintes, conforme consta dos anais sobre a sessão de 1º de outubro:

“Ilmo. e Exmo. Sr.

Havendo o collegio eleitoral da cidade de S. Cristovam, da província de Sergipe de El-Rei, dirigido à presença de S. M. o Imperador o officio de 19 de Junho do corrente anno, incluindo a acta da eleição e apuração final dos deputados por aquella província à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa deste Império, a que ali se procedeu na forma do decreto de 3 de junho do anno passado e instruções, que o acompanharam, De ordem do mesmo augusto Senhor remeto a V. Excia. o referido officio, para que se sirva leva-lo ao conhecimento da mesma augusta assembléia. D. G. a V. Excia.

O ENSINO PÚBLICO EM ARACAJU

1830 — 1871

JOSÉ CALASANS

Aproxima-se a data centenária da cidade de Aracaju. Temos que vencer apenas cinco anos. Em 1955, sem dúvida alguma, o povo e o governo sergipanos irão rememorar, solenemente, o ato acertado e corajoso de Inácio Joaquim Barbosa. É preciso porém, volto eu a insistir, que nos preparemos, desde já, para a comemoração condigna do grande evento histórico provinciano. É mister estudar, com carinho e critério científico, o passado aracajuano. O estudo da evolução de uma cidade não é tarefa que se possa executar em pequeno lapso de tempo. O assunto é dos que mais exigem trabalho de "equipe", com pesquisas demoradas, sérias, divulgação e interpretação de documentos, ensaios lúcidos, pacientes e honestos, crítica construtiva. Urge, portanto, encarando o caso local, que se comece a fazer, já e já, a obra preparatória indispensável à elaboração da História de Aracaju. Que apareçam — e em grande número — as "monografias aracajuanas". Os exemplos de Fernando Porto e Mário Cabral devem ser imitados. Velhos e moços, que vivem e trabalham na Barbosopolis, bem poderiam ser mobilizados para esta meritória campanha em favor das letras históricas de Sergipe d'el Rei.

A EDUCAÇÃO EM ARACAJU

Necessariamente, haverá na futura História de Aracaju, um capítulo dedicado à educação. Como surgiram e como se desenvolveram as instituições escolares da cidade. Grandes nomes de educadores aracajuanos. Ensino público e de iniciativa particular. Educação e cultura. Movimentos estudantis e experiências pedagógicas. Prédios e aparelhamentos escolares.

Acertos e erros dos nossos homens públicos no campo educacional. O papel da educação religiosa. Fatores que prejudicaram ou retardaram a execução de planos. Ai estão, entre muitas outras, algumas das questões que, provavelmente, serão levantadas e discutidas pelo porvindoiro historiador da cidade. A respeito de um dos aspectos de tão sugestivo material — o ensino público em Aracaju — esbocei um plano e levei avante demoradas pesquisas em 1947. Pretendia, então escrever sobre o assunto uma monografia, chegando mesmo a publicar no "Sergipe-Jornal", os primeiros capítulos do trabalho. Tendo, porém, em setembro do ano acima referido, transferido residência para a cidade do Salvador, não me foi possível continuar no estudo tão interessadamente iniciado. Minhas pesquisas pararam, — praticamente, em 1870, ou seja, no ano que considereei como a data final do segundo período do ensino público em Aracaju. Em consequência, a presente contribuição compreende, apenas a história do ensino público aracajuano durante as duas primeiras fases, isto é, de 1830 a 1870. Dir-se-ia melhor: as origens.

FASES DO ENSINO PÚBLICO EM ARACAJU

Começo por tentar fixar, para melhor sistematização, os limites das diversas fases por que tem passado o ensino público em Aracaju. Julgo lógico admitir, preliminarmente, que as fases devem ser estabelecidas encarando-se uma ou mais realizações ori-

undas do poder público de indiscutível influência no desenvolvimento educacional da cidade. Adotado o critério enunciado, devo principiar pelo reconhecimento de um período anterior ao "17 de março", a dizer, antes da mudança da capital sergipana. O primeiro período, que está compreendido entre 1830 a 1855, a saber, desde quando os habitantes do Santo Antônio do Aracaju pleitearam a criação de uma cadeira de primeiras letras até a data em que o povoado foi elevado à categoria de cidade e aí instalada a sede do governo provincial. A criação de aulas secundárias e de uma cadeira de ensino primário feminino, em abril de 1855, assinala a primeira providência legal visando dotar a recém-criada cidade de uma rede escolar condizente com a nova situação do Aracaju. A Res. 422, de 28 de abril, criando e removendo cadeiras, lançou as bases dos estudos secundários, num plano por assim dizer ideal, de vez que a cidade, surgida da noite p'ro dia, não apresentava, como o tempo se encarregaria de demonstrar, condições propícias ao imediato advento dos estudos do segundo grau. Não tendo sido, como evidentemente não foram, as circunstâncias locais que exigiram as novas unidades escolares e sim o fato novo, político, da mudança da Capital, o início do ensino secundário oficial ocorreria algum tempo depois, ainda que precariamente, o que não impede, todavia, de se determinar o ano de 1855 como data inicial da segunda fase atendendo ao ponto de vista já exposto. Fase de tentativas, avanços e recuos, transigência que se prolongaria até 1871, quando principiou a funcionar o Ateneu Sergipense, na presidência de Francisco José Cardoso Junior, que entregara a Manuel Luiz Azevedo d'Araujo a direção da Instrução Pública, Espírito empreendedor, entusiasta da educação, conhecedor dos seus problemas, Manuel Luiz, desejando revigorar o avelhantado sistema sergipano, procurou fazer da metrópole o ponto central das suas atividades reformistas. A instalação solene do Ateneu Sergipense, criado em Regulamento de 24 de outubro de 1870, a 3 de fevereiro de 1871, com seus cursos de humanidade e normal, com um professorado capaz, merece ser justamente considerado

com o traço mais forte da reforma empreendida e, por conseguinte, de maior ressonância na cidade. Suponho, por isso mesmo, conveniente a escolha do ano de 1871 para demarcar o começo do terceiro período do ensino público em Aracaju. Quarenta anos decorridos, em 1911, o presidente José Rodrigues da Costa Doria, após restaurar as finanças estaduais, encetou, em grande estilo, uma nova e oportuna reforma. Valorizou o ensino de formação do professorado, deu prédio próprio e condigno à Escola Normal, criou os primeiros grupos escolares, mandou vir um técnico paulista (Prof. Carlos da Silveira) para orientar os serviços educacionais, deixando, por tanto, no Estado e, principalmente, na Capital, a marca do seu benemérito governo. A Escola de Comércio "Conselheiro Orlando", a Escola Industrial "Coelho e Campos", as malogradas Faculdades de Direito, Odontologia e Farmácia, o novo edifício do Ateneu, grupos escolares dos bairros, iniciativas que se concretizaram na administração Graco Cardoso (1922-1926) condicionam outra "etapa", na qual a característica positiva é o ensino técnico-profissional. O derradeiro período, contemporâneo, começa com a passagem de Manuel Franco Freire pelo Departamento de Educação, em 1935, na administração Eronides de Carvalho. A Franco Freire deve Aracaju a vinda da "missão carioca", de Vieira Brandão e Tito Pádua, professores, respectivamente, de Canto Orfeônico e Educação Física, que abriu novas perspectivas à escola aracajuana, tornando-a mais alegre e, sobretudo, projetando-a, através de demonstrações públicas, no seio da sociedade, realizando assim ampla obra educacional. O crescimento da matrícula nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário, as aulas primárias municipais o desenvolvimento do ensino de música, as pesquisas psico-pedagógicas da Assistência Técnica do Departamento, uma melhor compreensão das finalidades educativas do Canto Orfeônico, da Educação Física e dos Trabalhos Manuais, eis as tendências mais acentuadas no panorama do ensino oficial em Aracaju, no período atual.

PRIMEIRO PERIODO

A primeira tentativa para o estabelecimento de uma cadeira primária no Aracajú data de 1830. O documento comprovante da assertiva é ata da sessão do Conselho do Governo da Província, realizada em S. Cristovão a sete de maio de 1830. Na referida sessão, presidida por Inácio José Vicente da Fonseca, tomando conhecimento de "três requerimentos dos povos das povoações de Laranjeiras, Pé do Banco e Aracajú relativos à criação das cadeiras de primeiras letras nas mesmas", resolveram os conselheiros, considerando a situação financeira da Província, que, naquele momento, não podiam ser atendidos os pedidos (1).

Cinco anos depois, a Assembléia Provincial vinha ao encontro das aspirações dos habitantes do povoado Santo Antônio do Aracaju, criando, pelo disposto no art. 3, da lei de 5 de março de 1835, uma cadeira do sexo masculino no povoado acima referido(2). A cadeira, como outras criadas pela mesma lei, não chegou a funcionar. Medidas de ordem econômica determinaram sua supressão em 1838 (3). Sergipe atravessava uma dolorosa crise, sendo miserável o estado de suas finanças. Não havia numerário para pagar o funcionalismo. O Governo necessitava até tomar dinheiro a juros em mãos particulares (4). Somente em 1848, com a Res. 234, de 16 de

(1) — Rev. do Inst. Hist. e Geog. de Sergipe — Vol. 12 - pag. 152 - Labora, pois, em equívoco, o historiador Carvalho Lima Junior quando afirma, na *"Memória sobre o Poder Legislativo em Sergipe"*, que o Conselho criou, em janeiro de 1830, cadeiras primárias em Aracaju e Pé do Banco. (Rev. Inst. Hist. e Geog. de Sergipe - Vol. - 8 - pag. 22).

(2) Silva (Clodomir) - in Album de Sergipe - pag. 124. Competindo às Assembléias Provinciais, na conformidade do art. 10, inciso II, do Ato Adicional de 1834 a legislação sobre o ensino primário, apressaram-se os nossos legisladores na feitura da lei de 5 de março, que pode ser considerada nossa primeira lei orgânica da instrução em Sergipe. Baseava-se na lei Geral de 15 de Outubro de 1827.

(3) Res. Provincial n. 6, de 16 de fevereiro de 1838

(4) Sebrão Sebrinho — Monsenhor Silveira. Ag. 1947 — pag. 35.

junho, teria Santo Antônio do Aracaju sua aula de primeiras letras para meninos, percebendo o professor o ordenado de Cr\$300,00 anuais. A cadeira foi provida no ano seguinte. Seu primeiro ocupante, André Candido da Rocha, começou a lecionar a 19 de maio. Encontrou, segundo o Boletim remetido à Inspeção Geral das Aulas, vinte dois alunos de **qualidade parda**, pobres, necessitando todos de material escolar. Nada me foi possível apurar a respeito do professor e da cadeira no decorrer de 50. Em 51, porém, André José entrou francamente no regime de licenças... Pleiteou, primeiro, três meses de licença para tratamento de saúde, **embora sem apresentar atestado médico**, como a lei exigia, porque não havia facultativo no Povoado e os miseráveis vencimento de professor primário não permitiam buscar em um local próximo, alegou o requerente. O Inspetor das Aulas, Dr. Guilherme Pereira Rebelo, sugeriu ao Presidente que atendesse ao suplicante. Em setembro, nova licença. Queria, agora, sair da Província, afim de melhorar seus conhecimentos. Deixaria substituto pago por sua conta. Parece, todavia, que ele não cumpriu o estabelecido por ocasião da licença. Sabedoria sua ou falta de pessoas habilitadas? A verdade é que os meninos do Aracaju ficaram sem mestre-escola. Contra tal situação reclamou, em novembro, cioso dos seus deveres, Manuel Gomes Rodrigues Dantas Inspetor Parcial da Vila do Socorro. A Inspeção Geral das Aulas prometeu providenciar imediatamente. Havia troca de ofícios e a meninada continuou sem aulas em 1852. A cadeira só foi preenchida em 1853. André José pediu e obteve demissão, sendo substituído por João Ribeiro da Cunha, aprovado em concurso e na cadeira provido a 21 de julho (5). Entrou em exercício a 1 de agosto. Lecionaria até 1855, quando foi removido, em abril, para a Missão de Japaratinga.

(5) João Ribeiro da Cunha lecionou primeiro, a partir de 24 de janeiro de 1853, em caráter interino.

SEGUNDO PERÍODO

1855 — 1871

A Resolução 422

A lei provincial 413, de 17 de março de 1855, elevou o povoado Santo Antônio de Aracajú à categoria de cidade e para aí transferiu a capital de Sergipe. Séde do governo principal, Aracaju não podia **continuar limitada a uma única aula de primeiras letras** para meninos. A capital nascente precisava ampliar seu sistema de ensino. Não tardou a ação do poder público. No mês seguinte ao ato da mundança, a Resolução 422 deu nova organização ao ensino oficial da cidade de Aracajú, que passou a contar com duas cadeiras primárias e igual número de secundárias. As cadeiras de primeiras letras, uma masculina e outra feminina, vinham removidas, respectivamente, da cidade de S. Cristóvão e da então vila do Socorro. No concernente aos estudos de humanidades, a Res. citada removia a cadeira de Filosofia do Liceu de S. Cristóvão, então declarado extinto (5A), e criava uma de gramática e lingua latina com o ordenado anual de setecentos mil reis.

A cadeira existente no antigo Povoado, ocupada por João Ribeiro da Cunha, foi supressa e seu proprietário, como já referi, removido para a Missão de Japaratuba(6).

Não era possível, bem consideradas as circunstâncias em que surgiu e se desenvolveu a nova metropole sergipana, cumprir rigorosamente e com presteza as disposições da Resolução 422. A falta de casas e, conseqüentemente, a exorbitância dos alugueis, a

(5-A) O art. 1 da Res. 422, de 28 de abril de 1855, estabelecia: fica extinto o Liceu de S. Cristóvão e seus respectivos lentes terão destino determinado em lei.

(6) João Ribeiro da Cunha conseguiu ficar na Barra dos Coqueiros permutando com Pedro Joaquim Moreira de Vasconcelos, que não era benquisto na localidade.

precariedade das condições higiênicas, o receio das febres palustres, a epidemia do cólera em 1855, uma certa má vontade com o "17 de março", uma generalizada incerteza quanto ao êxito do empreendimento de Inácio Barbosa iriam influir para que, durante alguns anos, Aracaju não passasse de uma cidade meramente oficial. Cidade que os cristovenses procuravam desacreditar por todos os modos, Cidade e capital que êles nem consideravam povoação.

Aracaju não é cidade
Nem também povoação
Tem casinhas de palha
Forradinhas de melão.

Boatejava-se, constantemente, na anulação da transferência. Muita gente alimentava a esperança da volta da Capital mais cedo ou mais tarde, ao ninho antigo. Tais circumstancias criavam um estado de inquietação e de dúvida que iam influir no evoluer da cidade, mui principalmente no primeiro quinquenio, antes da visita do Imperador Pedro II. A presença do monarca valeu, para a grande maioria, uma aprovação final, uma sentença irreversível. Aracaju ficaria mesmo sendo a capital da Província. Entretanto, mesmo depois de 1860, o governo foi forçado a transigir, no campo da educação inclusive, visando o futuro da cidade, ameaçado de várias maneiras.

Transigência habil e necessária que daria em resultado a execução parcelada da lei de 1855, vencidas, paulatinamente as inúmeras dificuldades surgidas.

O ENSINO PRIMÁRIO MASCULINO

Funcionavam em S. Cristóvão, por ocasião da mudança da Capital, duas cadeiras de primeiras letras para meninos, pertencentes ao padre José Antônio Correia e a Antônio Rodrigues de Souza Brindão. A cadeira removida era a última, cujo proprietário esta-

va, desde 1851, com licença para estudar medicina na Bahia, pagando o substituto (7). Em 1855 a aula estava sem substituto, motivo porque Inácio de Souza Valadão transferiu-se de Porto das Redes para a novel Capital(8). Apressou-se Inácio Valadão em dar início ao curso. Cabe-lhe a honra de haver sido o primeiro professor a cumprir os dispositivos da Resolução 422. Sua aula, instalada numa casa do engenheiro Sebastião José Basilio Pirro, começou a funcionar no dia 23 de maio (9). Ensinou, apenas, até começos do ano seguinte, quando foi nomeado para a cadeira de Santa Luzia, após prestar o concurso exigido por lei. (10). Era-lhe vantajosa a nova situação adquirindo cadeira própria, embora tivesse que deixar a capital. Ficou em Santa Luzia até 1857, ano em que, considerada vaga a cadeira de Antônio Rodrigues de Souza Brandão, para ela pleiteou e obteve sua remoção(11).

Não havia mobiliário na aula do professor Valadão, queixava-se êle. O mal, diga-se a bem da verdade, era generalizado. Os relatórios e documentos da época falam, com insistência, na ab-

(7) Filho do prof. José Domingues de Souza Brandão, Antônio Rodrigues nasceu em S. Cristóvão, tendo estudado no Liceu aí existente. Entrou para o magistério primário em janeiro de 1849. Médico em 1856. Clinicou em Aracaju. Era conhecido por Dr. Brandão. Seu nome figura no Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, de Armino Guaraná.

(8) Inácio de Souza Valadão estava como substituto em Porto das Redes desde 13 de dezembro de 1854. Veiu para Aracaju, segundo informa Guilherme Pereira Rabelo, a 16 de maio de 1855, em consequência da supressão da sua cadeira. Era pai do poeta Jason Valadão. Morreu no Rio.

(9) Lê-se no "Correio Sergipense", 26-5-1855, que a casa do Eng. Pirro ficava nos confins da Tesouraria Geral, ou seja na então rua da Aurora.

(10) Nomeação a 7 de abril de 1856. A cadeira estava vaga devido ao falecimento do seu titular, Rufino José da Costa, ocorrido em dezembro de 1855.

(11) Durante o tempo que Valadão esteve em Santa Luzia, a cadeira de Aracaju foi regida pelos professores Justino José Ferreira e Antônio Gonçalves Barroso. Ambos suspensos, por sinal Justino, acusado da falta de cumprimento de dever e insubordinação, por dois meses. Barroso, em fevereiro de 57, por oito dias.

solta carência de material escolar. Na capital e, sobretudo, no interior da Província. As precárias condições das cadeiras do Aracaju, deixam bem claro o que deveria ocorrer no resto de Sergipe. Nem havia assentos para todos os alunos nas aulas da Capital. Estão num Relatório da Inspeção Geral das aulas estas palavras que bem traduzem o ambiente escolar: "encontrei (refere-se à aula do Prof. Valadão) 39 alunos, sendo de lamentar que muitos deles nem ao menos tivessem assentos, pois os que haviam eram inferiores a aquele número, assim como nenhum outro móvel além de uma mesa do Professor ali existia, de forma que se torna vergonhosa uma aula principalmente na capital tão mal servida de mobília". Sabe-se mais que em alguns lugares, como no alto do Santo Antônio, os particulares emprestavam utensílios para a classe, frequentada por alunos "nimiamente indigentes". Falta de livros, papéis, traslados. Os pedidos de material enchem os pacotes onde estão guardados, no Arquivo Público do Estado, os documentos relativos à instrução. E o que é bem pior nem sempre atendidos. Aspectos tristes do problema educacional. Ontem e também hoje. A precariedade das rendas prejudicando o desenvolvimento da Educação em Sergipe e no Brasil(12).

Aulas duas vezes por dia. De acordo com a lei provincial de 1858, os alunos estudavam Leitura e caligrafia. Gramática da língua nacional teoria e prática de aritmética até regra de três. Noções de geometria plana, Moral e doutrina cristã, Sistema de juro e me-

(12) É interessante conhecer um dos pedidos formulados, em 1857, pelo regente da cadeira.

4 bancos a 2.000

4 carteiras a 15.000

25 caixilhos em vidro para traslados 5.000

1 mesa para professor 10.000

1 cadeira 4.000

20 tinteiros a \$240.

1 quadro de vidro para a imagem da Santíssima Virgem 4.000

didás do Império. O livro de leitura, a princípio, era o de Simão de Nântua, substituindo, em 1867, pelos livros de Abilio Cesar Borges, "obra tão concisa e adaptada à fraca inteligência dos meninos", no conceito do Dr. José João de Araujo Lima, Inspetor Geral das aulas.

A cadeira de primeiras letras para meninos não provou grande eficiência, embora sejam unânimes as informações a respeito da capacidade e do interesse do professor Inácio de Souza Valadão. Mais de uma vez, tive oportunidade de deparar referências à falta de conhecimentos dos meninos, culminando com a impressão pessoal de Pedro II, por ocasião da visita feita à referida aula em 1860. Única cadeira pública masculina situada no perímetro urbano até 1868, sua matrícula foi sempre elevada, fator que, indiscutivelmente, influiu para o pouco rendimento escolar (13). Matrícula elevada, falta de mobiliário, salas impróprias pequenas e quentes, contra as quais reclamam constantemente, e sem remédio, Inácio Valadão e autoridades escolares, são elementos positivos para que se conheçam as causas da precária situação do ensino primário em Aracaju. Acrescenta-se, ainda, o estado de saúde do professor. Pelos frequentes pedidos de licenças, se verdadeiros, os atestados apresentados, parece que Inácio Valadão era um homem doente. Doente e inquieto. Um desajustado, possivelmente. Pensando sempre em viagens, em estudos fora da Província.(14)

(13) A matrícula no período 1857 — 1865 apresenta os seguintes números,

1857 — 25 alunos

1858 — 73 alunos

1860 — 75 alunos

1862 — 84 Alunos

1863 — 60 Alunos

1865 — 51 Alunos

(14) Queria, em 1862, estudar Farmácia. Obteve licença, porém não foi fazer o curso. Em 1864, atacado de moléstia contagiosa, passou quase todo o ano de licença. Nesta época, foi substituído por Manuel Dias Ferreira Lima. Por ocasião da criação do Ateneu, Valadão esteve na Bahia aprendendo métodos de ensino.

As repetidas licenças concorreriam, sem dúvida alguma, para prejudicar a eficiência do curso. Depois de 1862, começa sua matrícula a diminuir. Além dos motivos apontados, as aulas particulares da capital devem ter atraído bom contingente de alunos. Os que tinham algum recurso iam estudar com o padre João Ponciano dos Santos e Geminiano Paes de Azevêdo (15). É interessante observar, por volta de 1865, o florescimento do ensino particular na Província de Sergipe d'el Rei. No Relatório de 1867, o Dr. José João de Araujo Lima, Inspetor Geral das Aulas, chamava a atenção do Presidente para o fato que se estava passando, indagando se o prestígio do ensino particular era resultante do pequeno número de escolas públicas ou da má regência dos mesmos. Professores públicos pessimamente remunerados não podiam exercer bem o nobre mistér do magistério. Creio que estaríamos certos aceitando as duas causas: poucas aulas; deficiência dos mestres.

Em 1868, Aracaju teve sua segunda cadeira para meninos. Procurava o governo atender às necessidades de uma capital que, afinal de contas, apesar dos pesares, estava profundamente diferente daquela "soi disant" cidade de que falava, em 1857, Avelar Brotero, Presidente da Província. Crescera a população e os meninos precisavam de novas cadeiras. Meninos e meninas. Por isso mesmo, duas novas aulas apareceram, com a Lei 787, de 24 de março de 1878. Apareceram vários candidatos para a regência da cadeira primária masculina. Um deles, Justino José Ferreira, de Santo Amaro. Outro, José dos Santos Bomfim, do Lagarto, indicado pelo Inspetor Geral das Aulas. Um terceiro, de Simão Dias, José Joaquim de Oliveira, o escolhido. Apresentou-se a 9 de agosto. Por falta de casa, deixou de iniciar logo e logo seus trabalhos letivos. Somente em outubro abriu sua aula, na Praça do Palácio, donde

(15) A aula do padre João Ponciano, em 1863, contava 33 alunos e a do prof. Geminiano Paes, em 1865, com 39. Havia, ainda, outras.

saiu, em 1870, indo para uma casa à rua Conceição, pertencente a Jacinto Aprigio Cassador (sic) (16).

Apreciável frequência, dentro de pouco tempo, maior do que a da classe de Inácio Valadão, fato que parece confirmar as notícias relativas ao seu pouco rendimento. Mais de 60 alunos matriculados em 1870. Frequência elevada que estava a exigir um adjunto da cadeira. Foi nomeado Antônio José Teixeira Fontes, ex-aluno da primeira cadeira. O titular da segunda cadeira faleceu em 1870. Seu adjunto, pleiteou ficar no lugar. Teve a pretensão frustrada, porque o Conselho Literário, considerando que ele ainda não atingira a idade legal, indeferiu-lhe o requerimento. (17). A cadeira passou para Alexandre José Teixeira, removido de Maruim, que entrou em exercício a 26 de setembro de 1870. Neste mesmo ano, a outra cadeira tinha novo ocupante. Nomeado professor de Pedagogia da Escola Normal anexa ao Ateneu Sergipense, Inácio Valadão foi substituído por Isaías Horácio Souza.

No alto do Santo Antônio, fóra do perímetro urbano, foi criada, pela Res. 451, de 3 de setembro de 1856, uma cadeira de ensino primário, percebendo o professor a importância de quatrocentos mil reis por ano. Grande número de candidatos. No dia do concurso, porém apenas Justino José Ferreira. Aprovado e nomeado em março de 1857. Pequena matrícula em 1858: quinze alunos. Aula sem alunos, no ano seguinte. Consequência: supressão de cadeira e remoção do ocupante para Curral de Pedras em 21 julho (17-A). Quando termina o denominado "segundo período do ensino

(16) Rua da Conceição, também Barão, Japaratinga, hoje João Pessoa.

(17) Com o correr do tempo, aulas particulares foram instaladas no Santo Antônio. Ana Maria de S. José Paes ensinava a 12 alunos em 1863 e Maria Joaquina de Oliveira, dois anos depois, a 13. Em 1868, havia uma aula contratada, regida por D. Veridiana da Silva e Oliveira.

público em Arcaju", mantinha a Província duas aulas primárias de quarta classe no Santo Antônio, uma para cada sexo. (18)

Passando, em 1858, o povoado de Barra dos Coqueiros a fazer parte do município de Aracaju, ganhou a capital sergipana as duas cadeiras ali existentes, sendo uma masculina, com 35 alunos e outra feminina, frequentada por 10 meninas, sob a regência de D. Ana Rita Xavier Mainart. (19).

ENSINO FEMININO

Desenvolveu-se muito bem o ensino primário feminino no período que vai de 1855 a 1871. Três cadeiras foram criadas e se mantiveram com boa matrícula e real aproveitamento. A primeira em 1855, a segunda em 1868 e a terceira em 1870 (20). Cadeiras que tiveram, como primeiras ocupantes, respectivamente, Josefa Maria da Trindade, Ana Saturnina de Rezende Mundim e Francisca da Glória Muniz Teles.

A primeira professora primária do Aracaju, D. Josefa Maria da Trindade, removida da Vila do Socorro, somente entrou no exercício das suas funções no ano seguinte ao da mudança da capital (21). A mestra alegou que não encontrava casa onde instalasse sua aula. Os alugueis eram quasi proibitivos. O Presidente Salvador Correia de Sá e Benevides achou razoavel a alegação da professora, resolvendo ajuda-la no pagamento da única casa em

(18) Em 1870, lecionavam José Manuel Esteves e Honorina Amalia de Carvalho, que substituiu Veridiana da Silva Oliveira, removida, em junho do citado ano, para Santa Rosa, município de Itabaiana. A cadeira de meninos passara de contratada à pública em 5 de fevereiro de 1870.

(20) Foram os seguintes os atos que criaram as referidas cadeiras: Res. 422, de 28 de abril de 1855; Lei 787, de 24 de março de 1868 e Res. 857, de 29 de abril de 1870.

(21) Josefa Maria da Trindade fora provida na cadeira do Socorro a 4 de junho de 1851. Casou-se, em Aracaju, a 1 de fevereiro de 1857.

condições de servir para sede da aula. Os cofres provinciais passaram a contribuir com vinte mil reis mensais, metade do aluguel. Aluguel, diga-se, difícil de ser pago por uma professora que percebia seiscentos mil reis por ano, ou sejam, cinquenta mensais. A aula feminina desfrutou sempre alto conceito. A professora adquirira confiança geral das suas alunas, com dois a três anos de estudos, estavam habilitadas, coisa que surpreendia numa Província em que, segundo o depoimento do Inspetor Geral das Aulas, em 1856, "os alunos pela maior parte de 3, 4 e 5 anos, percorrem as escolas para que mal saibam ler, escrever e fazer materialmente algumas operações de aritmética".

Josefa Maria preparava até monitoras para o magistério que saíam habilitadas em leitura, regência gramatical, escrita, doutrina, principios de aritmética. O Inspetor Geral das Aulas dizia, no ano de 1859, que o Presidente da Província deveria visitar a aula feminina de Aracaju para verificar de perto o bom ensino ali difundido. Lá esteve Pedro II e constatou, examinando algumas alunas, a veracidade do que constava a respeito da conceituada educadora. É justo ressaltar que a professora de Aracaju, como também D. Possidonia Maria de Santa Cruz Bragança e algumas outras destacadas figuras do magistério feminino contribuem, relevantemente, para o levantamento do nível de preparo intelectual da mulher sergipana no século passado. Preparo que impressionava homens de valor, como o Dr. Antônio Dias de Pina Junior, que chegou a escrever, em 1870, as significativas expressões que se seguem: "no curto período de exercício no meu cargo, tenho observado que as senhoras que se propõem ao magistério geralmen possuem maior soma de habilitações próprias e especiais do que os homens".

A primeira cadeira feminina, não só por ter sido única durante alguns anos, como também pelo conceito desfrutado, teve sua

matrícula crescente até 1863 (22). A boa impressão que o Imperador tivera da classe bem deve ter influido para sua maior procura a partir de 1860. Observe-se, ainda, numa como afirmação da importancia da primeira cadeira, que a mais frequentada aula particular feminina, da professora Coleta de Araujo Goes, possuía apenas 18 alunos em 1863 (23).

A segunda cadeira, criada como já referi, em 1868, coube a Professoara D. Ana Saturnina de Rezende Mundim, removida de Japarutuba (24). Funcionando numa casa acanhada, sem o mobiliário necessário, a nova cadeira recebeu, somente, vinte discipulas, transferidas da outra classe, que estava com matrícula excedente.

A professora demonstrava tambem conhecimento e dedicação ao ensino. Sua matrícula manteve-se alta.

A terceira cadeira, que surgiu porque as duas outras não atendiam ao número sempre crescente de candidatos ao estudo, foi criada em 1870. Seu provimento, por concurso, deu lugar a sérios aborrecimentos. Criada pela Res. 857, de 29 de abril, a cadeira foi posta em concurso, marcado para 7 de maio. Concorreram D. Francina da Glória Muniz Teles e Matilde Adelaide Guinardes. Foram examinadores: D. Ana Saturnina de Rezende Mundim o vigário José Luiz d'Azevedo, Antônio Diniz Barreto e Joaquim Gonçalves Martins. Obteve o primeiro lugar, D. Francina Muniz Teles. Pina Junior, Inspetor Geral das Aulas, que, juntamente com o Presidente da Província, eng. militar Francesco José Cardoso Junior, assistira às provas, considerou injusto o resultado. Pa-

(22) Eis o quadro da matrícula: 1857 — 13, 1850 — 31, 1860 — 62 e 1863 — 69.

(23) Neste ano, frequentavam as escolas públicas e particulares da Capital, incluindo Santo Antônio, 218 alunos no curso primário e 14 no secundário (apenas na cadeira de Latim, que consegui apurar).

(24) Suponho que houvesse entrado em exercício a 25 de julho de 1868. O documento que vi não é suficientemente claro.

receu-lhe que a banca examinadora era até, em gramática, mais fraca do que as examinandas. Faltava-lhe, pois, autoridade para julgar as concorrentes. Juizes insuficientes, considerou, evidentemente zangado, o Dr. Pina Junior. Criticou em tom áspero, a redação do parecer da comissão, onde havia erros de ortografia e bastarda construção fraseológica". Opinou enviando a documentação relativa ao concurso, que o Presidente nomeasse a segunda colocada, cuja prova de português não tinha um erro sequer. Lavresse a nomeação de D. Francisca da Glória Muniz Teles, foi o despacho do tenente-coronel Cardoso Junior, a 23 de maio. No dia seguinte, Pina Junior solicitou sua demissão do cargo de confiança que exercia. A professora da terceira cadeira, assumiu o exercício a 2 de junho, instalando sua aula numa casa de Antônio Rodrigues dos Cotias.

Em resumo, no ano de 1870, quando se fez a reforma da instrução em Sergipe, três aulas públicas primárias femininas funcionavam na Capital, com três professoras, duas adjuntas e duas alunas mestras, enquanto as cadeiras para meninos estavam servidas por dois professores, dois adjuntos e um aluno mestre.

O COLÉGIO DOS EDUCANDOS

Salvador Correia de Sá e Benevides lançou a ideia da instituição de um Colégio de Educandos na Capital da Província. O legislativo deu corpo à ideia com a Res. 441, de 21 de agosto de 1856. Tratava-se de um estabelecimento oficial destinado a recolher e dar instrução a orfãos desvalidos. Os meninos estudariam primeiras letras e desenho linear, ofícios mecânicos, música instrumental e vocal e as meninas teriam lições de primeiras letras, costura e bordado, música vocal. O Presidente pensou seriamente na execução da iniciativa. O Colégio teria prédio próprio, cuja construção se iniciou. Ficava na rua da Aurora, trecho compreendido entre as ruas de Maruim e Estancia. O Presidente Benevides não chegou a concluir o edificio. Quando deixou o governo,

em abril de 1857, lamentava que não lhe tivesse sido possível acabar as duas obras publicas que maior interesse lhe haviam despertado. A igreja de S. Salvador e o Colégio dos Educandos. Os outros Presidentes não liam pela mesma cartilha relativamente ao Colégio. O prédio provincial destinado ao Colégio foi aproveitado para nele se instalar o Hospital de Caridade, de acôrdo com a letra da Res. 498, de 24 de maio de 1858. Ficara no papel o Colégio dos Educandos.

ENSINO SECUNDÁRIO

A CADEIRA DE FILOSOFIA

A cadeira de Filosofia, removida de S. Cristóvão para Aracaju, era ocupada pelo padre José Gonçalves Barroso. Grande orador sacro e político influente, o vigário Barroso tomara posição de combate, na Assembleia Provincial, contra a mudança da Capital. Sua remoção, talvez portanto, tenha obedecido a motivos de ordem político-partidária. Vigário colado da Freguezia de N. S. da Vitória, desde 1853, o padre Barroso não tinha interesse em deixar a centenária cidade sergipana. No fundo, bem poderia ter alimentado a esperança do retôrno da Capital e não lhe ficaria bem ser dos primeiros a ir se instalar nas praias do Aracaju. Deixou-se, pois, ficar em S. Cristóvão, alegando a dificuldade de encontrar casa apropriada na nova séde do governo. José da Trindade Prado, Barão de Propriá, que sucedera interinamente a Inácio Barbosa, aceitou a justificativa do celebrado tribuno. O mesmo não sucedeu com João Gomes de Melo, Barão de Maruim, que tomou posse a 27 de setembro de 1855. Revogou, a 7 de janeiro do ano seguinte, a permissão concedida pelo seu antecessor. O professor de Filosofia teria de se apresentar dentro de oito dias. O presidente conservador dava ordens peremptorias ao professor liberal. As aulas deveriam começar no dia 21 de janeiro. O padre-mestre respondeu, com certo atrazo, explicando que desejava vir ocupar sua cadeira-

mas não encontrava casa no Aracaju. “Desde o mês passado, escreveu êle, tenho empregado todos os meios, de que posso dispôr, para uma casa decente, ou mesmo de palha e nada tenho podido conseguir”. Sua alegação era verdadeira. Antônio Martins Fontes amigo do padre, buscava, inutilmente, sem olhar preço, uma casa para alugar. O Barão não se deu por satisfeito. Pensou em exonerar o professor de Filosofia. Como estava para chegar o novo Presidente, Salvador Correia de Sá e Benevides, deixou que ele resolvesse o caso. Barroso ficou em S. Cristóvão. Não havia em Aracaju, naquele ano de 1856, com uma população de 415 menores livres, quem concorresse às aulas de Filosofia. Nem a cadeira de Latim foi posta em concurso, nem o Padre José Gonçalves Barroso foi forçado a vir ensinar Filosofia. Simplesmente porque não apareciam candidatos às aulas secundárias. O Presidente Benevides, que ficara conhecedor do caso Barroso através do Relatório do Barão de Maruim, sugeriu aos legisladores provinciais, a conveniência da supressão das cadeiras secundárias da Capital. Silenciou a Assembléia Provincial. Todavia, na sessão legislativa de 1857, o funcionamento da aula de Filosofia esteve em pauta. Pediu-se ao Presidente que explicasse o motivo de continuar em S. Cristóvão o professor da disciplina. Respondendo, reportou-se Benevides ao Relatório do ano anterior em que se informava não haver candidato algum ao estudo da matéria. A situação era a mesma em 1858. Falta de concorrentes em Aracaju, e desnecessidade de conservar a cadeira em S. Cristóvão. Tudo isto e, certamente, um pouco de politicagem levaram o poder público a suprimir, pela Res. 524, de 3 de julho de 1858, a cadeira, ficando o respectivo professor jubilado, com ordenado proporcional ao tempo de serviço. José Gonçalves Barroso foi jubilado com 473\$010 anuais, a 7 de agosto do mesmo ano.

A CADEIRA DE LATIM

Somente em 1857 o governo pensou no preenchimento, por

concurso, da cadeira de Latim, instituída pela Res. 422, de 28 de abril de 1855. Marcado o dia 29 de outubro para realização das provas, não apareceram candidatos. Apresentou-se, logo depois, oferecendo seus serviços, o professor jubilado, Braz Diniz Vilas Boas. Mestre conceituado, o velho Braz Diniz, vindo da Bahia, vivia há muito tempo em Sergipe. Começara regendo, com provisão temporária, a cadeira de gramática latina de Santo Amaro das Brotas, para a qual fez concurso, posteriormente, aprovado **suma laude**, em fevereiro de 1829. Foi, após, Secretário do Governo, jubilando-se em 1837. Jubilado, passara a ensinar latim, em curso particular, na cidade de Laranjeiras, com boa frequência. Tratava-se, pois, de um bom professor, que, além do mais, era pai do então Secretário do Governo, Manuel Diniz Vilas Boas... Seu oferecimento, por tudo isto foi aceito imediatamente. Acertou-se que ele ficaria sem perceber gratificação, aguardando que sobre o assunto se manifestasse o legislativo. Teria, porém, 30\$000 mensais para o pagamento do aluguel de casa. A aula foi aberta e instalada a 24 de novembro de 1857, em uma casa à rua de São Cristóvão (25).

Sete alunos em 1858. Preparados os meninos nos ensinamentos preliminares da língua latina, surgiu uma dificuldade no prosseguimento dos estudos: a falta de livros para tradução. Não havia em Aracaju quem os possuísse. Braz Diniz solicitou ao poder competente que mandasse compra-los em Laranjeiras. Gastou-se a quantia de 40\$200 e o curso foi servido. Bem servido, adiante-se. No fim daquele ano de estudos, rezam os documentos oficiais, dois alunos, José Inácio de Magalhães e Alfredo Rodrigues de Siqueira Montes "revelaram talento superior e notável aproveitamento porque com exercício de quatro a cinco meses de tradução e ainda menos a respeito do segundo no ato de exame mostraram-se pron-

(25) A Res. 505, de 9 de junho de 1858, autoriza o Governo a aceitar definitivamente o oferecimento do Prof. Vilas Boas, com 800\$00 anuais. Teve mais duzentos mil reis para casa, em 1860.

tos em argumentação de todos os preliminares conhecendo praticamente os preceitos d'arte, traduzindo e compondo dextramente, tudo com bôa conduta civil". (26). A matrícula em 1860, subira a 16. O nível da classe não parece contudo o mesmo. Percebe-se, pelo noticiário da imprensa, que S. M. não levava agradável impressão dos alunos de Latim, que o próprio Pedro II arguiria. A aula de gramática latina não estava sendo bem vista naquela época. Alunos e pais, segundo o professor Braz Diniz, não ajudavam o mestre. Diga-se, em bem da verdade, que o ocupante da cadeira dava o máximo de dedicação no sentido do melhor aproveitamento dos discípulos, porém sua idade provecia criava sérios problemas na classe. Um choque de mentalidade. Luta entre um ancião inflexível e os habitantes de uma cidade de transigência. Vivia-se, sustentava o professor, uma época excepcional, porque excepcional era o espírito que dominava uma grande parte dos pais de família em Aracaju. Pais de família que não ajudavam o governo e o mestre, antes até pareciam animar as travessuras da meninada. O velho latinista reclamava várias vezes, pedindo mesmo a intervenção policial para fazer cessar os frequentes desrespeitos dos alunos, cuja desobediência êle supunha "fomentada por mão traidora". Reclamações e queixas que as autoridades levavam à conta de caturrice de velho. Não existia "mão traidora" fomentando desordens. Tudo fruto da velhice. Brincavam os alunos, exaltava-se o ancião e o rendimento era cada vez menor. Depois de 1860, a matrícula girou em tórno de 14 alunos. O remédio seria a jubilação de Braz Diniz. Por sua idade septuagenária, informava o Relatório de 1864, acha-se completamente inabilitado de continuar no exercício daquela cadeira (Latim), que por isto existe como vaga e os alunos que a frequentam entregues completamente ao abandono e

(26) Alfredo Rodrigues de Siqueira Montes, geralmente conhecido por Alfredo Montes, foi um dos maiores professores sergipanos. Nasceu a 1 de janeiro de 1848, no sítio Floresta, na então Vila do Socorro. Tinha 10 anos quando se submeteu ao primeiro exame de Latim. Faleceu em 1906, na cidade do Aracaju.

às suas desenvolturas". Jubilaram-no a 22 de Fevereiro daquele ano.

Agora, pensavam os responsáveis pelos destinos da instrução em Sergipe, o estudo de Latim vai tomar incremento. O novo professor era moço, competente, disciplinador. Tomás Diogo Leopoldo, que ensinara durante mais de 10 anos em Capela, que fora em setembro de 1863 lecionar Latim na então Vila de Propriá, alcançara transferência para a cadeira do Aracaju, entrando em exercício, a 28 de março de 1864. Decepcionante surpresa iria ter o ilustre mestre. A matrícula desceu de 14 para 6 alunos. Em toda a Província, não houve aula de Latim menos frequentada naquele ano (27). Em 65, nova diminuição: 3 alunos apenas. De resto, em toda a Província, as aulas de Latim iam perdendo sua importância, observava o Dr. Angelo Ramos, que até pretendia abolir as cadeiras de língua, de preferência substituídas pelas de Francês. Conservaria, porém, apesar da sua insignificante matrícula, a aula de Latim da Capital, concluía o Presidente em exercício. Guilherme Pereira Rebelo, por seu turno, diante dos precários resultados do ano de 64, declarara que não se aventurava a pedir a supressão da cadeira de Aracaju por causa do seu proprietário, mestre capaz e habil. O francês vencia o latim. Enquanto minguava a aula pública de língua latina, crescia, animadoramente, o curso particular de francês, do professor Gemniano Paes de Azevedo, com 31 alunos em 1865. O Dr. Tomás Diogo Leopoldo, em janeiro de 1867, exonerou-se, sendo a cadeira posta em concurso. Nenhum candidato incrito. O vigário de Aracaju, padre José Luiz de Azevedo, dentro no prazo de inscrição, pleiteou dispensa do concurso. Nada obteve.

Ficou sem provimento a cátedra de Latim durante aquele ano. No ano seguinte, como continuasse vaga, nela quis ficar, na qualidade de substituto, José Leandro Pinto da Costa. O Presidente

(27) Em Laranjeiras, Estância e Itabaiana a matrícula foi, respectivamente, 22, 13 e 10.

achou melhor, porém prove-la, definitivamente, removendo, a 1 de junho, de Laranjeiras para Aracaju, Antonio Diniz Barreto, figura respeitavel, deixou grande e merecida fama de mestre. Frequentaram sua aula, logo no seu primeiro ano de magistério em Aracaju, vinte alunos, numero anteriormente ainda não atingido. Evidentemente, para a boa frequência dos estudos latinos, além do nome do educador, haveria de concorrer o desenvolvimento da cidade (28)

AS CADEIRAS DE FRANCÊS E GEOMETRIA

Aracaju teve aulas publicas de Francês e Geometria em 1868, a cargo de Tito Augusto Souto de Andrade (29). Tito Augusto começara sua atividade magisterial como professor de primeiras letras em Laranjeiras, Alcançou, depois, por concurso, as cadeiras de Filosofia, Geografia e História do Internato existente na referida cidade. Em 1860, supressas as cadeiras citadas, em consequência da Res. 585, de 21 de abril, foi transferido para a regência de Francês e Geometria (30).

Removido para Aracaju, demorou-se, por motivo de saude, a iniciar o curso somente entrando em exercicio a 31 de outubro de 1868. A aula começou a funcionar num dos prédios provinciais à rua S. Salvador, hoje Laranjeiras. A casa era ruim, má situada, muito quente, de precárias condições higiênicas. A classe foi, depois, mudada para a casa residencial do regente, alugada por vinte

(28) Antônio Diniz Barreto entrou em exercicio no dia 3 de junho de 1868. Arranjou alguns dias de licença para ir buscar a família em Itabalama, deixando em seu lugar o Dr. Tomás Diogo Leopoldo. A classe funcionou, primeiramente, à rua de S. Cristóvão. Mudou-se, em outubro de 1869, para a rua do Barão, 25\$000 por mês de aluguel.

(29) A lei que criou as cadeiras tomou o n.º 801, de 17 de abril.

(30) Tito Augusto regia a cadeira de Francês com o ordenado de 800\$000, percebendo uma gratificação de 200\$000 pela de Geometria.

mil reis mensais a Francisco José Martins Pena. Pequena frequência. Talvês por causa da aula particular de Francês por Geminiano Paes Azevedo. (31)

CENTRALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Inácio Barbosa confiara no bom destino dos estudos de segundo grau no Aracaju, que nasciam com as cadeiras de Latim e Filosofia. Projetou, logo, a construção de um edifício para o futuro Ateneu. Contratou a obra com Manuel Zuzarte de Siqueira e Melo, no dia 2 de junho de 1855, por doze contos e quinhentos, para ser construída dentro de 10 meses. O plano morreu com Inácio Barbosa. Não passava, em verdade, de um sonho. Que vantagens teriam os poucos habitantes da cidade nascente com a construção de um Ateneu? O Barão de Maruim julgou melhor suspender os trabalhos iniciados e sugerir ao seu sucessor, Salvador Correia de Sá e Benevides, a conveniência de ser levantada uma Cadeia Pública ao em vez de um estabelecimento de ensino. Havia, como bem lembra Epifanio Doria, mais candidatos à prisão. Em 1855, foram presos 52 criminosos na província, número bem superior ao dos prováveis alunos do projetado Ateneu.... Benevides aceitou a sugestão, alegando que a pequena população da cidade não justificava o levantamento de um prédio para aulas secundárias, mesmo ainda porque já existiam dois internatos em Sergipe, nas cidades da Estância e Laranjeiras. (32)

A criação de um estabelecimento de ensino secundário em Aracaju, ou melhor, o problema da centralização dos estudos de humanidades, preocupou muitíssimo os homens públicos que dirigiram os destinos da nossa terra de 1855 a 1870.

(31) Em 1868, a frequência da aula particular era de 22 rapazes. Também Geminiano Paes ensinava Geografia e História nessa época.

(32) O 1.º Relatório Benevides, 1856, pag. 11.

Os relatórios oficiais, com frequência tratam da questão. Os prós e os contras são expostos e discutidos. Alguns procurando demonstrar que seria melhor extinguir os internatos do interior ou mesmo as aulas secundárias avulsas, fundando-se um Ginásio ou Liceu na Capital. A este grupo esteve filiado, no fim da sua administração, Avelar Brotero, que assim se manifestou, em março de 1859, quando transmitiu o cargo de Presidente a Manuel da Cunha Galvão: "é minha opinião que mais conviria à Província a substituição dos referidos Internatos (Laranjeiras e Estância) por um Liceu ou Internato Central na Capital, no entanto as circunstâncias da mesma Capital e outras considerações têm feito adiar uma medida que julgo benéfica e que ainda agora não será praticavel." Outro Presidente, Joaquim Jacinto Mendonça, pregava em 1862, a mesma doutrina. Tudo esbarrava, todavia, nas terríveis dificuldades financeiras de Sergipe e a deficiência de Aracajú. Dificuldades e deficiência que forneciam argumentos a um outro chefe do governo provincial, Angelo Ramos, para proclamar, em 1866, que a ideia do Liceu era impraticavel, porque ninguém mandaria seus filhos para Aracajú, uma cidade meramente official. Mostrava, como exemplo, a frustrada tentativa particular do Liceu sergipense em 1864 desaparecido, apenas com dois anos de vida. Venceram, felizmente, após longa e ardua luta, os partidários da centralização, com o Ateneu Sergipense, que a reforma de 1870 fundou na capital sergipense.

A QUEDA DOS CINCO GRANDES

PADRE FILADELFO OLIVEIRA

(Do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe)

Winston Churchill. No apogeu da glória caiu fragorosamente, produzindo no mundo a maior surpresa, sendo este acontecimento considerado, por uns, como a maior ingratidão de um povo ao seu salvador e, por outros, como mais uma vitória do grande estadista que viu neste fato o resultado da sua doutrina, a concretização do seu ideal, mesmo contra sua própria pessoa. Foi uma resultante do seu idealismo: a democracia, a liberdade, a vontade popular nas eleições livres.

Ha quedas que são ascensões. Ha derrotas que são vitórias. Churchill não foi derrotado e sim o seu partido. Churchill não morreu moralmente e sim surgiu perante o mundo como martir e vítima do seu idealismo. O seu nome não morrerá nos corações dos povos libertados e entre as nações amantes da liberdade.

Franklin Delano Roosevelt. O homem que assentado governava o mundo, também no apogeu da glória, caiu vítima de uma trombose, resultante de profundo abalo moral e excessiva atividade cerebral, sendo seu desaparecimento considerado um grande vácuo na organização da paz mundial, porque ele era a coluna principal do grande edificio da democracia e a voz possante da liberdade dos povos por amor da qual deu a sua própria vida e a de inúmeros dos seus concidadãos. Ao baixar seu corpo à sepultu-

ra, em Hyde Park, a multidão prorrompeu em pranto, entoando o hino:

“Mais perto de ti eu quero estar, meu Deus”...

Benito Mussolini. Caiu pôdre na praça Loretto em Milão, tendo aos pés Clara Petacci e em redor uma multidão, que amaldiçoava o tirano dos italianos, o algoz dos abissínios, o traidor dos franceses, ao som grasnado de nuvens de corvos aguardava a hora tétrica do banquete, no qual as aves de rapina esvoaçando, fizeram desaparecer da terra os últimos vestígios do monstro.

Hirohito. O Japão, o tradicional país do Sol Nascente, criado segundo a lenda, ha mais de três mil anos, pelos deuses, tambem teve o seu ocaso na grande catástrofe mundial. Os deuses caíram e com eles caiu atônito pela bomba atômica o Hirohito aos pés de Mac-Arthur.

O Imperador não fez o Hara-Kiri como Koizumi, o qual vestido com Kimôno, acendeu as velas aos pés de Budha, abriu o estômago e morreu.

O Imperador Hirohito, filho dos deuses, não morreu e preferiu penitenciar-se do crime de Pearl Harbour, ajoelhando-se aos pés de Mac-Arthur, como Henrique IV em Canossa ajoelhando-se aos pés de Gregório VII.

Hirohito caiu humilhado envolto no negro manto de multiplas crueldades, não contemplando a luz do Sol Nascente, nem recebendo o perfume do País dos crisantemos e das kanangas.

Adolf Hitler. O Maior criminoso de todos os tempos, caiu mais covardemente do que todos os outros, não tendo a coragem de assumir a responsabilidade dos seus crimes morrendo em combate empunhando uma espada como López nos campos de Cerro Corá, nas margens do Aquidabã, ou bebendo veneno, como Himmler, ou cravando no peito um punhal como Néro, ou arrependido, contrito em solitária ilha entregando a alma a Deus, como Napoleão. Fugiu amaldiçoado por Deus e pelos homens, tendo na frente o

estigma de maldito entre os povos. Inimigo rancoroso da raça judaica, Hitler, como o judeu errante, percorrerá o mundo sem descanso, sem lar, sem pousada, ouvindo sempre a maldição dos povos, dos orfãos, das viúvas, das vítimas da tremenda catástrofe, que infelicitou o mundo.

Suicidou-se. E o seu espírito como Ahasvero caminhará pelo mundo ouvindo sempre o grito:

“Caminhai, caminhai!

Termino com as palavras do orador da Oração Fúnebre de Luiz XIV — O Grande: — “Grande... só Deus”.

O ÚLTIMO CAPITÃO-MOR DE ITABAIANA

Professor Sebrão, sobrinho

I

Não foi guarajoara, filho da Velha Lôba, a criadora de Ser-gipe del-Rei. Era vilanovense, napolitano do Baixo San-Francisco, como todos os irmãos. E', que em Vilanova del-Rei do Rio-Real de San-Francisco residiram seus pais, o sargento-mor João Machado de Novais, benfeitor da tenebrosa cadeia pública local, e D. Rosa Maria de Sampaio, filha do capitão Ventura Rabelo Leite (falecido em Penedo a 31-V-1779, e de sua homônima (Rosa Maria de Sampaio), pessoas de alta distinção, beiradeiros do San-Francisco, residentes em Vilanova e em Penedo, oriundas da Comarca das Alagôas, da Capitania de Pernambuco.

Foi êle José Mateus da Graça Leite Sampaio e a si, aos irmãos, genitores, tios, progenitores e mais parentes colaterais fiz já breve estudo (*)

A José Mateus, um felizardo tornado rico de uma noite para o dia, asou-se-lhe ótima oportunidade para demarcar-se acima de todos os seus, cuja etnia lúsi-ameríndia é incontestável.

(*) Vide, do autor, CAPITÃO VENTURA RABELO LEITE, na Revista Genealógica Latina — San-Paulo, núm. 3, ano de 1951, à págs. 39-43.

Em dias de maio de 1782 ainda residia em Vilanova e era solteiro e quarenta e quatro anos depois estava velho, inutilizado, às portas da morte!

Casou-se velho... Três anos depois, faleceu seu tio materno licenciado Ventura Rabelo Leite de Sampaio, rico proprietário em Itabaiana, senhor de várias fazendas, entre as quais o solar sacarínifero do engenho Alagoa do Penha, o mais que bissecular engenho guarajoara, fundado em seguida à reconstrução social e política da Capitania extinta pelos incêndios lúsi-flamengos, pelo coronel Manuel Nunes Coelho, que nele foi sucedido por seu filho coronel Manuel José de Vasconcelos Figueiredo, casado com D. Clara Leite de Sampaio, a qual, viúva e sem descendência, o deixou, por seu falecimento, a seu sobrinho licenciado Ventura Rabelo Leite de Sampaio, que, solteiro, o legou, por seu falecimento, ao sobrinho José Mateus.

Faleceu o licenciado Ventura a 8-III-1785, obrigando ao sobrinho a construção da Igreja, doando-lhe o respectivo patrimônio, padroado que só foi efetuado depois da morte do capitão-mor por sua viúva e testamenteira. Em 1795, dez anos depois, estava construída de maneira suntuosa e em 1801 a dotou com capelão, que sempre teve enquanto viveram ele e sua esposa, falecida a 10-IX-1849.

Em 1787, tornou-se proprietário do engenho Santana, vizinho do Penha e do município de Itabaiana, por compra ao tenente-coronel José Luís Coelho e Campos(*), com sua formosa igreja, que foi instituída pelo fundador dessa propriedade açucareira, o padre Manuel Carneiro de Sá.

Ambas as propriedades eram vastíssimas e delas foram desmembradas outras, que se constituíram em engenhos.

Em Penedo, casou-se com sua prima carnal materna D. Fran-

(*) Bisavô do ministro Coelho e Campos. Vide, do autor, DE RÁBULA A CAPITÃO-MOR, inserto na Rev. Trim. do Inst. Hist. e Geog. de Sergipe, núm. 17, vol. XII, à págs. 131-6.

cisca das Chagas de Jesus, filha de José Antônio Ferreira Costa e D. Ana Maria de Sampaio. Nela houve os filhos seguintes, todos casados quase em vida sua :

a) Padre José Mateus da Graça Leite Sampaio, a caninana da Várzea do Penha, segundo seu irmão capitão Gonçalo Rabelo Leite, seu inimigo figadal; faleceu a 20-11-1855, com descendência.

b) tenente-coronel João Machado de Novais, engenho Maruim de Baixo, casado no engenho Maruim de Cima, Santo Amaro das Brotas, com D. Antônia Eufrásia de Aguiar, filha do coronel João de Aguiar Bôto e D. Ana Jerônima da Silveira(*), e ambos aqueles benfeitores de Maruim e avós maternos de Fausto Cardoso.

c) Capitão Gonçalo Rabelo Leite, o cascavel da Tartaruga, segundo seu digno irmão o padre José Mateus, que contribuiu para seu assassinio, a 6 de agosto de 1852, sendo que fôra casado, em Penedo, com sua prima D. Maria do Patrocínio, filha de José Ferreira Dias, da rua da praia e em quem houve oito filhos, falecendo ela de parto em julho de 1838 no engenho Cágado, Laranjeiras, outro engenho dele. Foi chefe irrequieto do partido liberal no município de Laranjeiras e no de Itabaiana. Era homem violento e demitiu até juiz de Direito. Foi assassinado em vindicta pelos filhos do capitão Cavalcânti, chefiados por André Cavalcânti, casado na família Rolemberg, do engenho Carão.

d) Capitão Tobias Rabelo Leite, engenho San-Bento, Laranjeiras, casado com D. Ana Maria de Lemos, pais do Dr. Tobias Rabelo Leite.

e) D. Margarida Caldeira Leite Sampaio, casada com o brigadeiro João de Aguir Caldeira Bôto, irmão da avó materna de Fausto Cardoso.

f) D. Rita de Cássia Leite Sampaio, casada, depois do falecimento do pai, com seu primo José Ferreira Dias Leite, penedense.

Todos com descendência.

(*) Vide. do autor, TOBIAS BARRETO, O DESCONHECIDO, anexo XIV, à págs. 78-9 - 1.º vol.

Em solteiro, houve êle dois filhos naturais em fâmulos de sua casa, que também foram seus herdeiros :

a) Os filhos de José Marques da Cunha, morador em Taracatu, por haver sido casado com sua falecida filha Joana, filha de Porcina.

b) tenente-coronel Francisco José da Graça Leite Sampaio, filho de Felipa, senhor do engenho Passagem da Jacaracica, Itabaiana, e casado nesse município, em o sítio Terra Vermelha, com D. Ana Francisca de Jesus, Mocinha, filha de Simeão de Sousa Monteiro e D. Inácia Francisca de Jesus, vulgo Inácia Rapôsa, mulher cruel por seus crimes, digna do genro, que se dizia ser de roxo a preto ou de preto a roxo, porque nunca teve medo!...

Foram êsses seus filhos legítimos e naturais, com larga descendência entre nós em outros Estados do Brasil.

Proprietário abastado, por falecimento de João Nepomuceno Regalado Castelo Branco e Loureiro, capitão-mor do 3.º de Ordenanças de Itabaiana, foi José Mateus nomeado para substituí-lo por Patente de 5-IV-1793, a qual se desencaminhou e, por isso, teve êle segunda, de confirmação, a 15-VIII-1805, assinada pelo Governador da Baía D. Francisco da Cunha Menezes, ainda que êle o exercesse, ao referido pôsto, desde aquela primeira época e tanto assim que, atraindo para sua vizinhança, em Itabaiana, a seu irmão mais velho, Manuel de Deus Machado, cidadão casado em Pacatuba em 1782, vendeu-lhe a crédito, em 1801, o engenho Santana, que êsse nunca pagou, e o fez nomear, nesse mesmo ano, sargento-mor das Ordenanças de Itabaiana, pôsto em que se manteve até sua reforma no de capitão-mor entre abril e maio de 1830, depois de falecido o irmão, durante vinte e nove anos de bons serviços, comandando-o por Diversas vezes e nos dias heroicos da Independência foi êle o comandante do Têrço de Itabaiana, dos valentes guarajoaras destacados na Barra da Cotinguiba, em a foz do Sergipe rio-mar, municinando-o e o sustentando a sua custa, quando da proclamação de Pedro I príncipe-regente em opposição

às Côrtes de Portugal, tudo de acordo com seu irmão, a figura central do movimento patriótico em Sergipe.

Amigo e vizinho do brigadeiro Pedro Vieira de Melo, tudo envidou para livra-lo de ser julgado severamente por seus atos ingênuos, mas antipatrióticos e, sendo o sergipano mais notável depois daquele, se fez aclamar presidente da Junta Provisória do Governo por seus conterrâneos, seus terrantês (*terranterreses* é parente de *lápises* e de *alfereses*), instituída patrioticamente ao 1.º-X-1822, data que criou o falso 24 de outubro...

Lutou muito contra os despotismos de Labatut e contra a ambição do brigadeiro José de Barros Pimentel; porém, homem enérgico, plutocrata, auxiliado pela parentela nobre, principalmente pelo irmão e pelo futuro Barão da Cotinguiba, seu primo Bento de Melo Pereira, no vale do San-Francisco, na ribeira da Cotinguiba de Cima, firmou-se no poder e dirigiu a Província até 5-III-1824, quando dela tomou posse o primeiro presidente — pela ordem cronológica — o brigadeiro Manuel Fernandes da Silveira, nomeado por Carta imperial de 23 de novembro anterior.

Foi o instituidor do nepotismo entre nós e seus parentes ainda hoje são espertos seguidores de seu invento e isso já eu o ventilei em trabalho anterior(*)

Beiradeiro, de Alagoas e de Pernambuco, dos sertões, atraía para o município de Itabaiana e até para a Cotinguiba homens valentões e criminosos e seus filhos, o capitão Gonçalo e tenente-coronel Graça, lhe seguiram o exemplo de proteccionismo ao cangaço, ao assassinio, que ficava impune: Tenórios, Cavalcântis e Albuquerque com seus caibras, quase todos de Buíque, Pernambuco, do Tacaratu famoso.

Epiléptico, como seus antepassados, quando se enraivecia, era terrível. Mais poderoso do que seu avoengo José Rabelo Leite, na-

(*) Vide, do autor, *MONSENHOR SILVEIRA*, à págs. 23. Seu irmão, o capitão-mor Manuel de Deus, que também dirigiu a Província e por quatro vezes, sem ter favores iguais, foi outro potentado feudal.

da tinha que temer, fazia o que queria, era senhor da Capitania e triste do pobre que o contrariasse!

Derrubou-o do poder o presidente Silveira e êle, que antes a oferecera a D. Pedro I, a Igreja do Penha afim dêsse dar-lhe um vinculo brazonado, o que não foi possível, então, em 1824, a ofereceu para Matriz da pretendida paróquia de Laranjeiras, o que não foi aceito. Teimoso, concluiu a Igreja do Coração de Jesus da Continguiaba, nas Laranjeiras, para que servisse de Matriz e igualmente tentou a criação da Vila nas terras da Comendaroba, o secular engenho de Itabaiana. Tudo debalde, mas Laranjeiras lhe deve muito.

Doando um conto de reis à primitiva Matriz, de Santo Antônio do Urubu de Baixo, depois Propriá, foi seu benfeitor. Sabia gastar como um grande senhor!

À frente da administração pública, coube-lhe assistir às eleições de deputados à Assembleia Constituinte e nelas foram eleitos os padres José Francisco de Meneses Sobral e Francisco Félix Barreto de Meneses (falecido logo depois), mas não tomaram assento na Câmara temporária, porque o Imperador a dissolveu, em nome da Liberdade, pelo violento Ato de 12-XI-1823.

Extinta a Constituinte, procedida a eleição de deputados gerais para o quadriênio de 1826-29, foram eleitos êle e o bacharel José Nunes Barbosa de Madureira, proprietário do engenho Cafuz, nas Laranjeiras.

Porém o capitão-mor já era valetudinário e estava seriamente doente, motivo por que não foi à Côrte, sendo convocado seu suplente para substituí-lo, o coronel José de Barros Pimentel, então residente em Salvador, na Baía de Todos os Santos, o qual só tomou parte nas sessões de 1828 em diante, quando êle, o capitão-mor de Itabaiana, nada aspirava mais da vida que o descanso a suas dores físicas. (vide anexo).

Como o irmão, era agraciado com muitas comendas honoríficas. Espírito religioso, fez seu testamento a 20 de agosto de 1828 em sua residência no engenho de Nossa Senhora da Concei-

ção do Penha, servindo de testemunhas seus amigos íntimos Cris-tóvam Pereira de Resendes, Domingos Pereira Sarmento, José Pereira Lavre, João Batista de Vasconcelos, Manuel Prudente Franco, Francisco José da Costa e Bernardino José Pinheiro. Aprovou-o nesse mesmo dia, cerrando-o o tabelião de Itabaiana José Teixeira Lôbo, perante as testemunhas capitão José Antônio Ferreira Costa, o alferes José Antônio de Moraes, Domingos Pereira Sarmento, João Batista, de Vasconcelos, José Joaquim Correia Viana, João Rabelo de Magalhães e Vasconcelos e João Correia Viana, todos residentes no termo da Vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana.

Não resistindo mais aos próprios padecimentos, faleceu o capitão-mor a 26-I-1829, sendo seu testamento aberto no dia seguinte pelo pároco padre Leandro Pinto da Costa (*), sepultando-se simplesmente como pedira, envolto no hábito de Nossa Senhora do Carmo e no esquife dessa irmandade, caixão geral, sem nenhum ornato, encomendado só pelo pároco. Foi sepultado na capela-mor, no adro da Igreja, ao pé da Santa Cruz, graça que lhe fôra concedida em vida por provisão eclesiástica.

Dizia o povo supersticioso daquela época e de muito tempo depois, o povo que inveja a grandeza do rico e lhe não perdoa a superioridade social, de que, de vez em quando, esturrava o capitão-mor do fundo de sua cova, arrependido de seus pecados, dos caibras dos Tenórios, dos Cavalcântis, dos Albuquerque, que êle fizera vir dos sertões pernambucanos, infestando o município de Itabaiana e parte da Cotinguiba de Baixo, com essa gente tigrina, que devia estacionar na margem esquerda do íncola Parapetinga cacografado por Barloeus em Parapitinga), contração de Parapapetinga, o caminho de água branca, porém que veio ensopar de sangue o município celeiro do Estado, graças à impunidade dos

(*) O termo de abertura do testamento pelo Juízo foi feito a 4-V-1829, na Vila de Santo Amaro das Brotas, na casa da cposentadoria do dr. Tio Alexandre Cardoso de Melo, Ouvidor Geral, Corregedor e Provedor da Comarca de Sergipe.

transgressores da lei protegidos pelos senhores de pendão e caldeira, manejadores da Justiça, cujo único autor seguido, na jurisprudência da bagaceira, era o bacamarte boca-de-sino. Felizmente que a terra **papa-cebola**, como à Velha Loba chamam irônicamente ignorantes e invejosos, não mais conta integrado a seu município o estrumo de serras-abaixo com que se arquitetava a tocaia e se lhe conferia lugar demarcado na estatística da criminologia em Sergipe.

Confrade da Irmandade das Santas Almas do Fogo do Purgatório de Itabaiana, ainda hoje subsistente e atualmente a mais antiga sociedade religiosa do Brasil (fundada em 1655), que os bons espíritos guarajoaras se amerceiem dele e dos seus, inspirando a seus descendentes melhores propósitos cristãos de amor ao próximo, cientificando-os de que os tempos atuais diferem dos antigos.

Foi ele o último capitão-mor de Itabaiana. Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, foi senhor de baração e cutelo da Velha Loba, a criadora de Sergipe, e não se movia uma pedra nas Minas de Prata do sertanista avoengo Melchior Dias Moreia sem o consentimento de José Mateus, senhor feudal dos pagos das alterosas sergipenses. Foi nobre, foi fidalgo, demandou e procurou vencer, nunca recuando. Gastou à larga o que era seu, não se apropriando do alheio, embora protegesse aos filhos, introduzindo o nepotismo em Sergipe. Cavalheiro honesto e desabusado, em vida foi criatura humana com virtudes e defeitos, merecendo nossa veneração e nossa compreensão. Morreu simplesmente, sem a fatuidade costumeira aos ricos. Ocupa um altar no panteão estadual, na seção de Itabaiana, que o tem muito afetivamente como um de seus guarajoaras e ele o merece muito bem.

ANEXO

II

Por Aviso de 28-1-1826 do Ministro do Império ao presidente

da Província Manuel Clemente Cavalcânti de Albuquerque, chamava os deputados gerais eleitos à Côrte.

Em officio núm. 16, de 14 de abril seguinte, respondeu-lhe o Presidente da Província que comunicara, por cópia, aos dois deputados, dr. José Nunes Barbosa Madureira e capitão-mor José Mateus da Graça Leite Sampaio, afim de que, aproveitando-se do do Correio Imperial destinado a fazer escala pelos portos das Capitais do Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Baía, se transportassem à Côrte para tomarem assento de suas cadeiras, sendo que, quanto ao segundo deles, capitão-mor José Mateus, lhe havia dirigido um officio, que o Presidente levava à presença do mesmo Ministro, no qual expunha a impossibilidade em que se achava o senhor do Penha, por causa de sua idade e moléstias habituais, que de dia em dia se engraveciam, de obedecer a imperial ordem e Manuel Clemente concluia por pedir indicação ao mesmo Ministro si deveria ser suprida a falta dêsse deputado por suplente para que haja de ser avisado o primeiro desimpedido na ordem da votação.

Então, o negócio era sério, não era bagunça. Houve exigências de provas por parte do Ministro em Aviso de 20 de junho (1826) e o Presidente da Província, em officio núm. 43, de 6-X-1826 ao mesmo, dizia que o capitão-mor José Mateus, em virtude da comunicação que lhe fizera da Imperial Determinação, lhe dirigira um officio acompanhando duas atestações dos Professores (médicos), que o tem tratado em suas enfermidades, das quais se manifesta não serem elas temporárias e sim perpétuas e, portanto, impossibilitado de ir entrar como deputado por esta Província no exercício de seu lugar.

Eis, porém que o Visconde de S. Leopoldo, Ministro do Império, baixa Portaria a 18-IX-1826, dirigida ao Presidente da Província, que então era Manuel de Deus Machado, vice-presidente em exercício por falecimento de Manuel Clemente desde o dia 2. ordenando-lhe fizesse participação aos deputados dr. José Nunes e capitão-mor José Mateus para se acharem na Côrte a tempo de

entrarem no exercício de suas funções na abertura da Assembléa Geral no ano de 1827. O Presidente em exercício respondeu ao Ministro a 3 de janeiro (1827), enviando-lhe as partes de anibos : a do dr. José Nunes dizendo-se pronto a obedecer a Soberana Determinação e a do velho Capitão-mor de Itabaiana dizendo estar inibido de assim praticar pelas moléstias que o impossibilitam, conforme já fôra feita participação a 6-X-1826.

Interessante de todo êsse papelório mal gasto e tão próprio de nossa índole burocrática, é que o Visconde de San-Leopoldo por Portaria de 23-IX-827, determinou ao Presidente da Província que ordenasse à Câmara da Capital que, na intelligência de haver a Câmara dos Deputados julgado legais os motivos que impossibilitaram ao capitão-mor José Mateus de tomar assento na mesma Câmara, como deputado eleito por esta Província, expedisse o competente diploma a quem de Direito fôsse substituí-lo. Em officio núm. 58, de 11-XII-1827 do Presidente ao Ministro, disse haver determinado à Câmara da Capital expedisse diploma ao coronel José de Barros Pimentel, que se achava na Baía.

Havia muita seriedade e segurança nas causas públicas. Eleito ou nomeado, ninguém podia eximir-se fácilmente de cumprir o dever para com a Pátria.

INSTITUTO HISTÓRICO e
GEOGRÁFICO DE SERGIPE

RUA ITABAIANINHA, 41
ARACAJU . . .

A EDUCAÇÃO FEMININA EM ROMA (*)

Maria das Graças Azevêdo Melo

Roma, inicialmente um simples aldeamento de pastores foi pouco a pouco crescendo e tornando-se poderosa.

De conquista em conquista foi alargando os seus domínios que mais tarde se estenderam amplamente por quase o mundo inteiro.

Por longos anos viveram os romanos num verdadeiro regime patriarcal. Era o *Pater familias* a autoridade que absorvia o poder supremo do lar. Assim, a sua onipotência estendia-se sobre a esposa, filhos e servos. O seu poder só se atenuava um pouco pelos preceitos da religião e mais tarde pela autoridade dos imperadores.

Senhor da vida dos seus escravos, podia também matar a mulher que não lhe fosse fiel ou o filho que merecesse, por gravíssima falta, tão deshumano castigo

Mesmo crescidos estavam êstes sob a autoridade suprema do pai, no seu despotismo muitas vezes cruel e terrível.

"Cônsoles ou senadores podem ser arrancados pelo poder patriarcal da tribuna ou da cúria para morrer, como o senador cúmplice de Catilina, que foi morto por seu próprio pai".

Era a família a propriedade mais poderosa do Romano. A organização feita segundo sua vontade, a sentir o jugo nem seni-

pre suave da sua autoridade. E compreendia o conjunto das pessoas livres ou escravas, que viviam sob a sua dependência.

Audases guerreiros, os romanos iam nas suas conquistas alargando os seus domínios e acumulando riquezas.

Apesar dos seus constantes triunfos continuavam a levar a vida simples dos primeiros tempos. Para eles o ideal não consistia no luxo ou na grandeza, mas na vaidade satisfeita pela "posse" de inúmeras riquezas e propriedades, e pelo orgulho de uma família poderosa, rica e influente.

"Não era em Roma o cidadão que fazia a propriedade, antes era essa que fazia o cidadão."

Propriedade tornava-se então sinónimo de personalidade.

Daí a nenhuma personalidade jurídica da mulher em Roma, porque lhe faltava património, privilégio que só os homens conseguiam como galardão das suas vitórias, pois eram as terras e as riquezas dos vencidos repartidas entre os vencedores!

Plauto, em uma das suas comédias, afirma como a lembrar o que assegura o direito romano: "HOC VIRI CENSEO ESSE OMNE QUIDQUID TUUM ' ST" (Eu penso que tudo o que possues pertence ao teu marido).

A preocupação de adquirir bens materiais constituia o ideal cobiçado pelos Romanos, que só mais tarde, depois que receberam a influência grega, começaram a dar maior valor às virtudes espirituais do indivíduo.

Desejoso de acumular riquezas, tornava-se o Romano um trabalhador eficaz e constante.

Seguia irrestritamente o conselho de Catão! "O pai de família deve fazer dinheiro de tudo e não perder nada".

Ativo e laborioso não perdia tempo. Em casa ou no campo estava sempre em constante labutar.

Não vivia ocioso à semelhança do grego, que se dedicava quase unicamente às coisas do espírito. Mas, prático e ambicioso, queria resultado mais compensador para a sua afanosa lida

Entretanto, a mulher em Roma achava-se "mais livre e mais considerada do que na Grécia".

Apesar dos poderes ilimitados que tinha sobre ela, o esposo via em si uma companheira do seu mesmo nível intelectual, uma auxiliar preciosa a garantir com a sua ajuda e dedicação o aumento dos seus bens.

Passava então a ser uma espécie de criada de confiança, governante zelosa e vigilante dos haveres do marido.

"Com efeito a vida doméstica era em Roma simples e austera, sem luxo e sem ociosidade; o chefe trabalhava com os criados, a sua mulher com as criadas."

E a mulher tornava-se no lar o exemplo dignificante da honra, do trabalho e da fidelidade.

"O Romano acredita na fidelidade de sua esposa, suficientemente garantido pelo direito de vida e de morte que tem sobre ela".

Logo, a mulher em Roma desfrutava de uma situação superior à da mulher grega, reclusa no interior do Ciniceu.

A Romana era a educadora dos filhos, companheira do marido a compartilhar dos seus trabalhos e afazeres.

Admirada e respeitada por todos, podia sair à rua sem que a sua dignidade de matrona seja de leve maculada. Só a mulher casada podia trazer a "stola" ampla que lhe envolvia o corpo a cobrir-lhe as formas e que "assegurava o respeito público".

Eram acolhidas, como sempre valiosas, as suas opiniões. Sêneca reconheceu e proclamou que só a uma sua tia, a qual descreve como "a mais modesta e reservada das mulheres", ficou êle devendo a "questura", cargo político disputado em eleições.

Tornava-se importante a influência da mulher nos negócios públicos. Embora não votando, podia recomendar os candidatos de sua preferência.

Mas só no lar manifestava-se no apogeu da sua dignidade.

Diligente e trabalhadora, a patricia romana fazia questão de confeccionar ela própria a roupa e o manto militar do esposo, do pai e dos filhos.

"Augusto vestia as togas feitas por sua mulher, e por sua irmã e suas filhas".

Apesar de não possuir cultura espiritual, elevava-se a matrona romana pelo amor ao trabalho, dedicação à família e sua perfeita integração no lar.

Para o romano a família constituía a única e exclusiva missão feminina.

Gablia afirma que "a mulher política e a mulher literária foram para os romanos funestas e ridículas extravagâncias".

Entretanto é conhecido o respeito profundo que inspirava a mulher em Roma.

Plutarco em seus escritos refere-se ao delicioso costume dos romanos de cederem sempre a direita quando se encontravam com uma mulher.

E Ihering afirmou: "nenhum povo antigo do mundo deu à mulher lugar tão honroso na sociedade como os romanos e ainda duvido se entre os povos modernos mais civilizados a mulher goza de estima e respeito tão elevado como nessa Roma antiga, em que estava sob o poder do marido e a tutela dos seus parentes."

Entretanto, a mulher não tinha ainda atingido a sua independência, e alguns escritores asseveram que: "A posição subalterna da mulher em Roma vem do interesse máximo da conservação da família, que se julgou só garantida pelo poder do chefe".

A família representava para o Romano uma instituição sagrada sob a égide da religião.

"Tão santo era o lar que se tornava nefando crime arrancar alguém dêle". Pois como afirmou um grande estudioso dos antigos romanos "a casa era em Roma parte integrante do caráter do homem".

Cada família honrava aos seus deuses e gênios protetores, aos seus "Lares" e "Penates".

"É que a religião romana foi antes de tudo um culto do Estado e da família. Daí o devotamento dos romanos à causa pública

e a força da sua organização familiar cujos laços eram considerados sagrados”.

Manifestava-se sólida a estrutura da família romana.

A ela foi confiada quase que exclusivamente, por muito tempo, a educação dos filhos. E aí está a causa da simplicidade intelectual dos primeiros romanos.

Como a família não era mais do que uma parte valorosa do Estado, a educação passou também a ter como fim o próprio “Estado”, preparando-lhe filhos que o elevassem por suas virtudes e pelo heroísmo.

Fazer guerreiros de grandes virtudes físicas e morais, que não temessem as privações e fossem arrojados nas lutas contínuas para o ampliar constante do território romano, esprega o sentido principal da educação em Roma.

Receberam os romanos na sua primeira fase educativa quase que exclusivamente uma educação cívica, moral e física, preparando uma juventude forte, heroica e destemida para a guerra.

O sistema educacional dos romanos baseou-se nas leis “das doze táboas” que representava o conjunto dos mandamentos cívicos dos romanos. Eram elas, verdadeiramente, o seu código civil em torno do qual se formaram a jurisprudência, a ciência jurídica, a eloquência forense e a política.

Declara Bodenheimer: “Os gregos foram os iniciadores da filosofia jurídica, mas os primeiros que construíram um sistema engenhoso e prático do Direito foram os romanos”.

E Hélio Sodré, em *História Universal da Eloquência*, escreveu “Foi Roma quem rasgou novos horizontes no campo do Direito e do Estado”.(*)

A educação intelectual romana só tomou forma significativa quando Roma entrou em contacto com a civilização helênica.

Ficaram os conquistadores encantados com a cultura grega e começaram então a imitar os costumes da Hélade.

Sábios, pintores e escultores eram transportados para Roma como escravos e aí se tornavam educadores.

As famílias disputavam esses preceptores gregos para os seus filhos.

Alguns deles ficaram célebres, como Lívio Andrônico “escravo grego de Tarento, depois liberto, que traduziu a Odisséia para o latim e teve uma estatua mandada erigir pelo Senado”. Foi chamado o pai da literatura latina.

Começou o romano a se entusiasmar pela instrução, procurando, pelo exemplo grego, penetrar profundamente nas ciências, nas letras e nas artes.

A educação romana, porém, apesar de estar então inspirada nos moldes gregos, não teve como aquela, o alto sentido de perfeição, na busca harmoniosa do Belo.

É que o espírito romano, prático e acostumado a encontrar em todos os esforços compensações utilitárias, viu na educação o meio de engrandecer e aperfeiçoar o Estado, dando-lhe homens públicos, oradores e magistrados capazes de enaltecer o poderio econômico e social romano.

Tornou-se, assim, um fim político bem diverso do ideal grego na sua “vocação misteriosa da verdade e da beleza”.

Mas de certo modo a civilização helênica exerceu prodigiosa influência na mentalidade romana, embora não faltassem vozes, como a de Catão, a bradar contra a generalização romana da cultura grega.

Ao decorrer dos anos, a vida em Roma já não tinha então a simplicidade dos primeiros tempos.

Com o aumento de riquezas pela exploração dos vencidos, surgiu um novo período, onde o luxo e o prazer começaram a imperar.

“Os edifícios públicos e particulares atingiam magestosas proporções. Termas magníficas, templos construídos com rematada arte, amplos teatros, casas de campo dotadas de todo conforto, residências palaciais rodeadas de maravilhosos parques e jardins, erguiam-se às centenas em Roma e outras cidades do Império”.

As mulheres já não mais cuidavam da casa e passavam o tempo em preparativos para aparecerem elegantes e formosas no teatro, no Colizeu, nos espetáculos Atléticos do Circo e nas reuniões sociais.

“Depois da conquista da Grécia aumentaram o número de termas e suas dimensões, assim como os atrativos que as rodeavam. Penteadores, massagistas e até depiladores junto a elas passaram a servir aos banhistas de ambos os sexos”.

A vida em Roma tornou-se uma orgia de luxo e ostentação.

A mulher abandonou a austeridade anterior e ei-la a percorrer as ruas da cidade na sua liteira transportada por vigorosos escravos. Não mais está metida no seu peplos de linho. Trocou o linho de fabricação doméstica, pela púrpura importada de Tiro. Está também coberta de joias e de seda.

Passou o período de privações das guerras púnicas, onde por amor à pátria sacrificou de bom grado, e voluntariamente, as próprias jóias.

Terminado o tempo das grandes guerras ela se julgou com direito a compensações pelos sacrifícios anteriores.

Assim sendo, e para satisfazê-la, os tribunos Valérios e Fundanos propuseram a anulação da lei ópia, lei que proibia a mulher usasse roupas de várias côres. E apesar da oposição sistemática de Catão, a lei ópia foi abolida, o que constituiu um triunfo para as romanas.

Começou a mulher a ter influência mais diretamente nos afazeres públicos, tomando parte algumas vezes em atividades políticas. Os maridos ouviam os seus conselhos e muitas vezes influíram nas suas carreiras públicas.

Sinfrônia esteve filiada à conjuração de Catilina e Fúlvia, esposa de Marcus Antonio, atravessou com uma agulha, por inúmeras vezes, a língua de Cícero.

E um desfile interminável de mulheres ilustres nos apresenta a história da velha Roma.

São as Sabinas raptadas a promoverem guerra...

É Lucrecia abreviando a queda da monarquia, quando se apunhala, envergonhada por ter sido deshonrada por Sexto, filho do rei Tarquino.

É a filha de Fabius Augustus, casada com um plebeu, a fazer com as suas lágrimas que o seu pai propusesse ao povo "que um dos cônsules deveria ser sempre recrutado da classe plebéia."

É Licinia a exclamar, prevendo a morte do seu esposo, "vais pôr-te em mãos dos matadores de Tibério; vais perecer sem nenhum proveito para a República, que confiança podemos ter nas leis e nos próprios deuses depois da morte do teu irmão?"

Um cortejo numeroso de nomes femininos está gloriosamente gravado na história de Roma.

Quem poderá esquecer Cornélia a filha de Cipião, a mãe dos Gracos? E Vetúria, mãe de Cariolano?

A aristocracia feminina romana também se apaixonou pelos moldes gregos. E da Grécia copiava as modas e os costumes...

Surgiu então nos nobres patrícios o desejo de instrução, para maior conhecimento da literatura e da filosofia grega.

Tornou-se comum os salões literários, onde a matrona romana cercada dos seus filhos e dos filósofos gregos, preceptores dos mesmos discutia e ouvia-os discutir filosofia e política.

Os próprios intelectuais romanos teceram elogios à virtude e à inteligência feminina.

Sêneca descreveu a romana como possuidora "de uma alta inteligência e um grande coração".

E afirma que ela "é capaz de receber a mesma instrução que o homem".

Em "Consolação a Marcia", livro que, quando exilado, escreveu para sua mãe, emite conceitos que elevam e dignificam à mulher.

"Consolação a Hélvia" é outro livro seu em que eleva às culminâncias as qualidades femininas.

Plutarco é outro escritor romano que tece o panegirico das virtudes femininas. Em "A virtude das Mulheres" nos mostra de que foram capazes "au cours des ages, le courage, le patience, l'intelligence, le génie artistique féminin."

Colocou a educação familiar acima da educação pública.

Achava que as crianças deviam ser educadas no lar, onde a mãe seria a verdadeira educadora, para o que devia estar moral e intelectualmente preparada.

Serviu, como em tôdas as literaturas, a mulher romana de inspiradora dos poetas.

Propérceo entoou "Odes e Elegias" em honra de Hostilia" a quem celebrizou com o nome de "Cintia".

Plauto, também nas suas peças descreveu a figura virtuosa da matrona romana, caracterizada principalmente em Alcmena, reta em seus princípios de fidelidade inviolavel, não realizando um só ato que não se convertesse em benefício para o esposo.

Alguns historiadores entretanto afirmam que o luxo tornara a mulher romana ociosa e fútil.

Dezobry declara: "Como vai longe aquela austeridade das matronas romanas que o povo, pelas suas virtudes cortejava respeitosamente quando atravessavam as ruas de Roma"!

A ostentação da riqueza transformou aquela sociedade austera e equilibrada.

A centralização do poder nas mãos do Imperador impôs uma nova política.

E o povo, na sua maioria, se esqueceu dos tempos das guerras de "expansão e conquistas" e das grandes virtudes morais que praticava" passando a mergulhar num oceano de prazeres e devassidão.

Ruíram as velhas tradições morais e estoicas dos romanos que procuravam agora em alegrias mundanas, passar o tempo.

O luxo desmedido fez desaparecer a pureza de costumes.

As classes privilegiadas sucumbiam na onda de divertimentos

e prazeres sensuais e a plebe, embora acossada e sem liberdade, não ficava à margem da licenciosidade dominante.

Foi então que surgiram as mais monstruosas figuras da aberração moral como Nero, Calígula e Messalina .

Até a própria Religião, com a sua adoração aos Deuses, perdeu o sentido humanístico e respeitoso dos primeiros tempos e somente se mantinha por ser um culto do Estado.

Só o Cristianismo veria mais tarde reerguer a velha Roma dos Césares e Imperadores para fazê-la a "Cidade Eterna", o berço desta nova Doutrina que em breve havia de, com as armas do amor, conquistar o mundo.

(*) Do livro "A Educação Feminina através dos tempos".

CRIAÇÃO DOS TERMOS JUDICIÁRIOS ESPECIAIS DE SERGIPE, PROVIDOS POR JUÍZES MUNICIPAIS E DE ÓRFÃOS, TOGADOS

João Dantas Martins dos Rêis

Depois da criação das primeiras comarcas de Sergipe, no Império, "termos de cidade" e "vilas", ora sós, ora reunidos, foram elevados a termos judiciários especiais, para serem providos por juizes municipais e de órfãos, togados. (1)

A cada um desses termos nos referiremos, indicando as datas da sua criação e nomes dos juizes municipais e de órfãos que nelles jurisdisseram, no regime monárquico.

Com o correr dos tempos eram divididos e subdivididos, para formação de outros.

Seguiremos na enumeração a ordem das datas das criações.

Os vinte e três termos criados como se verá das notícias a elles referentes, eram providos por Juizes formados em direito

(1) — Nos termos assim creados serviam Juizes Municipais nomeados pelo IMPERADOR, dentre os bachareis formados em direito, que tivessem pelo menos um ano de prática de fôro, adquirida depois de sua formatura. Nos logares, porém, em que elles não fossem absolutamente precisos, serviam os substitutos (ver os artigos 13, 16 e 19 da Lei n.º 261, de 3 de dezembro de 1841). As Assembleias Provinciais criavam as comarcas por ser a divisão judiciária da sua competência, enquanto a criação dos termos especiais cabia ao Governo Geral, que tambem nomeava os juizes.

Dos termos apontados na enumeração a ser feita, três dêles os de Santo Amaro, Ilha do Ouro e Riachuelo, deixaram de subsistir. Nos outros, os comuns, serviam os substitutos daqueles juizes. Eram: Aquidaban, Arauá, Gararú Itaporanga, N. S. das Dôres, Riachão Santo Amaro, Sirirí e S. Paulo.

Ilha do Ouro teve, apenas, a sua séde mudada para Póto da Fôlha, ficando com êste nome. Perfaziam, portanto, um total de trinta termos reunidos, na época referida, às quatorze comarcas então existentes.

I — TERMO JUDICIÁRIO DE SÃO CRISTÓVÃO

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

O termo da cidade de São Cristóvão reunido aos das vilas de Socorro e Itabaiana, foi elevado a termo judiciário, para ficar "debaixo da jurisdição de um Juiz Municipal e de Orfãos, togado, pelo Dec. Geral n.º 319, de 25 de Agosto de 1843.

Dentre os Juizes Municipais que nele exerceram jurisdição, no IMPÉRIO, poderemos apontar os seguintes, pois que as fontes informativas são incompletas e falhas, falhas estas que, pelos mesmos motivos, podem existir nas enumerações referentes aos outros termos.

Nomeação ou Remoção

1850 — Bel. Antônio Augusto Pereira da Cunha	— 9- 3-1850
1851 — Bel. Manuel de Freitas Cesar Garcez (1)	— 31-10-1851
1853 — Bel. Pedro Leão Veloso	— 10-10-1853

Em 1857 a comarca passou a ter a denominação de comarca de Aracaju, para ser, mais tarde, restaurada (Resol. Prov. n.º 974,

(1) — Pai do jurista e publicista Martinho Cesar da Silveira Garcez.

de 25 de abril de 1874). O termo de São Cristóvão reunido ao de Itaporanga, voltou a ter suas prerrogativas de termo especial.

1872 — Bel. Francisco José Martins Pena Junior — 12- 6-1872

1884 — Bel. Luiz Vicente Borges

1885 — Bel. José Antônio de Menezes

1889 — Bel. Manuel dos Passos de Oliveira Teles

II — TERMO JUDICIÁRIO DA ESTÂNCIA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

O termo da cidade da Estância, reunido ao da Vila de Sta. Luzia, foi erigido em termo judiciário especial pelo Decreto Geral n.º 319, de 25 de Agosto de 1843, quando, por execução da Lei de 3 de dezembro de 1841.

Damos os nomes de alguns Juizes letrados que nele jurisdisseram, até depois da modificação que veio a sofrer com a desanexação de Sta. Luzia.

Nomeação ou Remoção

1846 — Bel. João Antônio de Araújo F. Henriques — 21- 7-1846

1850 — Bel. Antônio Augusto da Silva — 16-12-1850

1853 — Bel. Leandro Bezerra Monteiro — 29- 3-1853

1855 — Bel. Francisco Antônio de Oliveira Ribeiro — 2-11-1855

1857 — Bel. João Alves Pitombo Junior — 17- 2-1857

1861 — Bel. Pio Xavier Garcia de Noronha — 24- 2-1861

1863 — Bel. João de Aguiar Teles de Menezes —

1866 — Bel. João Batista da Costa Carvalho —

1874 — Bel. Vicente da Silva Portela — 4- 7-1874

1878 — Bel. Eduardo Gomes Ferreira Veloso —

1882 — Bel. Profirio de Souza Freire — 1- 4-1882

III — TERMO JUDICIÁRIO DO LAGARTO

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

O termo da vila do Lagarto, reunido aos das vilas de Campos e Itabaianinha, foi elevado a termo judiciário para ser provido por Juiz togado, pelo referido Decreto Geral n.º 319, de 25 de agosto de 1843.

Juizes Municipais e de Orfãos que neles serviram, mesmo depois de alterações posteriores :

Nomeação ou Remoção

1853	— Bel. Antônio Joaquim Moreira de Pinho	— 1- 7-1853
1858	— Bel. José Martins Fontes (1)	— 15-10-1858
1863	— Bel. Aurélio Ferreira Espinheira	— 5- 6-1863
1865	— Bel. Daniel Germano de A. Montarroyos	— 27- 4-1865
1870	— Bel. Geminiano Brasil de Oliveira Góis (2)	— 9- 2-1870
1874	— Bel. Martinho Cesar da Silveira Garcez (3)	— 13- 6-1874
1876	— Bel. Francisco Alves da Silveira Brito	— 1876
1881	— Bel. Pedro Muniz Leão Veloso	— 12- 1-1881
1883	— Bel. Jacinto Ferreira da Silva	—
1884	— Bel. Lourenço Freire de M. Dantas (4)	— 12- 1-1884
1886	— Bel. Filomeno de Vasconcelos Hora	— 8- 2-1886

(1) — Como Vice-Presidente, esteve no governo da Província.

(2) — Foi Presidente das Províncias de Alagoas e Paraíba, — Deputado Geral e Federal. Era de uma modesta nobilitante.

(3) — Notável jurista e grande orador.

(4) — Esteve na administração do Estado, por pouco tempo, — após a proclamação da República. "Deixou o poder por ter de assumir o cargo de Juiz Seccional do Estado. Foi o primeiro Juiz Federal da Sergipe. Pai do desembargador Armando Mesquita.

IV — TERMO JUDICIÁRIO DE SANTO AMARO

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi elevado a termo judiciário reunido a Maroim e Rosário (Decreto Geral n.º 319, de 25 de Agosto de 1843).

O termo de Santo Amaro com a criação da comarca de Maroim, em 1854, da qual passou a fazer parte com o do Rosário do Catête, perdeu a sua prerrogativa de termo especial, que passou a ser do de Maroim, séde da referida comarca, visto como logo em 1855 o Dec. Geral número 1654, de 10 de outubro, fixando os fatos, separou os termos de Santo Amaro e Maroim do do Rosário do Catête e criou neles um Juiz Municipal e de Orfãos, revogadas, as disposições em contrário.

Ficou, assim, Santo Amaro anexado a Maroim, tendo êste as prerrogativas de termo especial.

Juizes Municipais e de Orfãos que nele jurisdisseram:

Nomeação ou Remoção

1848 — Bel. Antônio Cerqueira Lima Junior	— 26- 3-1848
1852 — Bel. Leandro Ribeiro de S. Maciel (1)	— 3-12-1852

V — TERMO JUDICIÁRIO DE PROPRIÁ

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

O termo de Propriá reunido ao de Vila Nova e Pôrto da Fôlha, foi erigido em termo especial, para ser provido por Juiz Municipal e de Orfãos, letrado, pelo Decreto Geral n.º 319, de 25

(1) — Mais tarde fez-se político e político combativo, a quem **Martinho Garcez** qualificou de — "um homem de honra" — (Nulidades dos atos Jurídicos, Prefácio da 2.ª edc., pag. II).

de Agosto de 1843. Tornando-se Propriá sede da comarca de Vila Nova (1854), a qual depois passou a chamar-se Comarca de Propriá (1857), continuou o termo com as regalias estabelecidas pelo decreto de sua criação. Juizes Municipais e de Orfãos que nela serviram :

Nomeação ou Remoção

1851 — Bel. José Antônio de Oliveira Junior. Rec. —	
1855 — Bel. Francisco Maria Xavier de M. Rec. —	18- 5-1855
1861 — Bel. Antônio C. Seráfico de Assis Carvalho —	
1866 — Bel. José Torquato de Araújo Barros —	19- 9-1866
1868 — Bel. Miguel Floriano de Menezes Dória —	6-11-1868
1878 — Bel. Manuel Tomás Barbosa Freire —	
1881 — Bel. José da Costa Carvalho Guimarães —	13- 7-1881
1885 — Bel. Alexandre Teles de Menezes —	5-12-7885
1889 — Bel. Benvindo Pinto Lobão —	

VI — TERMO JUDICIARIO DA CAPELA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Reunidos os termos das vilas da Capela e Divina Pastora, pelo Dec. Geral n.º 319, de 25 de Agosto de 1843, foi criado o termo Judiciário especial da CAPELA, para ser provido por Juiz Municipal togado, enfeixando o cargo as atribuições de Juiz de Orfãos.

Exerceram jurisdição no termo, assim criado, os seguintes Juizes Municipais, mesmo depois das modificações sofridas :

Nomeação ou Remoção

1843 — Bel. Francisco José da Silva —	
1843 — Bel. Francisco da Silva Freire —	
1847 — Bel. Vicente Ribeiro Moreira de Oliveira —	

1854 — Bel. Antônio Nobre de Almeida Castro	— 6-11-1854
1863 — Bel. Francisco Antônio Cesário de Azevedo	— 22- 5-1863
1863 — Bel. Francisco José Martins Pena Junior	— 23- 9-1863
1866 — Bel. José Inácio Gomes F. de Menezes	— 14- 7-1866
1870 — Bel. Ernesto Pinto Lobão	— 16-11-1870
1872 — Bel. Benvindo Pinto Lobão	— 18-12-1872
1877 — Bel. Antônio Corrêa de Figueirêdo	— 13-10-1877
1882 — Bel. José da Silva Campos	— 24- 3-1882
1889 — Bel. Tomás Soriano de Souza	— 2-5-1889

VII — TERMO JUDICIÁRIO DE LARANJEIRAS

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

O termo judiciário especial de Laranjeiras, foi criado pelo Dec. Geral n.º 319, de 25 de agosto de 1843. Em 1846 Divina Pastora a êle foi reunido e em 1857 erigido em termo judiciário.

Juizes Municipais e de Orfãos que nele exerceram jurisdição

Nomeação ou Remoção

1850 — Bel. Luiz Barbosa Acioli de Brito	— 5-12-1850
1856 — Bel. José Joaquim dos Santos Junior	— 18- 9-1856
1861 — Bel. Ernesto Gonçalves Martins	—
1864 — Bel. Graciliano Aristides do P. Pimentel	— 14- 1-1864
1865 — Bel. João Cândido da Silva	— 27- 7-1865
1867 — Bel. Manuel Caldas Barreto (1)	— 28-12-1867
1872 — Bel. Luiz José Carneiro de S. Lacerda (2)	— 17- 6-1872
1880 — Bel. João de Almeida Lopes	—
— Bel. José Fiel de Jesus Leite	—

(1) — Pai do desembargador Manuel Caldas Barreto Neto

(2) — Pai do Bel. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda, que foi Juiz Seccional de Sergipe.

- 1883 — Bel. João Tomás de Mélo Alves — 24-11-1883
1866 — Bel. Álvaro Barbalho de Uchôa C. Junior(3)—
1888 — Bel. Heraclito Diniz Gonçalves —

VIII — TERMO JUDICIÁRIO DE ITABAIANA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi erigido em termo judiciário em 24 de janeiro de 1846,
Decreto n.º 444, separado do de São Cristovão.

Juizes que nele serviram:

Nominação ou Remoção

- 1848 — Bel. Júlio Cesar Berenguer de Bittencourt — 11-12-1848
1851 — Bel. Antônio Caetano de Almeida Bahia — 22- 4-1851
1855 — Bel. Antônio Freire de Matos Barreto — 31- 7-1855
1856 — Bel. João Manuel Lopes de C. Pimentel — 6-10-1856
1862 — Bel. Manuel Luiz A. de Araújo — Posse — 8-12-1862
1866 — Bel. Benvindo Pinto Lobão — 6- 7-1866
1871 — Bel. Gervásio Rodrigues Dantas — 7- 6-1871
1876 — Bel. Espiridião Zamiro de Souza Lopes —
1880 — Bel. Tito Lívio Vieira Dantas —
1884 — Bel. Constantino da Costa Pereira — 18-12-1884
1884 — Bel. João da Silva Mélo —
1885 — Bel. José de Aguiar Bôto de Barros — 16- 1-1885
1886 — Bel. Artur Barreto de Oliveira Ribeiro —
1887 — Bel. Manuel dos Passos de Oliveira Teles — 17- 8-1887

IX — TERMO JUDICIÁRIO DE VILA-NOVA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Criado pelo Dec. Geral n.º 444, de 24 de janeiro de 1846, des-
anexado do de Propriá.

(1) — Irmão de João Barbalho, Comendador da Const. Federal de 1891.

Juizes que nele jurisdisseram :

Nomeação ou Remoção

1848 — Bel. Vicente Ferreira Gomes	— 11-12-1848
1849 — Bel. Antônio José de Souza Lôbo Junior	— 29- 9-1849
1854 — Bel. Francisco Maria Xavier de Menezes	— 19-12-1854
1854 — Bel. Alexandre Pinto Lobão	— 18- 8-1854
1855 — Bel. João Barbosa Dantas (1)	—
1855 — Bel. Gonçalo Vieira de Carvalho Melo	— 6-12-1855
1860 — Bel. Ernesto Francisco de Lima Santos	— 29- 8-1860
1862 — Bel. Luiz José Carneiro de Souza Lacerda	— 28-12-1862
1864 — Bel. Pedro d'Albuquerque Autran	— 1- 6-1864
— Bel. Domingos José G. Ponce de Leon	—
1870 — Bel. Felipe Xavier de Almeida	— 4- 5-1870
1874 — Bel. Manuel de Lemos de Souza Machado	— 3- 8-1874
1882 — Bel. Felipe Xavier de Almeida	Recond. — 12- 8-1882
1888 — Bel. Mateus de Souza Machado	—

X — TERMO JUDICIARIO DE ITABAIANINHA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Erigido em termo especial por Dec. Geral n.º 1320, de 3 de fevereiro de 1854, separado do termo do Lagarto. A êle ficou anexo o de Campos.

Juizes Municipais que nele exerceram jurisdição:

Nomeação ou Remoção

1854 — Bel José Martins Fontes	— 1- 3-1854
1858 — Bel. Joaquim Batista Rodrigues Silva	— 15-10-1858

(1) — Antes de tirar o título foi nomeado Juiz de Direito de Maroim.

1864 — Bel. João Peixoto de Miranda Veras	— 25- 5-1864
1869 — Bel. Espiridião Zamiro de Souza Lopes	— 16-10-1869
1873 — Bel. Manuel Cardoso Veira de Melo	— 12- 2-1873

Em 1874 passou a ser séde de comarca, continuando, por isso, a gosar as prerrogativas anteriores.

1877 — Bel. Benigno Dantas de Brito (1)	—
1878 — Bel. Semião de Faro Mendonça (2)	—
1885 — Bel. José Bernardo de Arroxelas Galvão	— 9- 4-1885
1888 — Bel. Olympio da Silva Costa	—

XI — TERMO JUDICIÁRIO DE MAROIM

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi elevado a termo judiciário especial para ficar sob a jurisdição de um Juiz Municipal e de Orfãos, pelo Dec. Geral n.º 1654, de 10 de outubro de 1855, que, apenas, confirmou o ato já patente de tal elevação, com a criação da Comarca pela Resolução Provincial n.º 379, de 9 de maio de 1854, apontando Maroim como termo séde da mesma.

Seus Juizes Municipais foram:

Nomeação ou Remoção

1855 — Bel. Leandro Bezerra Monteiro	— 2-11-1855
1858 — Bel. Gustavo Gabriel Coêlho de Sampaio(3)	— 1- 3-1858

(1) — Chegou a membro do Tribunal de Apelação da Bahia, granjeando assim o título de Conselheiro, como eram tratados os juizes que o compunham.

(2) — Foi desembargador em Alagoas.

(3) — Foi desembargador em Sergipe.

1866	— Bel. Joaquim Teotônio Soares d'Avelar (1)	— 8- 6-1866
1860	— Bel. Francisco Xavier de Matos Teles	— ?- 1-1869
1873	— Bel. Cândido Pinto Lobão	— 15- 4-1873
1878	— Bel. José Elisio de Carvalho Couto	—
1879	— Bel. José Cupertino Dantas	— -11-1879
1883	— Bel. João Antônio Ferreira da Silva (2)	— 24-11-1883
1888	— Bel. José de Aguiar Bôto de Barros	—
1889	— Bel. Alfredo Gordilho Costa	— 16- 3-1889

XII — TERMO JUDICIÁRIO DO ROSÁRIO DO CATÊTE

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi criado pelo Dec. Geral n.º 1654, de 10 de outubro de 1855. A esse tempo Rosário do Catête já fazia parte da Comarca de Maroim.

Seus Juizes Municipais foram:

Nomeação ou Remoção

1855 — Bel. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel — 3-11-1852

- (1) — Vale narrar um fato que bem traduz o sentimento de honestidade e probidade da maioria dos nossos Juizes, que os leva muitas vezes, a sofrer privações, sem contudo, mercadejar a justiça. Escreveu o Dr. EVARISTO FERREIRA DA VEIGA, em relatório apresentado à Assembléa Legislativa de Sergipe, em 1 de março de 1869, quando presidente da Província, — referindo-se à honestidade e à probidade dos nossos juizes, o seguinte:

"E assim vi deixar as pratas do Cotinguiba o ex juiz municipal de Maroim, que após longos anos de bons serviços ali prestados, viu-se sem meios de transportar-se e a sua família para a sua provincia natal. Este triste espetáculo comoveu-me e a todos que conheciam o espirito justo, a probidade e o carater distincto do Dr. JOAQUIM TEOTÔNIO SOARES D'AVELAR".

E, como o juiz AVELAR quantos e quantos outros existem no vasto território de nossa grande e querida Pátria!

- (2) — Como Juiz de Direito foi posto em disponibilidade por não ter sido contemplado na organização da Justiça do Estado, na proclamação da República e como tal aposentou-se. Foi deputado Provincial em várias legislaturas, entregando-se a advocacia.

1860	— Bel. Carlos Speridião de Melo Matos (1)	— 23-10-1860
1865	— Bel. Domingos José Alves da Silva - Posse	— 18- 8-1865
1866	— Bel. José Martins Fontes	Rem. — 6- 7-1866
1870	— Bel. Gonçalo Vieira Teles de Menezes	31- 8-1870
1874	— Bel. Joaquim José Gomes	— 11- 7-1874
1878	— Bel. José Cavalcanti de Albuquerque Uchôa	—
1880	— Bel. Bernardino de Sena Ribeiro Junior	—
1881	— Bel. Francisco Alves da Silveira Brito(2)	— 9- 8-1881
1885	— Bel. José Aguiar Bôto de Barros	— 11- 4-1885
1888	— Bel. José Cupertino Dantas	—

XIII — TERMO JUDICIÁRIO DE ARACAJU

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Depois que a Resolução Provincial n.º 461, de 20 de Fevereiro de 1857, mudou a denominação do termo de São Cristovão para a de Aracaju, êste passou a ter termo especial, provido, como os enumerados, por Juiz Municipal e de Orfãos, letrado ou togado.

Nele exerceram jurisdição:

Nomeação ou Remoção

1853	— Bel. Pedro Leão Veloso	— 10-10-1853
1858	— Bel. Francisco Joaquim da Silva	— 15- 2-1858
1862	— Bel. Cândido Augusto Pereira Franco (3)	— 15- 4-1862
1866	— Bel. Manoel Caldas Barreto	— 27-11-1866
1867	— Bel. José Fiel de Jesus Leite	— 28-12-1867
1872	— Bel. Rozendo Mauricio Lôbo	— 18- 4-1872

(1) — Chegou a Desembargador do Tribunal da Relação de Cuiabá onde faleceu.

(2) — Foi Desembargador no Tribunal da Relação de Sergipe, Pai do falecido farmacêutico Alvaro da Silveira Brito, de saudosa memória.

(3) — Autor da Compilação das Leis Provinciais de Sergipe.

1879 — Bel. Gonçalo Vieira de Mélo (1) — Recon-
duzido mais de uma vez. —

XIV — TERMO JUDICIÁRIO DE DIVINA PASTORA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Desanexado do de Laranjeiras, foi erigido em termo especial
pelo Dec. Geral n.º 1992, de 10 de outubro de 1857.

Foram Juizes Municipais e de Orfãos :

Nomeação ou Remoção

1857 — Bel. Salustiano Orlando de A. Costa (2) —	10-10-1857
1865 — Bel. João Batista da Costa Carvalho (3) —	27- 7-1865
1866 — Bel. João Aguiar Teles de Menezes —	1- 6-1866
1867 — Bel. Jesuino José Gomes —	23- 3-1867
1876 — Bel. Manuel Cardoso Vieira de Mélo —	—
1878 — Bel. Antônio de Souza Gouvêa Filho —	—
1884 — Bel. Antônio Elias de Aguiar —	—

XV — TERMO JUDICIÁRIO DE SANTA LUZIA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Separado o termo da vila de Santa Luzia do termo Judiciário
da Estância, foi erigido em termo especial, para ficar “debaixo da

(1) — Chegou a desembargatoria no Tribunal da Relação de Sergipe.

(2) — Mais tarde se distinguiu como comercialista, comentando o Código Comercial
do Brasil, obra ainda hoje muito consultada.

(3) — Chegou a Desembargador do Tribunal da Relação de Sergipe, de que foi
Presidente e como tal assumiu o Governo do Estado em 9 de Maio de 1894.
Exerceu o cargo de Chefe de Polícia nas Províncias de Amazonas, Alagoas e
Sergipe. Representou Sergipe na Assembléa Provincial, em várias legislaturas.

jurisdição de um Juiz Municipal e de Orfãos", pelo Dec. Geral n.º 2270, de 2 de outubro de 1858

Teve como Juizes Municipais :

	Nomeação ou Remoção
1859 — Bel. Antônio José de Castro Lima	— 20- 5-1859
1864 — Bel. Joaquim José Gomes	— 20- 5-1864
1872 — Bel. Vicente da Silva Portela	— 11- 9-1872
1874 — Bel. Porfírio de Souza Freire	— 4- 7-1874
1879 — Bel. Uriel Gomes de Sá	— 18- 1-1879

XVI — TERMO JUDICIÁRIO DE SIMÃO DIAS

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi elevado a termo especial, para ser provido por juiz letrado ou togado, por Dec. Geral n.º 2483, de 28 de Setembro de 1859.

Teve como Juizes Municipais :

	Nomeação ou Remoção
1861 — Bel. Felipe Xavier de Almeida	— 12- 7-1861
1867 — Bel. Antero Simões da Silva Cuim Atua (1)	— 24- 4-1867
1870 — Bel. Tito Lívio Vieira Dortas	—
1872 — Bel. Francisco Alves da Silveira Brito	— 7- 8-1872
1878 — Bel. Lourenço Freire de Mesquita Dantas	—
1884 — Bel. Tito Lívio Vieira Dortas	— 5- 1-1884
1887 — Bel. Zacharias Horácio dos Rêis (2)	— 21- 7-1887

(1) — Pouco depois de proclamada a República, era Juiz de Direito em Minas Gerais, onde foi barbaramente linchado, com um filho de 18 anos que o procurava defender, fato que a imprensa da época verberou duramente.

(2) — Subiu no Tribunal da Relação de Sergipe, do qual foi presidente.

XVII — TERMO JUDICIÁRIO DE N. S. DA ILHA DO OURO

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi criado pelo Decreto Geral de n.º 4982, de 19 de junho de 1872.

Juiz Municipal e de Orfãos:

Nomeação ou Remoção

1872 — Bel. João Maria Loureiro Tavares — 30- 6-1872

Criada a comarca de **Gararú** pela Resol. Provincial n.º 1 049, de 13 de abril de 1877, que teve como termo sede **Pôrto da Fôlha**, passou este a gozar, das prerrogativas inerentes àquela elevação. Mais tarde, em 1880, a lei n.º 1 153, de 28 de abril, transferiu a sede da vila de N. S. da Conceição da Ilha do Ouro, para o povoado **Pôrto da Fôlha**.

O Juiz Municipal togado que vinha servindo na Ilha do Ouro, passou a ter função judiciária em **Pôrto da Fôlha**, como se verá na referência a este termo, sob n.º XX.

XVIII — TERMO JUDICIÁRIO DE JAPARATUBA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi elevado a termo especial para ter juiz letrado ou togado, pelo Dec. Geral n.º 5228, de 1 de março de 1873.

Teve os seguintes Juizes Municipais :

Nomeação ou Remoção

1873 — Bel. Gustavo Gabriel Coêlho Sampaio — 1- 4-1883

1882 — Bel. Jesuino José Gomes — 14- 1-1882

- 1888 — Bel. Pedro Francelino Guimarães Filho — 16- 5-1888
1888 — Bel. Francisco Xavier de Matos Teles —
1889 — Bel. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel — 16- 3-1889

XIX — TERMO JUDICIÁRIO DO SOCORRO

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

O Dec. Geral n.º 5.803, de 25 de novembro de 1874, o erigiu em termo especial, para ser provido por Juiz Municipal formado. Foi desanexado do termo de Aracaju.

Foram Juizes Municipais e de Orfãos:

Nomeação ou Remoção

- 1874 — Bel. Manuel Ventura de Barros L. Sampaio — 28-11-1874
1879 — Bel. Camilo Corrêa Dantas —
1882 — Bel. Antônio Pedro da Silva Marques — 19- 8-1882
1888 — Bel. Jesuino José Gomes —

XX — TERMO JUDICIÁRIO DE PORTO DA FÔLHA

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi erigido em termo especial com a criação da Comarca de Gararú em 1877, da qual passou a ser séde, gozando, por isso, das prerrogativas inerentes àquela elevação. Juizes Municipais que nele tiveram exercício das funções:

Nomeação ou Remoção

- 1872 — Bel. João Maria Loureiro Tavares (1) — 30- 6-1872
1884 — Bel. João de Holanda Cunha — recond. — 19- 2-1877

(1) — Fez parte do Tribunal da Relação de Sergipe como Desembargador.

1885 — Bel. José Paulino C. d'Albuquerque —
1886 — Bel. Francisco de Souza — 26-11-1886

XXI — TERMO JUDICIÁRIO DE RIACHUELO (*)

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi criado pelo Decreto Geral n.º 8.175, de 9 de Julho de 1881, revogado pelo de número 8.525, de 13 de Maio de 1882.

Certo, porque Divina Pastora, termo da comarca antes criada, já era termo especial provido por juiz municipal letrado.

XXI — TERMO JUDICIÁRIO DE BOQUIM

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Foi termo especial para ser provido por Juiz Municipal e de Orfãos letrado ou togado, pelo Decreto Geral n.º 9.291, de 27 de setembro de 1884, reunido ao do Riachão.

Teve como Juiz :

Nomeação ou Remoção

1884 — Bel. João da Silva Mélo (1) — 31-10-1884

XXIII — TERMO JUDICIÁRIO DE CAMPOS

Provido por Juiz Municipal e de Orfãos, togado.

Desanexado do de Itabaianinha foi elevado a termo especial,

(*) NOTA: — Em 30 de Dezembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca quando o regime federativo ainda não estava firmado, baixou o Dec. n.º 102, criando o Juiz Municipal e de Orfãos de Riachuelo com juiz letrado. Foi nomeado o Bel. José de Barros Accioli de Menezes, que tomou posse em 4 de janeiro de 1890.

(1) — Chegou a Desembargador no Tribunal da Relação de Sergipe.

para ter juiz letrado ou togado, pelo Decreto Geral n.º 9.290, de 27 de setembro de 1884.

Juizes que nele serviram :

Nomeação ou Remoção

1885 — Bel. Henrique Bittencourt Berenguer Cesar —

1886 — Bel. Abdias de Faria e Oliveira (1) — 18- 9-1886

1889 — Bel. Antônio Henriques Silvestre Faria — 2- 5-1889

Concluimos, assim, a enumeração dos termos judiciários especiais de Sergipe, no Império.

Os termos, esclarecêra **Paula Pessoa**, são subdivisões de comarcas, compreendendo um ou mais municípios, e podendo denominar-se simples, reunidos ou anexos.

Para que possa haver um termo, é necessário que o município ou municípios de que ele se compõe se apurem 50 Jurados, para formar um conselho. (Arts. 20 e 31 da Lei de 3 de Dezembro de 1841 — e 32, 233 do Regulamento n.º 120, de 31 de Janeiro de 1842). Podem reunir-se mais de tres município (Decreto n.º 651, de 24 de novembro de 1849, revogando o art. 32 do Regulamento n.º 120). O Aviso n.º 30 de 3 de março de 1859, declara que, embora seja creado um município, não pode existir nêle Juizo Municipal, sem Decreto Imperial que o institua. — (Cod. do Proc. Crim. nota 12, pag. 12).

É possível haja algumas omissões na enumeração dos nomes de Juizes Municipais e de Orfãos, que jurisdisseram nos termos relacionados.

Tivemos, nesse trabalho, alguns esclarecimentos prestados por Epifânio Dória, o incansável estudioso e sabedor dos fatos e coisas antigas de Sergipe, o que muito lhe agradecemos.

1) — Ascendeu ao cargo de Desembargador do Superior Tribunal de Justiça do Pernambuco, chegando a ser eleito presidente, por seus pares.

É curioso lembrar que pelo orçamento para o ano financeiro de 1834 a 1835 (Lei n.º 58, de 8 de outubro de 1833, Capítulo V, parágrafo 6) a Província de Sergipe dispndia com as “justiças territoriais” cinco contos de reis (5:000\$000) e hoje pelo orçamento da receita e despesa para o exercício de 1948 (Dec. Lei n.º 8, de 20-XI-1947), gasta dois milhões duzentos e tres mil e duzentos cruzeiros (Cr. \$ 2.203.200,00).

Aracaju, 1947.

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1947

*Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe
realizada a 18 de Janeiro de 1947*

Aos dezoito dias do mês de Janeiro de mil novecentos e quarenta e sete, às dezesseis horas, no edifício social do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria Dr. José Calasans Brandão da Silva, Epifânio da Fonseca Dória, Dr. Garcia Moreno, Professor Napoleão Dória e Antilóquio Vale, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas sem emendas as atas de 6 e 13 de Dezembro de 1946.
O expediente constou do seguinte:

Cartas (8) do Prof. José Augusto da Rocha Lima, pedindo o salão de festas para uma solenidade da Sociedade de Cultura Franco-Brasileira; da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, comunicando a aprovação da prestação de contas do Instituto correspondente à subvenção de 1945; do comandante Mario do Amaral Gama, comunicando aceitar o convite do Instituto para fazer na sessão do Dia do Marinheiro o discurso oficial do mesmo Instituto; do Departamento de Educação, convidando o Instituto para a solenidade da inauguração do grupo escolar Dr. Rodrigues Dória, nesta Capital; do comandante Marcelino Jorge Filho, acusando o recebimento de uma carta do Presidente do Instituto, referente à oferta de um gral antigo ao museu; da Revista Turismo, pedindo colaboração; do Secretario Geral do Estado, convidando o Instituto a tomar parte em uma reunião a fim de se assentarem medidas para a fundação em Sergipe de uma filial da Liga Brasileira para a Defesa da Democracia; do capitalista José Couto da Faria, enviando a quantia de cem cruzeiros, destinada ao premio escolar "Professor Alfredo Montes", pelo mesmo instituido.

Cartões (4) do 28 B. C., enviando votos de boas festas; do coronel João Baptista de Matos, comunicando a remessa graciosa de volumes à biblioteca; da Fa-

culdade de Direito de S. Paulo, enviando um exemplar de volume XI de sua Revista; dos bacharelados em Ciências Econômicas, turma de 1946, convidando o Instituto a se representar na colação de grau.

Circular do Dr. Luiz do Prado Ribeiro sobre procuratórios na Capital da República.

Ofícios (5) do Secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística, comunicando ter atendido um pedido deste Instituto; da 19.^a Circunscrição de Recrutamento, convidando o Instituto para a solenidade comemorativa do Dia do Reservista; do Secretário Geral do Estado, solicitando a entrega de moveis que pertenceram à extinta Assembléa Legislativa; do Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Saúde (2) sobre o envio de publicações que lhe foram pedidas.

Telegramas (2) Do Juiz eleitoral da 1.^a zona desta Capital requisitando dois salões do Edifício deste Instituto para realização das eleições de 19 de Janeiro corrente e da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde comunicando ter pedido ao Banco do Brasil o pagamento da Subvenção federal de 1946.

Ainda no expediente foram apresentados vários livros, opúsculos, jornais e revistas de várias procedências, mandando o presidente arquivar o expediente lido.

Na ordem do dia foi lido o parecer da comissão de Admissão de Sócios, favorável à admissão das distintas compatriotas D. Henriqueta Martins Catarino e Dra. Dalva Matos para o quadro de sócios correspondentes, sendo unanimemente aprovado, mandando o presidente que a Secretaria providenciasse a comunicação devida às novas associadas.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, lavrei a presente ata calcada sobre as notas fornecidas pelo 2.^o Secretário.

(ou) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana, Sec. Geral
Anfilóquio Vale, 2.^o Secretário
Epifanio Dória, 1.^o Secretário

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e da Academia Sergipana de Letras, realizada a 23 de Março de 1947.

Aos vinte e oito dias do mês de Março de mil novecentos quarenta e sete, presentes a maioria dos membros das diretorias do Instituto Histórico e geográfico de Sergipe e da Academia Sergipana de Letras, vários sócios do mesmo Instituto e titulares da Academia, autoridades civis e militares, docentes e discentes dos

estabelecimentos de ensino, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Carvalho Neto, por indicação do presidente, Dr. José Calazans.

Não houve leitura de ata nem expediente.

Abrindo a sessão o Dr. Carvalho Neto proferiu longo e brilhante improviso, enaltecendo a memória de Castro Alves, sendo, ao terminar, muito aplaudido. Ocupou a tribuna o intelectual conterrâneo João Freire Ribeiro que falou em nome da Academia, como seu titular que é, merecendo da assistência prolongada salva de palmas, ao terminar o seu discurso. Usou depois da palavra, em nome do Instituto Histórico, o intelectual Valter Sampaio, que foi, por sua vez, muito aplaudido pela seleta assistência.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Maria Conceição Dias, lavrei a presente ata calcada sobre os dados fornecidos pelo 2.º secretário.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana, Sec. Geral
Anilloquio Vale, 2.º Secretario
Eplânio Dória, 1.º Secretario

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,
realizada a 6 de Abril de 1947.**

Ao seis dias do mês de Abril de mil novecentos quarenta e sete, presentes os membros da Diretoria, Dr. José Calazans, Professor Napoleão Dória, Dr. Garcia Moreno, Eplânio Dória e Anilloquio Vale, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas das sessões de 18 de Janeiro e 28 de Março.

Foi o seguinte o expediente lido:

Cartas. (2) Do sócio correspondente, Dr. Arquimedes Pereira Guimarães, comunicando ter transferido sua residência para a rua Maranhão n.º 1428, em Belo Horizonte, Minas; do jornalista José de Carvalho Déda, comunicando a remessa do número 17 do jornal a Semana, que lhe fôra pedido.

Circulares (3). Da Diretoria do Ateneu Técnico Comercial, da Capital da República, pedindo a publicação do seu programa na Revista deste Instituto; da Associação dos Servidores Públicos em Sergipe, convidando o socialista a comparecer à posse da respectiva Diretoria, recentemente eleita; e do adido cultural norte-

americano na Baía, Pritchard Dias, comunicando ter remetido a este Instituto um exemplar de Scientific Medical and Technical Books, que não foi recebido.

Ofícios (3). Do Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia, acusando o recebimento de numeros da Revista, d'este Instituto, cuja remessa reclamára; do Secretário da Fazenda do Estado da Baía, comunicando ter remetido ao Instituto publicações oficiais que lhe foram pedidas; do Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Baía, acusando o recebimento de um offcio d'este Instituto. Da Assembléa Legislativa do Estado, comunicando a sua instalação a 23 de Março deste ano.

Telegramas. (2) de D. Diva Ribeiro, viuva do falecido sócio coronel Jacinto Ribeiro, agradecendo as homenagens do Instituto prestadas à memória do mesmo Coronel, por ocasião do seu falecimento. Constatou mais o expediente de vários livros, opúsculos, revistas e jornais de várias procedências, e de uma propôsta, firmada por cinco sócios, no sentido de serem admitidos ao quadro de sócios efetivos os Drs. Francisco Alberto Bragança de Azevedo, Paulo Xavier de Andrade Monte e Pedro de Alcantara Braz, propôsta que o presidente despachou à comissão de admissão de sócios para o necessário parecer.

Aberta a ordem do dia declarou o presidente não haver matéria para discussão.

O 1.º secretário, Epifanio Dória, pediu que se registrasse na ata do dia o pesar do Instituto pelo falecimento do sócio honorário Desembargador Liberio de Souza Monteiro, occorrido em Laranjeiras a 21 de Março d'este ano. Teceu a seguir judiciosas considerações sobre a personalidade do falecido que era uma das grandes inteligências nascidas na terra de Silvio Romero, tendo presidido por muitos anos, com a integridade de um grande juiz, o nosso antigo Tribunal da Relação. Recomendou o presidente que se fizesse na ata, por ser de justiça, a menção sugerida pelo 1.º Secretário.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, funcionário administrativo, lavrei a presente ata pelas notas fornecidas pelo senhor 2.º Secretário.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana
Anfilóquio Vale, 2.º Secretario
Epifanio Dória, 1.º Secretario

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 14 de Abril de 1947

Aos quatorze dias do mês de Abril, do ano de mil novecentos e quarenta e sete, às vinte horas, no salão de festas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da diretoria em sua maioria, o representante do senhor governador do Estado, várias sócios, autoridades civis e militares, docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino da Capital, representantes da imprensa e do clero, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão pelo presidente José Calasans. Não houve leitura de ata nem de expediente. Ao abrir a sessão disse o presidente, em rápido improviso, o fim da mesma, concedendo, em seguida, a palavra ao Dr. Manuel Xavier de Figueirêdo Monte, orador oficial da solenidade, em homenagem à memória do Dr. Rodrigues Dória.

Ocupou a tribuna o referido orador que proferiu longo e eloquente discurso que mereceu os aplausos da assistência.

Foi em seguida entregue à normalista Maria Costa de Jesus o prêmio escolar Professor Alfredo Montes, instituído pelo sócio José Couto de Faria. Recebeu o seu diploma de sócio efetivo o deputado estadual José de Carvalho Déda. Na mesma ocasião foram entregues pelo Diretor Geral do Departamento de Educação, professor Acrísio Cruz, como uma homenagem a mais à memória do Dr. Rodrigues Dória, os diplomas das normalistas que concluíram o curso de formação de professores primários no corrente ano.

Falou depois, em vibrante improviso, o presidente, Dr. José Calasans dizendo que os políticos nesta hora difícil da vida sergipana, deviam estabelecer o seguinte slogan: "lembrai-vos de Rodrigues Dória". Sim, continuou, é preciso não esquecer o grande sergipano, símbolo de honestidade, que ocupando o governo numa hora angustiosa, semelhante a atual, quando Coelho e Campos proclamavam ser impossível salvar Sergipe da bancarrota, soube com inteligência, serenidade e equilíbrio, restaurar as finanças e reformar o ensino. Convém ressaltar, disse mais o presidente, que ao tomar posse do governo, o Estado estava em atraso com o funcionalismo público em quase um ano.

E o que fez Rodrigues Dória? prossegue, começou por não receber o seu próprio subsídio, e, pouco tempo depois, estava o funcionalismo em dia. Deu-nos, continua, em seu governo, os primeiros grupos escolares, mandando ver em S. Paulo, apesar das críticas dos inimigos pequenos, um técnico em educação. Lembrai-vos de Rodrigues Dória, deve ser o brado dos sergipanos neste instante difícil, porque ele simboliza a honestidade, a serenidade administrativa, a visão dos nossos problemas e a coragem de atividade. Repetindo o slogan: que recomendou, termina recordando: Filho da cidade de Propriá, banhada pelo magestoso S. Francisco, com ele aprendi a não me voltar para trás, seguindo o seu

exemplo da marcha constante na mesma direção, sem retroceder nem esbarrar, purificando suas águas nos vários tropêços e multiplicados embaraços que lhes agitam a corrente, mas não lhes desmandam o curso. Ao terminar foi presidente aplaudido pela assistência. Falou, em seguida, o secretário Epifanio Dória, representante da família Dr. Rodrigues Dória, agradecendo, em nome da mesma aquela grande homenagem ao grande sergipano. No correr do discurso do Dr. Xavier Monte foi inaugurado o retrato do Dr. Rodrigues Dória.

Ao encerrar a sessão o presidente agradeceu aos presentes a distinção do seu comparecimento à solenidade.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, servindo-me das notas fornecida pelo secretário.

(aa) José Calasans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana, Sec. Geral
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário
Epifanio Dória, 1.º Secretário

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 5 de Maio de 1947.

Aos cinco dias do mês de Maio do ano de mil novecentos quarenta e sete, presentes os membros da Diretoria, em sua maioria, diversos sócios, autoridades civis e militares, docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino desta Capital, representantes da imprensa, cavaleiros, senhoras e senhorinhas, foi aberta a sessão sob a presidência do Dr. José Calasans.

Não houve leitura de ata nem de expediente. Ao abrir a sessão declarou o presidente que era com grande satisfação que o Instituto ia proporcionar ao publico de Aracaju a ovida de uma palestra do Dr. Humberto Amado, estudioso dos problemas sociais, indo o mesmo falar sobre a Suécia, que visitára recentemente.

Deu a seguir, a palavra ao orador do dia, o qual discorreu brilhantemente sobre o que viu, observou e compreendeu no pequeno mas bem organizado país nórdico, por onde passara o tufão nazista, mas sem exercer a sua terrível força destruidora, de vez que a pequena nação, vendo que era inutil o sacrificio, não ofereceu resistência ao invasor. Ao terminar foi o orador vivamente aplaudido pela seleta assistência.

Antes de encerrar a sessão, o presidente, José Calasans, agradeceu aos presen-

tes e distinção do seu comparecimento. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, funcionário administrativo, lavrei a presente ata, servindo-me das notas fornecidas pelo secretário.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana, Sec. Geral
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário
Epifanio Dória

Ata da sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 19 de Maio de 1947.

Aos dezenove dias do mês de Maio do ano de mil novecentos quarenta e sete, às vinte horas, no salão térreo central do edifício social, presentes os membros da Diretoria, Dr. José Calazans, Epifanio Dória, Dr. Garcia Moreno, Tenente Damião Mendonça e Professor José Augusto, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas, e aprovadas, sem emendas, as atas de 6 e 14 de Abril e 5 de Maio corrente.

O expediente constou do seguinte:

Cartas. (3) Do Sr. Leônidas Corrêa Dantas, oferecendo ao Instituto peças artísticas que foram usadas no carnaval deste ano, nesta Capital, para serem conservadas como elementos perpetuadores das tradições locais; da distinta matrona baiana, D. Henriqueta Martins Catarino, enviando a joia de sócio correspondente e 75 cruzeiros de oferta ao Instituto; de Bruno Irineu Vizotto, pedindo a oferta de livros sobre história de Sergipe.

Cartão. (1) da Dra. Dalva Matos, enviando a importância de sua joia de sócio correspondente.

Circulares. (4) Do Coronel Djenal Tavares Queiroz, comunicando ter assumido as funções de Comandante da Polícia Militar do Estado, para as quais fôra nomeado; do Departamento de Ação Social da Ação Católica Diocesana desta Capital, comunicando a eleição e posse de sua Diretoria; do Sr. Alípio Menezes, comunicando a sua posse nas funções de Prefeito do município da Estância; do Diretor do Serviço de Extensão Cultural de Boyacá, Colombia, comunicando a fundação de uma biblioteca naquela Diretoria e pedindo a remessa de livros.

Ofícios. (2) Do Diretor do Instituto Pedagógico Rui Barbosa enviando o nome da aluna do mesmo, a quem deve caber o prêmio escolar Professor Alfredo Montes, instituído pelo consócio Couto de Faria; e do Secretário Geral do Conselho

Nacional de Geografia, dirigindo um apelo aos Instituto no sentido de serem remetidos livros para a secção brasileira da Library of Congress, de Washington.

Telegramas. (2) Do Presidente da Assembléa Constituinte do Estado, convidando o Instituto para a solenidade da aposição da imagem de Cristo na sala das reuniões da mesma Assembléa; e do Grupo Espirita "Irmão Fêgo", desta Capital, convidando o Instituto para a solenidade do batimento da primeira pedra do albergue noturno que vai construir.

Constou ainda o expediente de vários opusculos, revistas, jornais e livros recebidos de várias procedências. Mandou o presidente arquivar o expediente lido, depois de respondido, e recolher à bibliotéca a parte que à mesma cabe guardar.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da comissão de admissão de sócios, extrahido na proposta apresentada na sessão passada, no sentido de serem aceitos sócios efetivos os Drs. Pedro de Alcantara Braz, Francisco Alberto Bragança de Azevedo e Paulo Xavier de Andrade Monte, parecer que, sendo favorável à acclamação das propostas, foi unanimemente aprovado, mandando o presidente que a Secretaria fizesse as devidas comunicações.

Em seguida propôs o mesmo presidente e submeteu, de logo, à discussão dos presentes, que se celebrasse condignamente, em 4 de Agosto do ano vindouro, o centenário do nascimento do saudoso Desembargador Manuel Armino Cordeiro Guarará, sugestão que foi unanimemente aceita. Entrando-se em detalhes ficou assentado que coubesse ao 1.º Secretário Epifanio Dória, como amigo pessoal que foi do Desembargador Guarará, a quem teve ensejo de fornecer muitas notas para o seu magnifico Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, o encargo de traçar uma noticia biografica, focalizando a figura respeitável do velho magistrado e homem de letras, devendo sair a referida noticia biográfica em volume especial com o CATALOGO DOS JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS DE SERGIPE DE 1832 a 1908, e o GLOSSARIO ETIMOLOGICO DOS NOMES DA LINGUA TUPI NA GEOGRAFIA DO ESTADO DE SERGIPE, o que ficou assentado, ficando o 1.º Secretário incumbido de se entender com a viuva do saudoso sergipano, sobre este assunto.

Lembrou a seguir que seria justo e patriótico que o Instituto, levasse o seu aplauso a Assembléa Constituinte do Estado pelo gesto de justiça histórica incluindo no texto da Constituição dispositiva que manda construir uma estátua que perpetue a memória de Silvio Romero, bem como a instituição do hino, do escudo e da bandeira de Sergipe. Em continuação disse o Presidente que a prefeitura desta Capital resolvêra oferecer ao Instituto um retrato a oleo do antigo Prefeito Teofilo Dantas, o qual será inaugurado solenemente em dia previamente designado, devendo fazer o discurso official o consócio Dr. Fernando de Figueirêdo Porto.

O secretário Epifanio Dória deu a agradável noticia de ter o intellectual conterraneo Dr. Otaviano de Menezes Bastos oferecido à bibliotéca do Instituto 40 volumes de obras sobre varios assunto.

O Secretário Geral, Tenente Damião Mendonça, lembrou a passagem do centenário da morte do grande patriota Joaquim Gonçalves Ledo, considerado, como o verdadeiro Patriarca da Independência, pedindo que seja feita menção na ata de hoje da passagem da grande data, o que foi, unanimemente aceita. O Secretário Epifanio Dória, ressaltando a figura de projeção mundial de Henrique Ford, falecido em Detroit, na América do Norte em 7 de Abril deste ano, pede que seja mencionada na ata de hoje esta ocorrência luttuosa para todo o mundo, pois homens como Henrique Ford, disse, são cidadãos do mundo.

Em continuação lembrou o falecimento de outro grande cidadão do mundo, o Dr. Paulo Harris, ocorrido em Chicago a 27 de Janeiro deste ano, lembrando que foi ele o fundador dos Rotaryst Clubes, muitos dos quais funcionando no Brasil, acrescentando que estava o mesmo sendo considerado o candidato mais provável deste ano ao premio Nobel da Paz.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, lavrei a presente ata, servindo-me das notas fornecidas pelo Secretário.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana, Sec. Geral
Anfilogio Vale, 2.º Secretario
Epifanio Dória, 1.º Secretario

Ata sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 20 de Junho de 1947.

Aos vinte dias do mês de Junho do ano de mil novecentos quarenta e sete; na sede social, às 20 horas, presentes os membros da Diretoria: Dr. José Calazans, tenente Damião Mendonça, Dr. Garcia Moreno, Professor José Augusto, Epifanio Dória e Anfilogio Vale, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão ordinária de 19 de Maio. O expediente constou do seguinte.

Cartas (3) do Dr. Hélio Viana, agradecendo a sua admissão como sócio honorário; do Instituto Francês dos Altos Estudos Brasileiros, pedindo a remessa de obras ao mesmo Instituto, com sede em Paris; do Museu Paulista comunicando que os primeiros tomos dos Anais do Museu se acham esgotados.

Circular. (Uma) Da 19.ª Circunscrição de Recrutamento, convidando o Instituto para as comemorações cívicas da batalha de Tuiuti.

Ofícios. (8) Do Prefeito desta Capital, solicitando uma providência, que foi tomada; do Conselho Federal de Comércio Exterior, comunicando ter atendido o

pedido do Instituto, remetendo numeros do Boletim do mesmo Conselho; do Dr. Rodrigo M. F. de Andrada, agradecendo a sua admissão como sócio honorário; do Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia, comunicando ter enviado o Anuário Estatístico do Brasil que lhe fôra pedido; do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Sergipe, oferecendo ao Museu do Instituto um sofá antigo; da Escola Noturna Getúlio Vargas Filho, desta Capital, convidando o Instituto para a solenidade da entronização da imagem de Cristo na mesma Escola; do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, comunicando ter atendido o apelo deste sodalício, remetendo volumes solicitados de sua revista; e do Dr. Paulo Xavier de Andrade Monte, agradecendo a sua admissão como sócio efetivo.

Propostas (3) Indicando para sócios efetivos os Drs. José Pareira de Miranda, Benedito da Silva Cardoso e Humberto de Andrade Amado e para correspondente o Dr. Copérnico Pinto Coelho, propostas que foram despachadas à Comissão de Admissão de sócios.

Telegrama (Um) Do Dr. Rodrigo M. F. de Andrade, comunicando ter recebido o diploma de sócio honorário.

Aberta a ordem do dia o Presidente referiu-se à oferta de um sofá feita pelo atual chefe da Delegacia do Senai nesta Capital. Em seguida o mesmo presidente fez considerações sobre a hora delicada que se atravessa e pediu aos consócios presentes que se manifestassem sobre a conveniência ou não de se manter a deliberação antes tomada de permitir reuniões políticas do Instituto. Depois de debates ficou assentado que a fim de se por o Instituto à guarda de possíveis explorações de caráter político, não ser mais cedido o referido salão para reuniões que não sejam de caráter artístico, literário, científico ou cívico, notificando-se pela imprensa esta deliberação.

Resolveu-se também telegrafar ao Chefe da Nação dando-lhe os aplausos do Instituto pela deliberação de grande repercussão na economia nacional, de atacar, de frente o problema do aproveitamento da força hidráulica do S. Francisco.

Comunicou o presidente que o Dr. Humberto de Andrade Amado assumira o compromisso de oferecer ao Instituto um retrato do grande orador sacro e parlamentar Padre José Gonçalves Barroso.

O consócio Epifanio Dória comunicou, por sua vez, que o grande historiador mineiro, o consócio Dr. Hêlio Viana havia prometido um artigo seu para o próximo numero da Revista, versando assunto ligado à história de Sergipe. Ainda o consócio Epifanio Dória apela para o presidente José Calasans, no sentido de facilitar a confecção de um retrato seu a ser colocado na galeria dos presidentes do Instituto, gesto em que se não poderia descobrir etíva de vitupério, de vez que era um imperativo da deliberação do sodalício, manter completa a galeria dos seus presidentes, conquanto o atual estivesse a merecer homenagem especial alem da aposição do retrato na galeria, aposição que é um dever do Instituto.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Dias, lavrei a presente ata pelas notas fornecidas pelo 2.º Secretário Anfilóquio Vale.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana, Sec. Geral
Anfilóquio Vale, 2.º Secretário
Epifanio Dória, 1.º Secretário

Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe, de 9 de Julho de 1947

As vinte horas do dia nove de Julho do ano de mil novecentos quarenta e sete, no edificio sede social, presentes os membros da Diretoria, Dr. José Calazans Professor José Augusto, Dr. Garcia Moreno, Professor Napoleão Dória, Epifanio Dória e Anfilóquio Vale, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão de 20 de Junho.

O expediente constou do seguinte:

Carta. Uma do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Aracaju, oferecendo ao museu do Instituto um quadro contendo fotografias da antiga Escola Coelho e Campos.

Cartão. Um da Embaixada Americana no Rio de Janeiro, oferecendo ao Instituto um exemplar do HANDBOOK OF SOUTH AMERICAN INDIANS;

Comunicados. (4) Dois do Departamento Estadual de Estatística (ns. 2 e 7) e dois do Serviço de Informações do Hemisfério.

Ofícios. (3) Do Departamento Estadual de Estatística de Sergipe, agradecendo a cooperação deste Instituto dada ao mesmo Departamento na solenidade comemorativa da instalação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; da Biblioteca da Faculdade de Direito de S. Paulo, comunicando ter enviado a este Instituto volumes de sua Revista, pedidos anteriormente; e do Conselho Nacional de Geografia, remetendo a este Instituto a Resolução n.º 263, do mesmo Conselho, em favor do desenvolvimento da seção brasileira da Biblioteca do Congresso, de Washington.

Propostas. Foram lidas duas no sentido de serem aceitos para o quadro de sócios honorários o Dr. Otaviano de Menezes Bastos, natural deste Estado, a quem o Instituto está a dever a oferta de 400 volumes de obras diversas, e para o quadro de sócios correspondentes o Senhor Dom Pedro Orleans de Bragança, propostas que foram encaminhadas à Comissão de Admissão de sócios.

Pareceres. Foram recebidos três da Comissão de Admissão de Sócios ficando reservados à ordem do dia da presente sessão.

Foram presentes também varios jornais, livros, opusculos e Revistas recebidos do país e do estrangeiro

Aberta a ordem do dia foram lidos os três pareceres opinando pela aceitação do Dr. Copérnico Pinto Coelho, residente em Belo Horizonte, Minas, para o quadro de sócios correspondentes, e os Drs. José Pereira de Miranda, Benedito da Silva Cardoso, Humberto de Andrade Amado e Professor Cecílio Cunha para o quadro de sócios efetivos, pareceres que foram unanimemente aprovados, mandando o Senhor presidente que se fizessem as necessárias comunicações.

Usando da palavra o 1.º Secretário Epifanio Dória, deu conhecimento à casa de que já tinham chegado 61 dos 400 volumes oferecido à biblioteca pelo coetadano Dr. Otaviano de Menezes Bastos.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu Maria Conceição Dias, lavrei a presente ata, servindo-me das notas fornecidas pelo segundo secretário.

(*na*) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana
Anfiloquio Vale
Epifanio Dória

**Ata da sessão da eleição da Diretoria e
Comissões Permanentes do Instituto His-
tórico e Geográfico de Sergipe, realizada
a 30 de Julho de 1947.**

As vinte horas de trinta de Julho de mil novecentos quarenta e sete, presentes vinte e seis sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, inclusive a maioria dos membros da Diretoria formou-se a mesa da Assembléa Geral, ocupando a presidência o Dr. José Calazans Brandão da Silva e os lugares de 1.º e 2.º secretário, Epifanio da Fonseca Dória e Armando Barreto. Aberta a sessão foi lida e aprovada, sem emendas, a ata de 9 de Julho findo. Não houve expediente. Aberta a ordem do dia declarou o Presidente ser éla a eleição da Diretoria que ha de servir de 6 de Agosto de 1947 a 6 de Agosto de 1949, e como havia número legal mandou que o 1.º Secretário fizesse a chamada dos votantes pelo livro de presença, o que foi feito, comparecendo todos, um a um, à urna, conforme a chamada: Terminada a votação o Presidente abriu a urna de onde retirou 26 cédulas, número igual ao de votantes. Em ato continuo procedeu-se à apuração, finda a qual verificou-se que tinham sido votados: **Para Presidente:** Dr. João Ba-

tista Perez Garcia Moreno, 25 votos; Tenente Damião Mendonça de Santana, um voto. **Para 1.º Vice-presidente:** Dr. José Calazans Brandão da Silva, 25 votos; Professor Napoleão Dória, um voto. **Para 2.º Vice-presidente:** Tenente Damião Mendonça de Santana, 25 votos, Salvio Oliveira, um voto. **Para Secretário Geral:** Dr. Felte Bezerra, 25 votos. **Para 1.º Secretário:** Epifanio da Fonseca Dória, 25 votos; Armande Barreto, um voto. **Para 2.º Secretário:** Professora Maria Tetis Nunes, 26 votos. **Para orador:** Professor José Augusto da Rocha Lima, 25 votos; Dr. João Marques Guimarães, um voto. **Para Tesoureiro:** Antônio Soares de Santana, 26 votos. **Para a Comissão de Fazenda e orçamento:** Anfiloquio Vale, Professor Benedito Oliveira e Coronel Francisco de Souza Porto, 25 votos cada um.

Para a Comissão de História: Dr. Manuel Ribeiro, Professor Sebrão Sobrinho e Dr. Gonzalo Rolemberg Leite, 26 votos cada um.

Para a Comissão de Geografia: Dr. João de Araujo Monteiro, Dr. Severino Pessoa Uchôa e Professor Napoleão Dória, 25 votos cada um e Professor Joaquim Vieira Sobral, 3 votos.

Para a Comissão de Manuscritos e Autógrafos: Professor Acrísio Cruz e Dr. João de Seixas Dória, 26 votos cada um; José Felixola, 25 votos e Dr. João Maynard Barreto, um voto.

Para a Comissão de Admissão de Sócios: Major Nicenor Ribeiro Nunes, Dr. Lauro Dantas Hora e Armande Barreto, 25 votos cada um, José Francisco de Oliveira, 3 votos.

Para a Comissão de Revista: José Apóstolo de Oliveira Neto, José Amado do Nascimento e Dr. Carlos Garcia, 25 votos cada um e Dr. João Marques Guimarães, 3 votos.

Terminada a apuração anunciou o Presidente o seu resultado, concedendo a palavra a quem quizesse formular protesto ou reclamação contra a mesma. Reunido silêncio foi declarada aprovada a mesma apuração e proclamados eleitos os que obtiveram maioria de votos.

Foi em seguida suspensa a sessão para a lavratura desta ata que eu, Maria Conceição Dias, funcionário administrativo contratado presente aos trabalhos, lavei de ordem do Senhor Presidente. Concluída a ata recomeçou a sessão, sendo aprovada a mesma ata, sem emendas, depois de lida e achada conforme.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana
Anfiloquio Vale
Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Ser-
gipe, realizada a 30 de julho de 1947,
depois da sessão de eleição da Diretoria.**

Presentes os membros da Diretoria, Dr. José Calasans Brandão da Silva, Professor Napoleão Dória, Dr. Garcia Moreno, Tenente Damião Mendonça, Epifânio da Fonseca Dória e o membro da Comissão de Admissão de sócios Armando Barreto, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Não houve leitura de ata.

O expediente constou do seguinte :

Cartas. (2) Da Sociedade "Les Amities Belgo-Sud Americaines, de Bruxelas, Belgica, comunicando a sua fundação na mesma cidade, sob os auspícios do corpo diplomático e consular sul-americano, visando entreter amizade entre os países Sulamericanos e a Belgica e da Confraternité Universelle Balzacienne" de Montevideo, Uruguai, pedindo a Revista do Instituto e outras publicações.

Cartões. (2) Do Serviço de Estatística e da Previdência do Trabalho, comunicando ter remetido ao Instituto alguns dos volumes que lhe foram pedidos e do diretor do Arquivo Público de Pernambuco, enviando o 2.º volume da Revista do mesmo Arquivo.

Circulares. (2) Da Academia Sergipana de Letras, convidando para uma solenidade e da Associação Aracajuana de Beneficência, em idêntico sentido.

Ofícios. (4) Da Faculdade de Direito de S. Paulo comunicando não ser possível a remessa dos numeros pedidos da Revista da mesma Faculdade: da Assembléa Legislativa do Estado da Paraíba, enviando um exemplar da Constituição política do mesmo Estado, recentemente promulgada: da 12.ª Circunscrição de Recrutamento (dois) um firmado pelo antigo Chefe da mesma Circunscrição, Major Alberto Zanith, agradecendo a cooperação do Instituto nas homenagens às grandes figuras das forças armadas da Nação e comunicando o eu afastamento da chefia, por ter sido designado para outra comissão fóra do Estado, e outra do 1.º Tenente José da Fraga Melo, comunicando ter assumido, interinamente, as funções da mencionada Circunscrição.

Pareceres. (2) Da Comissão de Admissão de Sócios exarados nas propostas que lhe foram encaminhadas e que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas. (2) Uma no sentido de ser aceito sócio efetivo o Padre Antônio Ave-lino, residente em Irapiranga, e outra no sentido de ser aceito sócio correspondente o Dr. Francisco Gomes de Oliveira Neto, residente na cidade da Bahia propostas que foram encaminhadas à Comissão de Admissão de sócios.

Telegrama (1) Do Secretário Particular do Presidente da Republica agradecendo, em nome do mesmo, os aplausos do Instituto pelo aproveitamento do S. Francisco.

Foram apresentados também no expediente varios livros revistas, opusculos e jornais, recebidos de diversas procedências

Aberta a ordem do dia foram lidos dois pareceres da Comissão de Admissão de sócios, um opinando pela aceitação de Dom Pedro de Orleans Bragança para sócio correspondente, em Petrópolis, e outro opinando pela aceitação do Dr. Otaviano de Menezes Bastos para sócio honorário, pareceres que foram unanimemente aprovados, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

O 1.º secretário Epifanio Dória, chamando a atenção dos presentes para o fato de terem os deputados federais Drs. Amando Fontes e Carlos Waldemar Rollemberg Accioly e Godofredo Diniz conseguido o aumento da subvenção federal de cinco mil para dez mil cruzelris, propôs que se enviasse aos mesmos representantes, em officios, os agradecimentos do Instituto, o que foi aprovado.

O consócio Dr. Garcia Mareno propôs que se lançasse na ata um voto de pesar pelo falecimento do antigo sócio Dr. Manuel Xavier de Oliveira e outro pelo falecimento do escritor baiano Carlos Chacachio, o que foi cpravado. Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, funcionario administrativo contratado, estando presente, lavrei a presente ata, de ordem do Senhor presidente

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana
Anfiloquio Vale
Epifanio Dória

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 31 de Julho de 1947.

Aos trinta e um de Julho do ano de mil novecentos quarenta e sete, às vinte horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes vários sócios do mesmo Instituto, entre elles os membros da Diretoria, em sua maioria, presentes também autoridades civis militares e eclesiásticas, diretores, docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão pelo presidente Dr. José Calazans. Não houve leitura de expediente nem de ata.

Ao abrir a sessão o Dr. José Calazans declarou que a mesma tinha por objeto o recebimento de uma imagem de Cristo, oferecida pela Ação Católica Diocesana, e propiciar à sociedade local o esplêndido espetáculo de uma conferência pública realizada por um grande orador sacro, Dom Clemente Isnard, que ia ocupar a tribuna, dissertando sobre a personalidade marcante de S. Bento, o fundador da Ordem Beneditina.

Usou da palavra o padre José Felix de Oliveira, oferecendo, em nome da Ação Católica Diocesana, uma imagem de Cristo, que foi nessa ocasião inaugurada, sob vibrantes aplausos da numerosa e solta assistência. O discurso do padre José Felix de Oliveira foi largamente aplaudido. Ocupou, em seguida, a tribuna Dom Clemente Isnard que dissertou, brilhantemente, por cerca de uma hora, estudando a vida e obra de S. Bento, sendo vivamente aplaudido ao terminar a sua magnífica oração.

Encerrada a sessão falou o presidente Dr. José Calazans, agradecendo a oferta da imagem de Cristo e congratulando-se com o ilustre auditório pela feliz oportunidade que teve de ouvir um magnífico conferencista.

Nada mais ocorrendo, deu-se por encerrada a sessão, mandando o presidente que se lavrasse a presente ata, que eu Maria Concelção Dias, funcionário contratado lavrei, pelas notas tomadas pelo secretário.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana
Anfilóquio Vale
Epifanio Dória

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 5 de Agosto de 1947.

Aos cinco dias do mês de Agosto de mil novecentos quarenta e sete, as vinte horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes vários sócios do mesmo Instituto, entre eles os membros da Diretoria, em sua maioria, presentes também autoridades civis, militares e eclesiásticas, diretores, docentes e discentes dos estabelecimentos de ensino, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local foi aberta a sessão pelo presidente Dr. José Calazans.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

Abrindo a sessão o referido presidente declarou que a mesma fôra convocada especialmente para o recebimento e inauguração dos retratos do coronel Teófilo Correia Dantas, antigo Prefeito desta Capital, e do Major Dr. Manuel Xavier de Oliveira, o primeiro oferecido pela Prefeitura de Aracaju e o segundo pelo Dr.

Humberto de Andrada Amado. Foi concedida a palavra ao jornalista José Martins Peralva que falou em nome do Prefeito da Capital, oferecendo ao socialício o retrato do ex-prefeito coronel Teófilo Correia Dantas. Ocupou depois a tribuna o consócio Dr. Fernando de Figueiredo Porto que estudou a personalidade do homenageado, coronel Teófilo Dantas.

Falou em seguida o consócio tenente Damião Mendonça, que, por sua vez, estudou a personalidade do saudoso major Manuel Xavier de Oliveira.

Obteve depois a palavra o jovem Arquibaldo Dantas, filho do coronel Teófilo Dantas, agradecendo a homenagem prestada à memória do seu saudoso pai. Falou em seguida o consócio Zózimo Lima, agradecendo em nome da família do saudoso major Manuel Xavier de Oliveira, a homenagem prestada à memória do mesmo.

Ao encerrar a sessão o presidente José Calazans declarou que com aquela solenidade em que se homenagearam dois ilustres sergipanos, a atual diretoria do Instituto Histórico podia sentir-se satisfeita por ter cumprido o programa que traçara, quando de sua posse, em 1945.

Foi assim encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, funcionária contratada, lavrei a presente ata, servindo-me das notas fornecidas pelo secretário.

(aa) José Calazans Brandão da Silva
Ten. Damião M. de Santana
Anfiloquio Vale
Epifânio Dória

**Ata da sessão solene da posse da nova
Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico
de Sergipe, de 9 de Agosto de 1947.**

Aos nove dias do mês de Agosto de mil novecentos quarenta e sete, às vinte horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes vários sócios, entre eles a maioria dos membros da Diretoria, presentes também autoridades civis, militares e eclesiásticas, diretores, docentes e discentes de estabelecimentos de ensino desta Capital, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão pelo presidente Dr. José Calazans. Não houve leitura de ata nem de expediente.

Ao abrir a sessão o presidente José Calazans declarou que o fim da mesma era a posse da nova Diretoria, e a inauguração do retrato do saudoso consócio padre Dr. João de Matos Freire de Carvalho. Estando presente o Senhor Governador do Estado, Dr. José Rolemberg Leite, transmitiu a S. Excia. a presidência da

sessão. Assumindo a mesma presidência o Sr. Governador deu posse ao novo presidente Dr. João Batista Perez Garcia Moreno e demais membros da nova Diretoria, pedindo-lhe o Dr. Garcia Moreno que continuasse a presidir a sessão, no que foi atendido.

Foi em seguida concedida a palavra ao desembargador Gervasio de Carvalho Prata, orador escolhido para falar sobre a personalidade do saudoso consócio padre Dr. João de Matos Freire de Carvalho.

Ocupou então a tribuna o referido orador que proferiu longa e aplaudida oração, sendo, a seguir inaugurado o retrato do homenageado.

Encerrada a sessão o Sr. Governador do Estado agradeceu o comparecimento dos que à mesma concorreram e felicitou o Instituto Histórico pelo êxito da festa.

Após o encerramento da sessão eu, Maria Conceição Dias, funcionário contratado, lavrei a presente ata redigida pelo 1.º Secretário.

(aa) Ten. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.
Antônio Vale
Epifânio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,
de 29 de Agosto de 1947.**

Aos vinte e nove dias do mês de Agosto de mil novecentos quarenta e sete, às vinte horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe presentes os membros da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, tenente Damião Mendonça, Dr. José Calasans, Antônio Soares de Santana e Epifânio Dória foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de 31 de Julho, 5 e 9 do corrente.

O expediente consistiu do seguinte:

Cartas. (2) Do Dr. Copérnico Pinto Coelho, escritor mineiro, agradecendo a sua eleição de sócio correspondente, e da Casa Bancária Freire, Silveira & Cia. Ltda., acusando o recebimento do ofício em que este Instituto comunicou a posse da nova Diretoria.

Circulares. (3). Da Loja Capitular Cotinquinba, desta Capital, e da Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de S. Paulo, comunicando a posse de suas novas diretorias e do Museu de Entre Rios, do Paraná, Argentina, convidando o Instituto para a comemoração do seu trigésimo aniversário, em 3 de Agosto deste ano.

Offícios. (7). Do Secretário do Governador do Estado, agradecendo, em nome de S. Excia., a comunicação da posse da nova Diretoria; da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, pedindo suprirem-se diligências do processo de prestação de contas da subvenção de 1946; do Prefeito da Capital e do Secretário da Justiça e Interior, agradecendo a comunicação da posse da nova Diretoria; das Assembléias Legislativas de Minas Gerais, Estado do Rio e Sergipe, enviando as Constituições pelas mesmas recentemente promulgadas.

Pareceres. (2) Ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (1) De admissão do escritor mineiro Salamão de Vasconcelos, como sócio correspondente, despachada pelo presidente à Comissão de Admissão de sócios.

Telegramas (1) Da viúva do Dr. Oscar Nascimento agradecendo as condolências enviadas pelo sodalício por ocasião do falecimento do mesmo Dr. Oscar Nascimento.

Aberta a ordem do dia foram lidas e submetidas à discussão os pareceres favoráveis a aceitação do padre Antônio Avelino para sócio efetivo e do Dr. Francisco Gomes de Oliveira Neto para sócio correspondente, pareceres que foram unanimemente aprovados, mandando o presidente que se fizessem as devidas comunicações.

Foram propostas pelo consócio José Calasans as seguintes resoluções:

Resolução n.º 1/47.

Fixa normas de funcionamento.

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no uso de suas atribuições, e no intuito de melhor disciplinar os seus trabalhos.

Resolve:

Art. 1.º Todas as decisões tomadas pela Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe em suas sessões deverão ser feitas mediante **Resoluções**, que receberão uma numeração seguida, acrescida do respectivo ano.

Art. 2.º A numeração obedecerá a uma sequência para cada ano.

Art. 3.º Quando aprovada pela Diretoria a resolução será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Geral, registando-se à margem o nome do proponente.

Art. 4.º Haverá uma pasta especial para arquivamento das Resoluções.

Art. 5.º Fica a presente Resolução considerada 1/47. Sala das Sessões da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 24 de Agosto de 1947.

Resolução n.º 2/47

Faz doação de retrato.

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no uso de suas atribuições,

Resolve :

Art. Único., Fica doado no Arquivo Público do Estado um retrato a óleo do consócio Epitácio da Fonseca Dória, trabalho do pintor sergipano Florival Santos.

Sala das sessões da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,
29 de Agosto de 1947.

Resolução 3/47

Convoca reunião da Assembléa Geral.

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no uso de suas atribuições,

Resolve :

Art. 1.º Autorizar a convocação de uma Assembléa Geral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, para votar a reforma dos Estatutos.

Art. 2.º Fica o presidente autorizado a marcar a data em que deverá realizar-se a referida Assembléa Geral.

Sala das Sessões da Diretoria, 29 de Agosto de 1947.

As referidas propostas foram lidas, discutidas e aprovadas.

O consócio tenente Damião Mendonça de Santana apresentou o seguinte projeto de resolução.

Resolução n.º 4/47

Manda inserir em ata voto de congratulações.

A Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no uso de suas atribuições,

Resolve :

Mandar inserir na ata de hoje :

a) — Um voto congratulatório pela passagem de mais um aniversário do nascimento do Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, Duque de Caxias, patrono do Exército Nacional, a 25 do expirante.

b) — Um voto de saudades pelo transcurso de mais um aniversário da morte do grande sergipano Dr. Fausto Cardoso, transcorrido ontem.

S. S. 29 de Agosto de 1947.

Esta proposta foi também regularmente aprovada.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, funcionário admitido, lavrei a presente ata redigida pelo 1.º Secretário Epifanio da Fonseca Dória.

(cc) **Garcia Moreno**

1.º Ten. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

José Augusto da R. Lima

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe, de 8 de Outubro de 1947**

Aos seis dias do mês de Outubro de 1947, às 17 hora, na sede social, presentes os membros da Diretoria: Dr. Garcia Moreno, 1.º tenente Damião Mendonça, Dr. Felto Bezerra, Prof. José Augusto da Rocha Lima, Antônio Soares Santana e Epifanio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte :

Cartas. (5) Do Príncipe D. Pedro de Bragança Orleans, agradecendo a sua eleição de sócio correspondente; do coronel Salvador de Moya, prestando uma informação que lhe foi pedida; do Dr. Octaviano de Menezes Bastos, agradecendo o diploma de sócio honorário; do Gerente do Banco do Brasil nesta Capital, oferecendo ao Instituto um exemplar da Relatório do mesmo Banco do exercício de

1946; e do 2.º sargento do Exército Humberto Bispo de Oliveira, oferecendo ao Instituto um capacete de aço tomado pela FEB aos alemães, na luta nos campos da Europa.

Cartões (4). Um do coronel Salvador de Moya remetendo um volume à Biblioteca; um do Dr. Copérnico Coelho acusando o recebimento do seu diploma de sócio correspondente; um do Dr. Sanelva de Vasconcelos, solicitando a remessa de um volume da História de Sergipe à Biblioteca Pública de Pernambuco; e um da Associação de Imprensa convidando este Instituto para a sessão de posse de sua Diretoria.

Circulares. (4) Dos advogados F. Vieira de Melo e Raul S. S. Gravata, oferecendo os seus serviços remunerados no Rio de Janeiro para tratar ali de interesses do Instituto; Do Centro Operário Sergipano, convidando o Instituto para uma solenidade do mesmo Centro; da Associação Sergipana de Imprensa e da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, comunicando a eleição e posse de suas Diretorias.

Ofícios. (9). Dos Institutos Históricos e Geográficos da Bahia, Alagoas, Minas Gerais, Pará e Paraíba, agradecendo a comunicação da eleição e posse da nova Diretoria deste Instituto; do diretor do Arquivo Público do Estado e do Secretário Geral do Conselho Nacional de Estatística, em idêntico sentido; Do Inspetor Regional de Estatística, enviando formulários para serem preenchidos; do Adido à Embaixada Francesa, pedindo o envio da monista dos Diretores deste Instituto; do diretor da Secretaria do Conselho Nacional de Estatística, comunicando não ser possível a remessa de volumes do Anuário Estatístico do Brasil, por se acharem esgotadas as respectivas edições.

Telegramas (2). Da viúva do Dr. Euzébio de Souza, D. Marcia de Souza, comunicando o falecimento do mesmo; e do juiz eleitoral Dr. Carlos Vieira Sobral, comunicando ter designado duas salas deste Instituto para o funcionamento de duas seções eleitorais no próximo dia 19 deste mês.

Constituiu ainda o expediente de um parecer da Comissão de Admissão de Sócios, que ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje.

Constituiu mais o expediente de grande porção de livros opusculos, revistas e jornais recebidos de varias procedências.

Mandou o sr. Presidente arquivar o expediente lido, depois de processado o expediente correspondente ao mesmo.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Sócios opinando pela aceitação do Dr. Salomão de Vasconcelos para sócio correspondente em Minas Gerais, parecer que foi unanimemente aprovado, mandando o presidente que a Secretaria expedisse a necessária comunicação ao novo sócio.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu Epifanio da Fonseca Dória, 1.º Secretário lavrei a presente ata.

(aa) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe, de 6 de Novembro de 1947.**

Aos seis dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos quarenta e sete, à 17 horas, no edificio social, presentes os membros da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, 1.º tenente Damião Mendonça, Dr. Felto Bezerra, Professor José Augusto, Antônio Soares Santana e Epifanio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior. O expediente constou do seguinte:

Carta (1). Do consócio Dr. Copérnico Pinto Coelho acusando o recebimento da comunicação de posse da Diretoria deste Instituto e agradecendo a mesma comunicação.

Cartão. (1). Do Prefeito desta Capital pedindo cadeiras emprestadas para uma solenidade oficial.

Circulares. (2). Do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria e do Dr. Pedro de Alcantara Braz, comunicando ter assumido o cargo de Diretor, em comissão, da Escola Industrial de Aracaju.

Ofícios. (2) Do Diretor da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, comunicando não poder atender ao pedido deste Instituto por não haver ainda votado o Regimento Interno da mesma Assembléa e do Adido à Embaixada Francêsa no Rio de Janeiro agradecendo o ter este Instituto atendido, com presteza um pedido seu.

Telegramas. (4). Do Prefeito desta Capital, convidando o Instituto para assistir à instalação da Camara de veredores; do Presidente do Conselho Nacional do Serviço Social, sugerindo uma providência em favor deste Instituto e do Dr. Francisco Gomes de Oliveira Neto (2) sobre o pagamento de sua joia de sócio correspondente.

Constou ainda o expediente de varios livros, apusculos, jornais e revistas recebidas de vários pontos do país e do estrangeiro.

Mandou o presidente que fosse arquivado o expediente lido, depois de respondido.

Aberta a ordem do dia não houve matéria para discussão, sendo encerrada a sessão de que eu, Epifanio da Fonseca Dória, 1.º Secretário, na falta do 2.º, lavrei a presente ata,

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felie Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

Ata da sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe de 5 de Dezembro de 1947.

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos quarenta e sete, presentes, os membros da Diretoria Dr. Garcia Moreno, 1.º tenente Damião Mendonça, Dr. Felie Bezerra, Professor José Augusto, Antônio Soares Santana e Epifanio Dória, foi aberta a sessão, às 17 horas, sob a presidência do Dr. Garcia Moreno. Foi lida e aprovada, sem emendas a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Cartas. (5). De João de Faria Amado, enviando numeros do seu periódico Jofama; da The British Council, agradecendo ao 1.º Secretário o atendimento de um seu pedido; do consócio Dr. José Bueno de Oliveira Azevedo Filho (3), acusando o recebimento de recortes de imprensa que pediu, e o de numeros da revista, bem como o da circular de comunicação de posse da Diretoria.

Cartões. (3). Do consócio Dr. Francisco Gomes de Oliveira Neto, devolvendo, preenchida, a ficha de sócio correspondente; do Diretor da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, enviando um exemplar da Constituição do mesmo Estado, e do Museu de Entre Rio, do Paraná, Argentina, agradecendo a adesão deste Instituto às festas do 30.º aniversário da fundação do mesmo Museu.

Ofícios. (7). Da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação (2) comunicando a aprovação das contas referentes ao exercício de 1946 e que foi requisitada ao Ministério da Fazenda o pagamento da subvenção federal de 1947; ao Presidente da Camara Municipal de Aracaju, pedindo um empréstimo de cadeiras para

uma solenidade da mesma Câmara; do Presidente da Assembléa Legislativa do Estado, em idéntico sentido; do Diretor do Instituto Geográfico e Geológico de S. Paulo pedindo a remessa de numeros da Revista deste Instituto; do 1.º Secretário da Assembléa Legislativa do Estado enviando para estudo deste Instituto uma indicação apresentada à mesma assembléa sobre o hino sergipano, tendo o presidente mandado ouvir uma comissão especial que escolheu e à Comissão de História; do Ministério das Relações Exteriores enviando um exemplar das "Elemérides Brasileiras" do Barão do Rio Branco; e do Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas do Paraná, agradecendo a comunicação da eleição e posse da Diretoria deste Instituto.

Constatou ainda o expediente de varios livros, opusculos, jornais e revistas vindas de varias procedências. Mandou o presidente arquivar o expediente lido, depois de convenientemente respondido.

Aberta a ordem do dia verificou-se não haver matéria para debates, sendo em seguida encerrada a sessão de que eu, Epifanio da Fonseca Dória, 1.º Secretário, na falta do 2.º, lavrei a presente ata.

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, realizada a 19 de Dezembro de 1947 em homenagem à memória do poeta Hermes Fontes.

Aos dezenove dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos quarenta e sete, às 20 horas, no edificio social, presentes vários sócios, inclusive a Diretoria em sua maioria; autoridades civis e militares; cavalheiros; senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sob a presidência do Dr. João Batista Perez Garcia Moreno.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

Antes da abertura da sessão o presidente convidou para fazerem parte da mesa o representante do vice-governador do Estado, Dr. Moacir Sobral Barreto, o Prefeito da Capital, Dr. Marcos Ferreira, o Professor Magalhães Carneiro, presidente da Academia Sergipana de Letras, o Dr. Felto Bezerra e o Professor José Augusto da Rocha Lima.

Ao abrir a sessão declarou o presidente que a mesma fôra convocada para o recebimento do retrato do grande poeta sergipano Hermes Fontes, retrato que fôra oferecido ao Instituto pelo município do Boquim, terra natal do mesmo. Deferida a palavra ao representante do referido município, o Dr. Celso Oliva, ocupou este a tribuna, proferindo o eloquente discurso de oferta do retrato ao sodalício, sendo, ao terminar, muito aplaudido.

Sucedeu-lhe na tribuna a senhorinha Avany de Souza, que declamou, com viva emoção e graça, a poesia Chopin de Hermes Fontes, sendo também muito aplaudida, ao terminar.

Falou em seguida o professor Magalhães Carneiro, dando à solenidade o apelo da Academia Sergipana de Letras, sob sua presidência, recebendo, ao terminar, os aplausos da numerosa assistência. Sucedeu-lhe na tribuna o poeta Góis Duarte que em belo discurso agradeceu, em nome da família de Hermes Fontes, a homenagem prestada à sua memória, recebendo também os aplausos da assistência.

Falou, por último, o capitão Damião Mendonça, agradecendo em nome do Instituto a oferta do retrato ao sodalício, merecendo o seu discurso uma salva de palmas.

Encerrando a brilhante sessão, o presidente, Dr. Garcia Moreno agradeceu à seleta assistência o brilho que soube emprestar à solenidade, ouvindo-se a seguir prolongada salva de palmas.

Abrilhou a solenidade a classe de violino do Instituto de Musica, sob a regencia do Prof. Genaro Plech, bem como a banda da Força Policial, gentilmente cedida pelo Sr. vice-governador do Estado, em exercícios, Dr. Moacir Sobral Barreto. Encerrada a sessão, eu, Maria Conceição Dias, auxiliar contratada, lavrei a presente ata redigida pelo 1.º Secretário Epifanio da Fonseca Dória.

(aa) Garcia Moreno

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

ATAS DAS SESSÕES DO INSTITUTO

1948

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe, de 16 de Janeiro de 1948.**

Aos dezesseis dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos quarenta e oito, no efficio social, às dezessete horas, presentes os membros da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, Epifanio Dória, Dr. Félte Bezerra, Professor José Augusto, Capitão Damião Mendonça e Antonio Soares Santana, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de seis e dezoito de Dezembro do ano findo. O expediente constou de dois officios, um da Comissão de Estradas de Rodagem do Estado, agradecendo o se lhe ter cedido o salão de conferências para uma reunião, e outro da Sociedade União Beneficente, de Propriá, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria. Constou também de uma proposta no sentido de serem aceitos sócios correspondentes os senhores professor Eduardo Fernandez Y Gonzalez, residente em S. Paulo; Dr. Tomás Fidias Jimenez, residente na Capital da Republica de El Salvador; Dr. René Moreno de Andrade, residente em Quito, Republica do Equador; Dr. Raimundo Girão, Dr. Joaquim Alves, Dr. Carlyle Martins, Dr. Luiz Sucupira, Dr. Hálto Melo, e Dr. Tomás Pompeu Sobrinho, residentes no Ceará; Dra. Herculano Teixeira de Assunção e Benedito Quintino dos Santos, residentes em Belo Horizonte.

O presidente despachou a referida proposta à Comissão de Admissão de Sócios. Constou também o expediente de crecida porção de revistas, jornais e livros recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia o consócio Epifanio Dória submeteu à deliberação da casa o seguinte projeto de Resolução:

Art. 1.º — Fica criado um quadro especial de 40 sócios benfeitores, que se comporá de pessoas de representação social, a quem se atribua espírito filantrópico.

Parágrafo unico — Os sócios benfeitores serão admitidos mediante proposta de cinco sócios efetivos, procedendo-se no mais de acordo com o disposto nos parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do Art. 9., e Art. 60 dos Estatutos.

Art. 2.º — Os sócios benfeitores pagarão uma joia de dois mil cruzellos e serão isentos do pagamento de mensalidades, tendo, porém, todos os direitos comuns aos sócios efetivos.

Art. 3.º — Os sócios benfeitores, sempre que compareceram às sessões festivas do Instituto, occuparão lugares destacados, seus retratos, em tamanho de cartão postal comum, serão collocadas em artistico quadro de madeira, com quarenta pequenas molduras, o qual será posto à entrada do edificio do Instituto, de maneira a ser facilmente visto pelo publico.

Art. 4.º — Na revista do Instituto se publicará uma noticia biográfica de cada sócio benfeitor.

Art. 5.º — A renda das joias de sócio benfeitor será empregada na compra de um piano próprio para concertos e na de mobiliário adequada ao salão de festas, bem como nas reformas de que carecer o prédio.

Art. 6.º — Quando occorrer o falecimento de um sócio benfeitor, a sua vaga não será preenchida e o Instituto, em sessão especial, depois de decorridos 30 dias do falecimento renderá homenagem à sua memoria.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Fez o autor do projeto uma exposição detalhada a respeito, traduzindo a sua fé no êxito da medida a ser empreendida.

Estudando o assunto foi a proposta submetida a votos logrando aprovação unanime.

Ficou desde logo incumbido o primeiro secretario de organizar, criteriosamente, uma relação de pessoas de elevado conceito social e suficientes recursos economicos que possam acceitar com espirito de filantropia e boa comprehensão a sua eleição para o novo quadro, ou classe de sócios.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, auxiliar de tarefas da Secretaria, lavrei a presente ata, redigida pelo 1.º Secretario senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

**Termo de comparecimento, lavrado em 6
de Fevereiro de 1948.**

Aos seis dias do mês de Fevereiro de mil novecentos quarenta e oito, às vinte horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria Dr. Garcia Moreno, Epifanio Dória e Dr. Felto Bezerra, havendo falta de numero para deliberações, deixou de haver sessão, pelo que mandou o senhor presidente da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, que se lavrasse termo de comparecimento o qual eu, Maria Conceição Dias, auxiliar de tarefa da Secretaria lavrei este de redação do primeiro secretário Senhor Epifanio Dória,

(ca) Garcia Moreno
Felto Bezerra
Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.
Epifanio Dória
José Augusto da R. Lima

**Ata da sessão solene conjunta do Insti-
tuto Histórico e Geográfico de Sergipe,
da Academia Sergipana de Letras, e da
Ordem dos Advogados, de 1.º de Março
de 1948.**

Ao primeiro dia do mês de Março do ano de mil novecentos quarenta e oito, presentes vários sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, membros titulares da Academia Sergipana de Letras, e sócios do Instituto da Ordem dos Advogados, entre eles a maioria dos componentes das respectivas diretorias, com o comparecimento das altas autoridades do Estado, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão pelo Dr. Garcia Moreno, presidente do Instituto Histórico, que expôs o fim da reunião, que era receber e homenagear o intelectual e jurista alagoano Dr. Guedes de Miranda, nomeando, a seguir uma comissão para acompanhá-lo até à mesa, onde ocupou lugar especial. Não houve leitura de ata nem de expediente. Aberta a ordem do dia foi concedida a palavra ao orador escolhido para saudar o homenageado, em nome dos três sodalícios. O brilhante homem de letras que é o Dr. Carvalho Neto proferiu em seguida, de improviso, eloquente discurso, trazendo o perfil litero-jurídico do Dr. Guedes de Miranda e analisando os trabalhos de ordem cultural do notável alagoano.

O discurso do Dr. Carvalho Neto mereceu da numerosa e seleta assistência demorada salva de palmas.

Ergue-se então o Dr. Guedes de Miranda que, depois de agradecer as referências feitas à sua individualidade, leu alguns trechos de discursos que pretende compaginar em livro. Com a leitura dos seus trabalhos, explicou o diretor da faculdade de Direito de Alagoas, queria consultar os intelectuais presentes à sessão se consentiam que o seu maior, que reputava ser indiscutivelmente o Dr. Carvalho Neto, devia ou não prefaciar o livro que vai publicar, ao que, os intelectuais presentes responderam afirmativamente por uma salva de palmas, em que tomou parte toda assistência. Ao terminar o seu discurso o Dr. Guedes de Miranda foi vivamente aplaudido. Encerrando-se em seguida a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefaira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro Secretário senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(at) Garcia Moreno

Cap. Damião M. de Santana. 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe de 6 de Março de 1948**

Aos seis dias do mês de Março do ano do mil novecentos quarenta e oito, às vinte horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, professor José Augusto, Dr. Felto Bezerra, Capitão Damião Mendonça de Santana e Antônio Soares Santana, havendo numero legal, foi aberta a sessão.

Foram aprovadas, sem emendas, as atas de 16 de Janeiro e 1.º do fluente e o termo de comparecimento de 6 de Fevereiro deste ano. O expediente consistiu do seguinte :

Cartas. (8). Do Dr. Antônio Frederico de Lacerda Alves, oferecendo livros de sua autoria; dos Serviços Aereos Cruzeiro do Sul Ltda., comunicando que a sua revista teve a publicação suspensa depois do n.º 15; do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comunicando que a Comissão Executiva do 4.º Congresso de História Nacional, promovida pelo mesmo Instituto, aprovou o programa de estudos das teses do referido Congresso, e enviando um exemplar do mesmo; do serviço Nacional de Aprendizagem Industrial em Sergipe, oferecendo duas fotografias

antigas: do Banco Andrade Arnaud, do Rio de Janeiro, comunicando achar-se em seu poder a carta deste Instituto dirigida em 20 de Janeiro ao Diretor do mesmo Banco, o qual se encontrava doente; do Sr. Francisco de Barros Melo, alto comerciante na praça de Santos, do Dr. Hercílio Porfírio de Brito, industrial em Propriá e do Sr. Luiz Melo, industrial em Petrópolis, enviando as importâncias de suas joias como sócios benfeitores.

Cartões. (2) Da Biblioteca Publica de Curitiba, acusando o recebimento de publicações que lhe foram enviadas e do Instituto Brasil Estados Unidos, atendendo a um pedido deste Instituto.

Circulares. (4) Do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, da Juventude Espírita Sergipana e do Instituto Histórico de Santos, comunicando a eleição e posse de suas diretorias, e da Escola de Estudos Hispanico-Americanos, de Sevilha, pedindo a remessa da revista deste Instituto à sua biblioteca.

Ofícios. (4) Do Instituto Geográfico e Geológico de S. Paulo, acusando o recebimento de revistas que lhe foram enviadas; do tenente coronel João Tavares Filho, comunicando ter assumido as funções de comandante da Guarnição Federal nesta capital para as quais fôra nomeado pelo Presidente da República; do engenheiro responsável pelos Serviços de Agua e Esgôto da Cidade, notificando o sodalício de que deverá pagar mensalmente aos referidos Serviços Cr. \$ 21.40 de taxas; e da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saúde, comunicando que fôram pedidas ao Ministério da Fazenda providências no sentido de ser pago a este sodalício, por intermédio da Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado, a subvenção federal de 1947.

Proposta. (1). De diversos sócios no sentido de ser admitido sócio efetivo o Dr. Manuel Xavier de Figueireda Monte residente na cidade de Propriá, a qual foi despachada a Comissão de Admissão de Sócios.

Telegramas (2). Do Conselho Nacional de Serviço Social, ambos reclamando suprimimento de deficiências do processo de comprovação do emprego dado à subvenção Federal de 1946. Constatou também de crescida porção de Jornais, revistas, folhetos e livros recebidos de varias partes do país e do estrangeiro.

Aberta a ordem do dia o 1.º secretário Epifanio Dória comunicou que a campanha em favor do aparelhamento do salão de conferências estava tendo auspicioso exito, já tendo o Instituto recebido a quantia de oito mil cruzeiros dos sócios benfeitores coronel Gonçalo Roemberg do Prado, do Dr. Hercílio Porfírio de Brito e dos Senhores Francisco de Barros Melo, de Santos, e Luiz de Melo, de Petrópolis. Não havendo matéria para discussão foi encerrada a sessão, lavrando eu,

Maria da Conceição Dias, tarefaira auxiliar a presente ata, redigida pelo primeiro secretário.

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
do Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pio, de 6 de Abril de 1948.**

Aos sete dias do mês de Abril do ano de mil novecentos quarenta e oito, às vinte horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria Dr. Garcia Moreno, Professor José Augusto, Dr. Felto Bezerra, Capitão Damião Mendonça, Antônio Soares Santana e Epifanio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de:

Cartas (10). Do consócio Dr. José Calazans, enviando publicações para a biblioteca; do artista conterraneo Corinto Pinto de Mendonça, pedindo serem conservados neste Instituto até ulterior deliberação sua os seus trabalhos de escultura que figuraram na ultima exposição de arte realizada no edifício do Instituto; do consócio Dr. Antônio Batista Ramos Bittencourt, comunicando ter recebido a carta deste Instituto comunicando a sua eleição para o quadro de sócios benfeitores e agradecendo a mesma eleição com a promessa de enviar oportunamente a joia; do senhor Francisco de Barros Melo, alto comerciante na cidade de Santos, São Paulo, enviando os dados pessoais que lhe foram solicitados; e do Instituto Progresso Editorial S. A., dizendo que é intenção do mesmo Instituto publicar a história de cada Estado da União, desde suas origens até os nossos dias e pedindo as ajudas deste Instituto nos moldes que sugere, sendo mandada à consideração da comissão de História; do consócio Luiz Barros, de Petrópolis, acusando o recebimento de uma carta que lhe foi endereçada; do Dr. Leocádio Correia, de Curitiba, atendendo a pedido que lhe fora feito; do sr. Valter Cavalcante enviando um questionário sobre o consócio Dr. Hercílio Brito e um retrato do mesmo consócio; do Senhor Antônio da Silveira Dória, enviando igual questionário relativo à sua pessoa; do senhor Francisco de Barros Melo, de Santos, acusando o recebimento de recortes de jornais que lhe foram enviados.

Cartões. (2) Do Dr. Antônio Frederico de Lacerda Alves, enviando dados pessoais que lhe foram pedidos; e da Secretaria da Câmara dos Deputados, comunicando acharem-se esgotadas as edições dos três primeiros volumes dos Anais da referida Câmara, não podendo, por isso, remetê-los à biblioteca deste Instituto.

Ofícios. (5). Da Secretaria da Assembléa Legislativa do Estado de Goiás, enviando um exemplar da Constituição daquele Estado; do diretor da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação, comunicando que se achava em estudo no Senado Federal a proposição n.º 221, de 1947, relativa à concessão de subvenções para o ano de 1948, na qual figurava este Instituto contemplado com a de Cr. \$ 10.000,00; dos Serviços de Água e Esgoto desta Capital, sobre a resposta, que dá este sodalício a um ofício dos mesmos serviços; do Instituto Brasil Estados Unidos, comunicando ter atendido ao pedido que lhe fizera este sodalício; do Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Saúde, comunicando que os números de Anais do referido Ministério, pedidos por este Instituto, se acham esgotados.

Proposta. (1) firmada por cinco sócios quites no sentido de ser aceito sócio correspondente, o Dr. Paulo Orlando, residente na cidade do Rio de Janeiro, que foi despachada à Comissão de admissão de sócios.

Telegramas (1) do Senhor José Franco Sobrinho, alto comerciante em Itabuna, enviando a importância de sua joia de sócio benfeitor. Constatou mais o expediente de crescida porção de revistas, jornais, livros e opusculos recebidos de várias partes.

Aberta a ordem do dia o primeiro secretário Epifanio Dória comunicou que não havia matéria para estudo e debates, terminando por afirmar que a campanha no interesse de ser preenchido o quadro de sócios benfeitores estava sendo levada avante, já se tendo recebido treze joias, no valor total de vinte e seis mil cruzeiros, sendo que o último a pagar foi o distinto industrial Dr. Joaquim Sabino Ribeiro. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefaira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo Senhor Epifanio d' Fonseca Dória, 1.º Secretário.

(aa) **Garcia Moreno**

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

José Augusto da R. Lima

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Ser-
gipe, de 6 de Maio de 1948**

Aos seis dias do mês de Maio de mil novecentos quarenta e oito, na sede social, presentes os membros da Diretoria Dr. Garcia Moreno, Professor José Augusto, Dr. Félte Bezerra, Antônio Soares Santana, Capitão Damiano Mendonça e Epifanio Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de:

Cartas (14). Da Companhia Telefônica Brasileira, comunicando ter atendido o pedido deste Instituto com a remessa das Listas de Assinantes que lhe foram pedidas; da Comissão de Defesa do Petróleo Brasileiro, agradecendo o se lhe ter cedido o salão de conferências para uma reunião da mesma Comissão; da Divisão Cultural do Ministério das Relações Exteriores, pedindo numeros da Revista; do historiador mineiro Salomão de Vasconcelos, agradecendo a sua admissão como sócio correspondente; da Empresa Inter-Continental de Propaganda Ltda., do Rio de Janeiro, comunicando a sua fundação; do industrial Amintas de Faro Sobral (três) uma enviando a importância de sua joia de sócio benfeitor (Cr.2.000,00), outra enviando artigos de sua lavra para serem publicados nos jornais desta Capital, outra mais, prometendo envidar esforços para o exito da campanha que este sodalicio encetou, no interesse de pôr o seu salão de conferências à altura de sua finalidade; do Dr. Antônio Batista Ramos Bittencourt (duas), uma remetendo a importância de sua joia de sócio benfeitor e outra agradecendo a sua escolha para o quadro de sócios; do alto comerciante sergipano na praça do Recife Antônio de França Facheo (duas), enviando a sua joia de sócio benfeitor e agradecendo a escolha do seu nome; do industrial José da Silva Peixoto, enviando a sua joia de sócio benfeitor e do alto comerciante sergipano no sul da Bahia, coronel Alípio Ribeiro de Araujo, prometendo pagar a sua joia oportunamente.

Cartões. (2) do Centro Operário Sergipano convidando o sodalicio para uma solenidade em sua sede e do Dr. Helio José Ribeiro enviando a joia de sócio benfeitor do seu saudoso pai.

Ofícios (4). da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação e Saude, comunicando ter requisitado ao Ministério da Fazenda o pagamento a este Instituto da subvenção federal pelo exercício corrente; do Conselho Nacional de Geografico, comunicando ter remetido publicações pedidas por este Instituto; da Casa de Rui Barbosa, enviando um esboço das comemorações do Centenário de Rui Barbosa; da Inspetoria Regional de Estatística Municipal neste Estado, enviando mapas estatísticos para serem preenchidos.

Radiograma (1) do Diretor do Departamento de Saude Publica, convidando o sodalicio para a solenidade da abertura da Campanha Nacional da Criança.

Telegramas (4) do Prefeito Municipal da Estancia, convidando a sodalicio para tomar parte nas comemorações do centenário da elevação daquela localidade à categoria de cidade; do sócio benfeitor Dr. Antônio Batista Ramos Bittencourt, agradecendo a sua escolha para sócio do novo quadro e dos consócios coronel Alípio Ribeiro de Araujo e Dr. Mario Lobão, enviando a importância de suas joias de sócios benfeitores.

Constou ainda o expediente de livros, opusculos, revistas e jornais recebidos de várias procedências.

Aberta a ordem do dia o primeiro secretário Epifanio da Fonseca Dória comunicou que não havia materia para estudo e debates, aproveitando o ensejo para informar que a campanha pelo reparlamento do salão de festas continuava com êxito, já tendo a tesouraria recebido as joias de 23 sócios, no valor total de quarenta e seis mil cruzeiros, tendo recebido tambem um donativo de duzentos cruzeiros feita pelo consócio José Felizola. Disse mais que vendêra uma quantidade de jornais avulsos, sem valor histórico, com o fim de aumentar o cabedal destinado à reforma do salão, venda que produzira o total de quinhentos e cinquenta cruzeiros. Acrescentou que o Tesoureiro recebeu em 10 de Fevereiro deste ano a subvenção federal de 1947, também destinada à reforma do salão, montando deste modo o total recebida à cifra de cinquenta e seis mil setecentos e cinquenta cruzeiros para o mencionado fim. Por outro lado, disse, em continuação, recebeu a Tesouraria, em Maio deste ano, as subvenções do Estado e do Município, no valor total de quatro mil e seiscentos cruzeiros.

Além destes recebimentos ha o das mensaldades de sócios, que vem sendo feito regularmente, não sabendo ainda a secretária qual o seu total.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, larefeira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro secretário, senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.^o Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe, de 8 de Junho de 1948.**

Presentes os membros da Diretoria, Dr. Garcia Moreno, professor José Augusto, Dr. Felto Bezerra, Capitão Damião Mendonça de Santana, Antônio Soares

Santana e Epifanio da Fonseca Dória foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou de:

Cartas (9) da Association Belge de Documentation, de Bruchelas, pedindo a remessa de livros; do consócio Deputado Godofredo Diniz Gonçalves, comunicando que no mês de julho deste ano pagará a sua joia de sócio benfeitor; do Dr. Alonso Azevedo, residente no Rio de Janeiro, dos Srs. Fillement Fonseca Andrade e Francisco da Silveira Dória, residentes na cidade do Salvador, Bahia, João Quintilliano da Fonseca, residente nesta Capital e Dr. Mário Lobão, residente em Cruzeiro do Sul, Acre, enviando as suas joias de sócio benfeitor; da Companhia Telefônica Brasileira, comunicando a remessa das listas de assinantes de telefones de Belo Horizonte e Santos; do Arquivo Municipal de S. Paulo comunicando não poder enviar volumes de sua revista que se acham com as edições esgotadas.

Cartões (3) do Dr. Carlos Waldemar Acicli Roemberg, comunicando a remessa da importância de sua joia de sócio benfeitor; do consócio Dr. José Calazans, pedindo uma informação sobre duplicatas de volumes; do consócio Príncipe D. Pedro de Orleans e Bragança, convidando a diretoria para o batizado do seu filho Afonso.

Circulares (3) do Instituto de Antropologia e Etnografia do Pará, comunicando a sua fundação e enviando a nominata de sua primeira diretoria; do Rotary Club da Cidade do Recife, comunicando a posse de sua nova Diretoria; e do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, no mesmo sentido.

Ofícios (5) do Departamento Estadual de Estatística de S. Paulo, dando uma informação sobre o seu Anuário Estatístico; do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, pedindo a remessa da Revista deste Instituto; da Escola Industrial de Aracaju, pedindo licença para os docentes e discentes da mesma Escola fazerem uma visita a este sedalício; da Faculdade de Direito da Universidade do Recife, comunicando o envio da Revista Acadêmica de 1929 e 1946 e pedindo a remessa dos volumes da mesma Revista que este Instituto possui em duplicata; do Conselho Nacional de Geografia, comunicando o envio de publicações que lhe foram pedidas; e do Prefeito municipal de S. Cristóvão, enviando um exemplar da lei orçamentária daquele município.

Parecer (1) da Comissão de Admissão de sócios opinando pela aceitação dos Srs. Professor Eduardo Fernandez Y Gonzalez, residente em S. Paulo; Dr. Tomás Fídias Jimenez, residente na Capital da Republica de El Salvador; Dr. Renô Moreno de Andrade, residente em Quito, República do Equador; Drs. Raimundo Girão, Tomaz Pompeu Sobrinho, Joaquim Alves, Carlyle Martins, Luiz Sucupira, e Hélio Melo, residentes no Estado do Ceará; e Drs. Herculano Teixeira de Assunção e Benedito Quintino dos Santos, residentes em Belo Horizonte, Minas, para o quadro

de sócios correspondentes, parecer que ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (1) no sentido de ser aceito para o quadro de sócios correspondentes o Dr. Geraldo Cardoso de Melo, residente na Capital do Estado de S. Paulo, a qual foi encaminhada à Comissão de Admissão de sócios.

Telegramas (3) do Deputado Dr. Carlos Waldemar Acioli Rolemberg, comunicando que vai providenciar no sentido de ser paga a sua joia de sócio benfeitor e do Conselho Nacional de Geografia (2) sobre a possibilidade deste sodalício se fazer representar no Congresso de Geografia que se vai realizar em Lisboa, em Setembro deste ano.

Constou ainda do expediente grande quantidade de livros, opusculos, revistas e jornais de varias procedências.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de sócios, já mencionado nesta ata, o qual foi unanimemente aprovado, mandando o Sr. presidente que a secretaria fizesse as devidas comunicações. O consócio Epifanio Dória comunicou o falecimento, na Capital da Republica, dos sócios correspondentes, coronel Francisco Barreto do Rosário e Dr. Teodoro Arcajo do Nascimento, bem como os dos sócios efetivos Benicio da Silveira Fontes e Maximino José Ribeiro, occorridos a 3 e 21 respectivamente, nesta Capital; Dr. Nicanor Oliveira Leal, occorrido na cidade de Capela, em 23 de Abril, e desembargador Abilio de Vasconcelos Hora, occorrido nesta Capital a 2 de Maio, todos no corrente ano.

Pediu a seguir que se lançasse na ata um voto de pesar pelo falecimento dos referidos sócios, o que foi unanimemente aprovado.

Em continuação sugeriu ao Instituto a celebração da passagem do Centenário do nascimento do magistrado e bio-bibliografo sergipano Dr. Manuel Armino Cordeiro Guarana, no dia 4 de Agosto próximo, o que foi também, unanimemente, aprovado, ficando resolvida a celebração de uma missa nesse dia, pela manhã, uma romaria ao tumulo do Dr. Guarana, à tarde, uma sessão solene no Instituto à noite; ficando designado o Professor José Augusto da Rocha Lima para falar no cemitério, por ocasião da romaria, e o Capitão Damião Mendonça, à noite, na sessão solene. Ainda com a palavra o consócio Epifanio Dória, comunicou que a campanha em prol da remodelação do salão continuava com pleno êxito, já se contando com 33 sócios que pagaram suas joias, faltando apenas 7 para se completar o quadro criado pela Resolução n.º 5, sendo que era esperado para breve o recebimento de mais sete joias. Disse em continuação que, depois da Resolução citada verificou-se que a importancia necessária para a remodelação do salão exigia um total de cento e vinte mil cruzetros, e não de oitenta mil, como se pensara no começo.

Certo de que o apelo já feito à magnificencia dos sergipanos que se acham em condições de dar ajuda se não estancára ao se formar o numero de quarenta sócios benfeitores, propôs que se aumentasse para sessenta o referido numero, con-

vocando-se a seguir uma assembleia geral para tomar conhecimento da criação e ampliamto do quadro e reformar os Estatutos do Instituto, sendo tudo discutido e aprovado.

O consócio Capitão Damião Mendonça sugeriu que se transmitisse um telegrama de aplauso ao senhor presidente da República pela sua corajosa decisão de resolver o problema do vale do S. Francisco, o que foi aprovado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefaira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro secretário, senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(aa) **Garcia Moreno**

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,
de 6 de Julho de 1948**

Aos seis dias do mês de Julho do ano de mil novecentos quarenta e oito, às dezesseite horas, no edificio social, presentes os membros da Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Dr. Garcia Moreno, Professor José Augusto, Dr. Felto Bezerra, contador Antonio Soares Santana e Epifanio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro. Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior. O expediente constou de :

Cartas (3) do comerciante sergipano no Rio de Janeiro, Ascendino Barros, comunicando ter recebido a carta deste Instituto dando-lhe conhecimento de sua escolha para sócio benfeitor, não lhe sendo possível no momento pagar a joia, em face de um prejuizo superior a um milhão de cruzeiros de que foi vítima, mas esperando poder em outra ocasião fazer o pagamento; do deputado federal Dr. Graco Cardoso, prometendo realizar o pagamento em Dezembro deste ano; do Dr. Heribaldo Dantas Vieira, prometendo fazer o pagamento no próximo mês de Agosto; do Dr. Pedro Amado comunicando ter autorizado o seu escritório nesta capital a realizar o pagamento; do banqueiro sergipano João Ceciliano de Andrade, prometendo fazer o pagamento em Dezembro deste ano; do Centro de Estudos de Defesa do Petróleo, pedindo permissão para realizar uma reunião no edificio do Instituto; do consócio Dr. Antônio Batista Ramos Bittencourt, agradecendo a oferta de um exemplar do numero dezolto da Revista deste Instituto e do

Serviço Social da Indústria, comunicando ter enviado a este Instituto livros publicados sob seus auspícios.

Circulares (3): do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, enviando um exemplar dos seus novos Estatutos; do Instituto Panamericano de Geografia e História do Mexico, enviando um questionário para ser preenchido; e da Academia Americana de la História, de Buenos Aires, Argentina, convidando o Instituto para o "Congresso de História Colonial de las Naciones de America", promovido pela mesma Academia para 12 de Outubro do corrente ano.

Offícios (7): da Igreja Batista de Aracaju, pedindo permissão para realizar no salão de conferências deste Instituto uma solenidade em homenagem à colônia israelita neste Estado, sendo atendida; do Departamento Estadual de Estatística do Maranhão, enviando publicações que lhe foram pedidas; da Prefeitura municipal de Belo Horizonte, enviando um exemplar da medalha de bronze comemorativa do cincoentenário da Capital mineira; da sociedade Juventude Espírita Sergipana, pedindo permissão para ser realizada uma palestra no salão de conferências deste Instituto, por ocasião do primeiro Congresso Espírita Juvenil nesta Capital, pedido que foi deferido; do embaixador da Bélgica no Rio de Janeiro, respondendo uma consulta que lhe foi feita, de D. Gildete Bezerra Souza, 1.º secretário do grêmio literário "Professor Baltazar Góis", desta Capital, comunicando a fundação do mesmo grêmio e a eleição de sua diretoria; do 1.º Secretário do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, comunicando ter atendido o pedido deste Instituto.

Pareceres (2): da Comissão de Admissão de sócios, opinando pela aceitação do Dr. Manuel Xavier de Figueiredo Monte para o quadro de sócios efetivos, e Dr. Paulo Orlando, residente na cidade do Rio de Janeiro, para sócio correspondente, pareceres que ficaram reservados à ordem do dia da presente sessão.

Propostas (2): uma no sentido de serem aceitos sócios efetivos os contadores José Garcez Dória e Amintas de Andrade Garcez, e correspondente o jornalista sergipano Messias Tavares da Cruz, residente na cidade do Salvador, Estado da Bahia, sendo as mesmas propostas encaminhadas à Comissão de Admissão de sócios.

Telegramas (6): do General Eurico Gaspar Dutra, presidente da República, agradecendo, os aplausos do Instituto pela sua decisão de resolver o problema do vale do S. Francisco; do comandante do 28 B. C., convidando a diretoria deste Instituto para a solenidade da Páscoa dos Militares; do deputado federal Dr. Graco Cardoso, comunicando ter respondido por via postal a carta em que se lhe comunicou a escolha do seu nome para o quadro de sócios benfeitores, e dos irmãos Antônio e Miguel Benevides, do Rosário, comunicando o envio de suas joias pelo Banco Mercantil Sergipense e pelo Banco do Brasil respectivamente; e do capitalista Flávo de Barros Pimentel, comunicando estar providenciando sobre o 1.º

sunto da carta em que este Instituto comunicou a sua eleição para o quadro de sócios benfeitores.

Constou mais o expediente de jornais, revistas, livros e opusculos de várias procedências. Mandou o presidente que a secretaria respondesse o expediente lido e encaminhasse à biblioteca e ao arquivo a parte correspondente a uma e ao outro.

Aberta a ordem do dia foram lidos separadamente e discutidos isoladamente os pareceres da Comissão de Admissão de sócios, acima mencionadas, sendo os mesmos unanimemente aprovados.

O consócio Epifanio Dória comunicou o falecimento nesta Capital do sócio efetivo José Francisco de Oliveira, requerendo um voto de pesar na ata e o envio de um ofício de pexames à família, o que foi aprovado. Em continuação disse que até o momento já tinham pago joia de sócio benfeitor 35 sócios, faltando apenas cinco para completar o numero de quarenta antes previsto, mas que este numero será atingido em pouco tempo, pois há promessas neste sentido. Declarou ainda que vem sendo dado passos pela celebração do centenário do Dr. Guaraná a 4 de Agosto próximo.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro secretário, Senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(aa) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

Ata da sessão solene do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, de 4 de Agosto de 1948, comemorativa do centenário do Dr. Manuel Arminho Cordeiro Guaraná.

Aos quatro dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos quarenta e oito, às vinte horas, na sede do Instituto Histórico e Geográfico, presentes os membros da Diretoria, em sua maioria, grande numero de sócios, altas autoridades, a viuva do Dr. Manuel Arminho Cordeiro Guaraná, docentes e discentes das escolas, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão sob a presidência do Dr. Garcia Moreno, que formou a mesa, colocando ao seu lado altas figuras de nosso meio social.

Não houve leitura de ata nem de expediente.

Aberta a ordem do dia declarou o presidente ser ella a comemoração da passagem do centenário do nascimento do saudoso magistrado e bibliógrafo sergipano, Dr. Manuel Armindo Cordeiro Guaraná, autor, entre outros trabalhos, do Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano.

Deu em seguida a palavra ao orador official da solenidade Capitão Damião Mendonça de Santana, que proferiu eloquente discurso, que mereceu os aplausos da seleta assistência, ao terminar.

Antes de encerrar a sessão o presidente agradeceu aos presentes a honra do seu comparecimento à solenidade mandando, depois lavrar a presente ata, que eu, Maria Conceição Dias, tafeleira auxiliar, lavrei, pelo original fornecido pelo 1.º secretário, Sr. Epifanio da Fonseca Dória.

(ass) **Garcia Moreno**

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pra.

Felto Bezerra

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Ser-
gipe, de 6 de Agosto de 1948.**

Aos seis dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos quarenta e oito às vinte horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto, Dr. Garcia Moreno, Capitão Damião Mendonça de Santana, Dr. Felto Bezerra, professor José Augusto e Epifanio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão sob a presidência do Dr. Garcia Moreno.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão de seis de Julho findo.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (8) dos Senhores Jaime de Cerqueira Fontes, Antônio de Cerqueira Fontes e Candido José do Nascimento, informando que o negociante José Gonçalves, proprietário do Palácio das Joias, nesta Capital, estava autorizado a entregar a quantia de mil e quinhentos cruzeiros para pagamento ao pintor que executou o retrato a óleo do Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, a ser inaugurado neste Instituto Histórico, acrescentando que se farão representar na solenidade da inauguração do retrato; do Dr. Lauro Barreto Fontes, comunicando que o Serviço de Aprendizagem Industrial, sob sua direção, nesta Capital, ia associar-se a este Instituto nas homenagens à memória do Dr. Guaraná, na passagem do centenário de seu nascimento; do Conde de Marsal, Dom Tomás Borda, presidente do Patroato Nacional de São Paulo, de Madrid, na Hespanha, comunicando a remessa de

uma memória sobre o mesmo Patronato; do coronel Laurênio Lago, prometendo a remessa de um exemplar do Almanaque da Guerra de 1948; do Dr. Pedro Amado, do comerciante Dermeval do Prado Franco, do Dr. Raul Schmidt e do Dr. Godofredo Moráia de Menezes, agradecendo a escolha dos seus nomes para sócios benfeitores e comunicando terem providenciado no sentido de ser eleituada o pagamento das suas joias.

Cartões (4) do Diretor da Confeitaria Oriental comunicando a próxima inauguração da mesma nesta Capital; do Dr. Getardo Correia de Araújo, comunicando ter providenciado o pagamento de sua joia de sócio benfeitor; e do Apostolado da Oração da Catedral diocesana, dando sua adesão às solenidades comemorativas do centenário do Dr. Guarará.

Circulares (5) da Comissão Executiva das comemorações do segundo centenário da colonização açoriana em Santa Catarina, enviando prospectos a respeito; do capitão Amintas Gonçalves, comunicando a sua nomeação interina e posse no Comando da Polícia Militar; do Almanaque de O Pensamento, enviando um exemplar de sua edição de 1948; da Sociedade de Geografia Brasileira, de S. Paulo, e do Instituto Brasil Estados Unidos, do Rio de Janeiro, comunicando a eleição e posse de suas diretorias.

Ofícios (3) do Monsenhor Carlos Costa, dando sua adesão às comemorações do centenário ao Dr. Guarará; do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, agradecendo a remessa de volumes que lhe fez este Instituto; do Diretor Geral do Departamento de Educação, dando a sua adesão, às comemorações do centenário do Dr. Guarará.

Pareceres (2) da Comissão de Admissão de Sócios opinando pela aceitação de José Garcez Dória e Amintas de Andrade Garcez para o quadro de sócios efetivos e do jornalista Messias Tavares da Cruz para o de sócios correspondentes, na cidade da Bahia, os quais ficaram reservados à ordem do dia da sessão de hoje.

Telegramas (7) do sócio correspondente Dr. Francisco Gomes de Oliveira Neto, felicitando o Instituto pela passagem do 38.º aniversário da fundação; do sócio Dr. José Calceans, do diretor da Escola Industrial de Aracaju, e do Governador do Estado, dando adesão às comemorações do centenário do Dr. Guarará; do deputado Godofredo Diniz Gonçalves, Dr. Gileno Amado e Gabriel Benevides do Rosário, comunicando terem providenciado no sentido de ser feito o pagamento de suas joias de sócios benfeitores.

Constatou ainda o expediente de vários livros, opusculos, revistas e jornais recebidos de varias procedencias. Mandou o presidente agradecer o expediente lido.

Aberta a ordem do dia foram lidos, separadamente, e separadamente submetidos à discussão, os pareceres da comissão de Admissão de Sócios, sendo ambos unanimemente aprovados, pelo que foram aceitos para o quadro de sócios efetivos

Amintas de Andrade Garcez e José Garcez Dória e para o de correspondentes Mesias Tavares da Cruz, mandando o presidente fazer as devidas comunicações.

Em continuação o presidente sugeriu o estabelecimento de normas a serem seguidas quanto ao uso do piano e do salão de conferências, só podendo tocar no piano maestros de renome ou alunos de cursos musicais, quando em recitais, sob a orientação de seus mestres ou professores; e o salão e salas do edificio só poderão ser cedidas à sociedade ou pessoa mediante pagamento de uma taxa a ser estabelecida, cuja renda será aplicada na conservação do mesmo salão ou salões, o que foi unanimemente aprovado.

O consócio Epifanio Dória sugeriu que se cuidasse da publicação do n.º 19 da Revista, o que, depois de metuculoso estudo, foi também aprovado.

O consócio Damião Mendonça congratulou-se com os demais consócios presentes pela passagem, hoje, do 36.º aniversário da fundação do Instituto.

O consócio Epifanio Dória propôs que se consignassem na ata votos de pesar pelo falecimento do Dr. Herilo Brito, filho do consócio benfeitor, Dr. Hercilio Brito, e do coronel Pedro Freire de Carvalho sócio honorário, enviando às viúvas dos falecidos ofícios de pesames e bem assim ao consócio Dr. Hercilio Brito e família.

O consócio Capitão Damião Mendonça da Santana propôs que o Instituto designasse uma comissão para se entender com o governador do Estado, solicitando-lhe designar o sócio Epifanio da Fonseca Dória, para ouvida a família do auctor, atualizar o Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano, do Dr. Manuel Armindo Cordeteo Guaraná, o que foi aprovado com a abstenção do sócio Epifanio Dória.

Este, por sua vez, comunicou ir em auspicioso exito a campanha dos sócios benfeitores, já tendo pago a respectiva joia 42 sócios, importando a renda em allenta e seis mil cruzeiros, de vez que o sócio Amintas de Faro Sobral pagou, espontaneamente, pelo dobro a mesma joia.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Maria Conceição Dias, trefeira auxiliar, lavrei a presente ata redigida pelo primeiro secretário Sr. Epifanio Dória.

(aa) Garcia Moreno

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

Epifanio Dória

Antonio Soares Santana

Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe, de 6 de Setembro de 1948

Aos seis dias do mês de Setembro do ano de mil novecentos quarenta e oito.

às dezessete horas, no edifício social, presentes os membros da diretoria Dr. Garcia Morena, Capitão Damião Mendonça, Antônio Soares e Epifanio Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foram lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de quatro e seis de Agosto findo.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (5) de Inácio Soares do Nascimento, apresentando excusa por não poder fazer parte do quadro de sócios benfeitores; do consócio Dr. Hercílio Brito, agradecendo as condolências que lhe foram enviadas; da Companhia Energia Elétrica da Bahia, comunicando ter remetido a sua Lista telefônica de 1948; do Monsenhor Carlos Costa, Vigário Geral da Diocese, pedindo o salão para a inauguração do Serviço de Assistência à Mendicância e da Empresa Editora "O Pensamento", enviando um exemplar do seu Almanaque deste ano.

Cartão (1), do diretor do Arquivo Público do Estado de Pernambuco oferecendo um exemplar do ultimo numero da Revista do mesmo Arquivo.

Circulares (3), da Loja Cotinguiba, e da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, comunicando a eleição e posse de suas diretorias, e do Conselho de Imigração e Colonização, pedindo publicações deste Instituto, referentes à geografia.

Ofícios (2), da Divisão de Orçamento do Ministério da Educação comunicando a aprovação das contas deste Instituto referentes ao exercício de 1947, e do secretário do Bispado de Aracaju, comunicando a nomeação do senhor Bispo de Penedo, Dom Fernando Gomes, para Administrador Apostolico desta Diocese, tendo o nomeado tomado posse a 25 de Julho deste ano.

Parecer (1) da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do candidato Dr. Geraldo Cardoso de Melo, residente em S. Paulo, o qual ficou reservado à ordem do dia da presente sessão.

Telegrama (1) do Dr. Gileno Amado, comunicando que o Banco Rezende Leite desta Capital estava habilitado a pagar a sua joia de sócio benfeitor.

Constou ainda o expediente de várias revistas, jornais, opusculos e livros recebidos de varias procedências. Mandou o presidente arquivar o expediente lido, depois de convenientemente respondido.

Aberta a ordem do dia foi lido e submetido à discussão o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do Dr. Geraldo Cardoso de Melo, residente na Capital paulista, para sócio correspondente. Reinando silêncio foi submetido à votos, sendo unanimemente aprovado, mandando o presidente que a secretaria fizesse a devida comunicação ao escolhido.

O Dr. Felte Bezerra apresentou uma proposta, apoiada por mais quatro sócios no sentido de ser aceito para o quadro de sócios efetivos o professor José Tomás Gomes da Silva, despachando-a o presidente à Comissão de Admissão de Sócios.

O consócio capitão Damião Mendonça de Santana apresentou as seguintes proposições:

1.ª) — Que o Instituto se dirija, em memorial, à Assembléa Legislativa do Estado, solicitando à mesma uma lei elevando de cr. \$ 1.200,00 para cr. \$ 2.000,00 mensais os vencimentos do atual primeiro secretário deste Instituto, tendo em conta os seus serviços à cultura e ao Instituto, onde vive diariamente, em prolongado expediente, a trabalhar, sem descanso e sem remuneração, promovendo o bom andamento dos trabalhos da casa e seu enriquecimento;

2.ª) — Que seja lançado na ata do dia um voto de agradecimento ao Deputado Dr. Francisco Leite Neto, pela iniciativa que tomou de ser incluída no orçamento federal de 1949 um auxílio de cem mil cruzeiros para ocorrer às despesas de remodelação do salão deste Instituto, proposições que foram aprovadas, abstenendo-se de tomar parte na votação da primeira parte o consócio Epifanio Dória, por se tratar de assunto que lhe dizia respeito.

O presidente designou o consócio Damião Mendonça para redigir o memorial à Assembléa Legislativa. O tesoureiro, Antônio Soares de Santana, comunicou haver saldo disponível, recolhido aos bancos da praça, no valor de cinquenta e cinco mil cruzeiros. O primeiro Secretário Epifanio Dória comunicou que até esta data pagaram joias de sócio benfeitor quarenta e três pessoas, sendo que uma delas, o industrial sergipano Amintas de Faro Sobral, deu, além de sua joia, um auxílio espontâneo de dois mil cruzeiros, somando o valor das joias com esse auxílio o total de oitenta e oito mil cruzeiros.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefaira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro Secretário senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(aa) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

José Augusto da R. Lima

Epifanio Dória

Felto Bezerra

Antônio Soares Santana

Ata da sessão solene conjunta do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Academia Sergipana de Letras, Sociedade de Cultura Franco Brasileira, Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Sergipe, e Diretório Regional do I.B.E.C.C. realizada a 2 de Outubro de 1948

Aos dois dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos quarenta e oito.

às 20 horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes o Dr. Garcia Moreno, presidente do Instituto Histórico e Geográfico e da Sociedade de Cultura Franco-Brasileira; o professor Magalhães Carneiro, presidente da Academia Sergipana de Letras; o Dr. Alvaro Silva, presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Brasil, secção de Sergipe; o Dr. Carvalho Neto, presidente do Diretório Regional do I.B.E.C.C., o Dr. Marcos Ferreira, prefeito da Capital, varios membros das instituições acima mencionadas, cavalheiros, senhoras e senhorinhas da sociedade local, foi aberta a sessão, sob a presidencia do Dr. Garcia Moreno que declarou ser a mesma destinada à audição de uma conferência do Prof. Daniel Villey, catedrático de economia política da Faculdade de Direito da Universidade de Caen, na França, versando o tema: "A Europa ocidental ao sair da segunda guerra mundial". Não houve leitura de expediente nem de ata. Nomeou em seguida uma comissão de sócios do Instituto para dar ingresso no salão ao conferencista, o que foi realizado sob prolongada salva de palmas, indo o Prof. Daniel Villey ocupar lugar na mesa ao lado do presidente.

Foi em seguida dada a palavra ao Dr. Carvalho Neto para apresentar ao publico e saudar, ao mesmo tempo, o conferencista, em nome dos sodalícios que realizavam a imponente sessão.

O Dr. Carvalho, com a eloquência que lhe é peculiar, proferiu brilhante discurso que mereceu vibrantes aplausos da assistência.

Foi depois dada a palavra ao Prof. Daniel Villey, que dissertou por mais de uma hora sobre o ponto de sua escolha, merecendo também demorada salva de palmas da assistência. Antes de encerrar a sessão leu o presidente uma proposta no sentido de ser conferido ao Prof. Daniel Villey o diploma de sócio honorário do Instituto, proposta que estava assinada por 25 sócios e trazia parecer favoravel da Comissão de Admissão de Sócios, parecer que, lido e submetido à votação, foi aprovado por uma salva de palmas. Foi em seguida entregue ao homenageado o diploma de sócio honorário; o que constituiu motivo de reconhecimento de sua parte provocando expansão de jubilo demonstrada num abraço que deu ao presidente da sessão.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Maria Conceição Dias, tateistra auxiliar, lavrei a presente ata redigida pelo primeiro Secretário Senhor Epifanio da Fonseca Dória.

(aa) Garcia Moreno

Cap. Damião M. de Santana, 2.^o Vice-pres.

José Augusto da R. Lima

Felto Bezerra

Epifanio Dória

Antonio Soares Santana

Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe,
de 2 de Outubro de 1948.

Aos oito dias do mês de Outubro do ano de mil novecentos quarenta e oito, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto, Dr. Garcia Moreno, capitão Damião Mendonça, Dr. Félte Bezerra, professor José Augusto e Senhores Antonio Soares Santana e Epifanio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro, sendo lidas e aprovadas, sem emendas, as atas de seis de Setembro e dois do corrente.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (17) Do consócio Francisco da Silveira Dória (duas), uma enviando um retrato seu, pedido pela secretária, e outra enviando uma relação de nomes que poderiam ser incluídos no quadro de sócios benfeitores; do Dr. Fabio Rolim, respondendo uma consulta que lhe fôra feita; do consócio Amintas de Faro Sobral, enviando informações que lhe foram pedidas; do Museu Paulista, comunicando a remessa de numeros de sua Revista, antes solicitadas; do Monsenhor Carlos Costa, solicitando permissão para realizar uma solenidade no salão de conferências; do Serviço Social da Indústria, de S. Paulo, comunicando a remessa de publicações ao Instituto, por sugestão do consócio benfeitor Aminta de Faro Sobral; da Revista Brasileira de Poesia, respondendo a uma consulta; dos Drs. Carlyle Martins, Hélio de Souza Melo, Eduardo Fernandez Y Gonzalez, Dr. Raimundo Girão e Thomaz Pompeu Sobrinho, agradecendo a escolha dos seus nomes para o quadro de sócios correspondentes deste Instituto; do Dr. Mário Gonçalves, enviando dados biográficos e o retrato do consócio comendador Manuel Gonçalves, e do Dr. Walke Correia de Araujo, enviando a sua joia de sócio benfeitor e agradecendo a escolha do seu nome, com a declaração de que a despeito de não ter nascido em Sergipe, sente-se a ele radicado por laços de família; do Gabinete de Leitura de Maruim comunicando a passagem no proximo dia 10 do corrente do centenário da criação do baronato de Maruim e convidando este Instituto para a celebração do mesmo centenário naquele dia; e do major Luiz da Cunha, coleccionador de **Ex-Libris**, pedindo o envio de **Ex-Libris**, usados em Sergipe, e remetendo alguns dos de sua coleção.

Circulares (3) Do Gremio Cultural Professor Francisco Travassos, comunicando a fundação do mesmo gremio e a eleição e posse de sua primeira diretoria; da Escola Industrial de Aracaju, enviando o programa das solenidades que se vão realizar na passagem do 38.º aniversário da fundação da mesma Escola; e da empresa "Europa Publications Limited, acusando o recebimento da correspondência deste Instituto.

Ofício (1) Do Conselho de Comércio Exterior, comunicando ter enviado a este Instituto os volumes em que se condensaram os ESTUDOS ECONOMICOS organizados sob os auspícios do mesmo Conselho.

Parecer (1) Da Comissão de Admissão de Sócios, opinando pela aceitação do Professor José Tomaz Gomes da Silva para o quadro de sócios efetivos, o qual ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje. Constatou ainda o expediente de varios revistas, jornais e livros recebidos de varias procedências.

Mandou o presidente que o expediente fosse arquivado, depois de convenientemente respondido.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios, favorável à aceitação do professor José Tomaz Gomes da Silva para o quadro de sócios efetivos. Em discussão reinou silêncio. Submetida a votos foi aprovado unanimemente, mandando o presidente que se officiasse ao novo sócio participando a sua aceitação. Usa da palavra o 1.º secretário Epifanio Dória, comunicando o falecimento de dois grandes falcadores do ouro de nossa história, o Dr. Romário Martins, no Paraná, e o Dr. Lourenço de Baela Neves, o ultimo ocorrido em Belo Horizonte, Estado de Minas a 24 de Setembro findo, propôs que se lançasse na ata do dia um voto de pesar e se officiasse aos Institutos Históricos dos dois Estados enviando peçames, o que foi unanimemente aprovado.

O tesoureiro Antonio Soares Santana comunicou que o saldo do Instituto, recolhido aos bancos da praça era de cr. \$ 54.876,40.

O primeiro Secretário Epifanio Dória comunicou que no dia de hoje o sócio benfeitor, Dr. Walte Correia de Araújo pagou a sua jola, elevando-se assim a quarenta e quatro o número de sócios benfeitores; e pediu que se consignasse na ata um voto de regosio pelo fato de ter logrado o consócio e conterraneo ministro Anibal Freire, uma grande vitória na Academia Brasileira, ao ser eleito membro titular da mesma Academia, obtendo uma votação nunca verificada naquele sodalicio, proposta que foi aprovada, tendo o presidente comunicado à casa que enviára um telegrama ao ministro Anibal Freire, cumprimentando-o em nome do Instituto.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão, de que eu, Maria Conceição Dias, trefeira auxiliar, levrei a presente ata redigida pelo 1.º Secretário Senhor Epifanio Dória.

(aa) Garcia Moreno

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

Felto Bezerra

Antonio Soares Santana

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Ser-
gipe, de 11 de Novembro de 1948.**

Aos onze dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos quarenta e oito, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto, Dr. Garcia Moreno, capitão Damiano Mendonça, Dr. Felte Bezerra e senhores Antonio Soares Santana e Epifanio Dória, foi aberta a sessão ordinária marcada para hoje por não ter havido numero na convocação feita para o dia seis.

Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

Constatou o expediente da seguinte:

Cartas (6) do advogado Dr. Luiz do Prado Ribeiro, residente no Rio de Janeiro, oferecendo os seus serviços naquela cidade, mediante remuneração; do sócio benfiteir, coronel Miguel Benevides do Rosário, enviando o retrato que lhe foi pedido; de D. Aurora Monteiro da Rocha e outras, convidando o Instituto para a Hora de Adoração do S. S. Sacramento na Catedral diocesana; do sócio, Dr. Geraldo Cardoso de Melo, enviando a sua joia e agradecendo a sua escolha para sócio correspondente em S. Paulo; do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, de S. Paulo, acusando o recebimento do n.º 18 da Revista deste Instituto; e do consócio Dr. Godofredo Morais de Menezes, enviando o retrato que lhe foi pedido.

Cartão do ministro Antibal Freire, agradecendo as felicitações enviadas pelo presidente deste Instituto, quando de sua eleição para a Academia Brasileira de Letras.

Circulares (2) do Laboratório Farmacêutico Eledril S. A., pedindo a publicação de um anúncio na Revista deste Instituto e do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, comunicando a eleição e posse de sua nova Diretoria.

Ofícios (3) do consócio Dr. João Pires Wynne, comunicando ter assumido, no dia cinco deste mês, as funções de diretor, em comissão, da Penitenciária do Estado, para as quais fora nomeado recentemente; da Associação dos Servidores Públicos em Sergipe, convidando o Instituto para comparecer às solenidades que realizou no dia 28 de Outubro findo; e do Diretor do Colégio Estadual de Sergipe, acusando o recebimento de cinquenta antigas cadeiras deste Instituto, cedidas àquela estabelecimento pelo prego de cinquenta e cinco cruzeiros por unidade, comprometendo-se ao respectivo pagamento no próximo ano.

Telegrama (1) do Presidente do Tribunal de Justiça convidando este Instituto para a solenidade da aposição do retrato do chefe do governo da República no salão do mesmo Tribunal, a 29 de Outubro findo.

Constatou mais o expediente de vários, jornais, revistas, opusculos e livros recebidos de várias procedências. Mandou o presidente arquivar o expediente lido depois de devidamente respondido.

Aberta a ordem do dia, o Tesoureiro Antônio Soares Santana comunicou que no dia trinta e um de Outubro ultimo o saldo em dinheiro era de quatro mil novecentos e dezessete cruzeiros e quarenta centavos, por haver pago no referido mês a quantia de cincoenta e sete mil e seiscentos cruzeiros, valor das trezentas e sessenta cadeiras compradas recentemente, assinalando que até aquela data tinha recebido quarenta e sete joias de sócios benfeitores no valor de noventa e quatro mil cruzeiros e mais dois mil cruzeiros como donativo de um dos sócios benfeitores, somando assim noventa e seis mil cruzeiros.

O primeiro Secretário, Epifânio Dória, propôs que se achando com residência nesta Capital os sócios professor Alvares Pais e Dr. João Pires Wynne se incluíssem na relação dos sócios eleivos os seus nomes, na conformidade do Artigo treze dos Estatutos, oficiando-se aos mesmos, devendo a Tesouraria cobrar mensalidades a partir do mês de Janeiro do ano próximo; o que foi aprovado.

O Dr. Felte Bezerra propôs que se lançasse na ata de hoje um voto de pesar pelo falecimento do Bispo diocesano, D. José Tomaz Gomes da Silva e do General José Calasans, nesta Capital a 31 de Outubro findo e de Dr. Luiz José da Costa Filho, na Capital da Republica, a 1.º do corrente, todos sócios honorários, sendo que o Bispo D. José foi de início, sócio fundador, proposta que foi unanimemente aceita.

O secretário Epifânio Dória, por sua vez, propôs igual voto pelo tragico falecimento do grande brasileiro Dr. Virgílio Alvim de Melo Franco, enviando-se officios à viúva e ao Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, participando essa homenagem postuma, proposta que foi também unanimemente aprovada.

O capitão Damião Mendonça apresentou a seguinte Proposição: "Proponho promova o sodalício uma sessão solene, destinada à realização de u'a homenagem ao consócio, recentemente falecido, nesta Capital, a 31 de Outubro findo, General José Calasans, tendo-se em conta o valor inestimavel de sua individualidade, como soldado do Exercito Nacional, ou como cidadão somente, dotado de caráter sem faga e uma dignidade a toda prova, devendo-se para isso promover entendimento com a viúva do extinto, d. Ester Moreira Calasans, para os indispensáveis acertos atinente a data".

"Proponho, outrossim, identica providência com relação ao consócio, também recentemente falecido na metropole do país, Dr. Luiz José da Costa Filho, o qual, além dos elevados méritos intellectuais reconhecidos, era portador de brilhante folha de serviços prestados ao sodalício, desde a época de sua fundação, tomando-se quanto à familia do illustre morto, as mesmas providências acima apontadas. SS. Aracaju, 11 de Novembro de 1948. **Damião Mendonça**". Esta proposição foi unanimemente aprovada.

O Dr. Felte Bezerra propôs que o Instituto desse sua adesão às homenagens que se vão prestar à memória de D. José Tomaz Gomes da Silva, o que foi também unanimemente aprovado.

O presidente sugeriu que se estabelecesse uma taxa modica, mas indispensável para a conservação do bom estado dos salões, a ser paga pelas instituições, que se utilizam do edificio, tendo ccolhida, luz e outras franquias que oneram o sodalicio.

O assunto ficou para ser estudado e submetido à Assembléia Geral.

O Secretário Epifanio Dória congratulou-se com os presentes pelo regresso, hoje, do presidente Dr. Garcia Moreno, que excursionou pelo sul do país como representante do Estado em congressos científicos.

Nada mais occorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefaira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo primeiro Secretário Epifanio da Fonseca Dória.

(cc) Garcia Moreno

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

José Augusto da Rocha Lima

Felto Bezerra

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária da Diretoria do
Instituto Histórico e Geográfico de Ser-
gipe, de 15 de Dezembro de 1948.**

Aos quinze dias do mês de Dezembro do anno de mil novecentos quarenta e oito, às dezessete horas, no edificio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto Dr. Garcia Moreno, professor José Augusto, Dr. Felto Bezerra, capitão Damião Mendonça e Epifanio da Fonseca Dória, foi aberta a sessão, sob a presidência do psimeiro. Foi lida e aprovada, sem emendas, a ata da sessão anterior.

O expediente constou do seguinte:

Cartas (12): do Círculo Esotérico da Comunhão do Pensamento, de S. Paulo, agradecendo a remessa de numeros da Revista deste Instituto; do coronel Robustiano da Silveira Góis, comerciante na cidade da Bahia, enviando a sua joia de sócio benfeitor; do banqueiro João Ceciliano de Andrada, residente no Rio de Janeiro, duas, uma enviando o donativo de mil cruzeiros para as reformas do salão de conferências e outra enviando dados biográficos que lhe foram pedidos; de Artur Torres Cunha, natural deste Estado, residente no Rio de Janeiro, pedindo a remessa do ultimo numero da Revista; do Chefe do Gabinete do Governador do Estado de Minas, enviando duas Mensagens do mesmo Governador à Assem-

bléia Legislativa; do sócio correspondente, Dr. Joaquim Alves, do Ceará, agradecendo a sua eleição, e remetendo a sua joia; do coronel Francisco Benício dos Santos, enviando a sua joia de sócio benfitor; do consócio Dr. Luiz do Prado Ribeiro, acusando o recebimento do n.º 18 da Revista deste Instituto; do Dr. Copérnico Pinto Coelho, 1.º Secretário do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, agradecendo as condolências enviadas por este sodalício àquele co-irmão, pelo falecimento do Dr. Lourenço de Baeta Neves; da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, comunicando a remessa de volumes da Revista da mesma Sociedade, em tempo pedidos; da viuva do saudoso consócio Dr. Costa Filho, agradecendo as condolências que lhe foram enviadas por este Instituto.

Cartão (1) do escultor conterraneo Corinto Pinto de Mendonça, pedindo para se conservarem nos salões deste Instituto, por tempo a seu juízo, dois bustos de sua execução, um do Barão de Marim e outro do Dr. Carvalho Neto.

Circulares (2) da Academia Sergipana de Letras convidando o sodalício a se representar em sua sessão solene em homenagem à memória do Bispo D. José Tomaz; e da Sociedade Paraibana de Expansão Cultural, de Paraíba, Piauí, comunicando a sua fundação e solicitando intercâmbio de livros.

Ofícios (3) do Dr. Josué Serôa da Mota, comunicando a sua posse na alta função de diretor do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda; da Legação Real do Egito, no Rio de Janeiro, comunicando a fundação no seu país da Sociedade Real de Estudos Históricos e pedindo intercâmbio de livros, e do Conselho Nacional de Geografia, enviando publicações oficiais do mesmo Conselho.

Parecer (1) da Comissão de Admissão de sócios opinando pela aceitação do nome do banqueiro sergipano João Ceciliano de Andrade para sócio honorário, parecer que ficou reservado à ordem do dia da sessão de hoje.

Constituiu mais o expediente de várias revistas, jornais opusculos e livros, recebidos de várias procedências.

O Senhor presidente mandou arquivar o expediente lido, depois de convenientemente respondido.

Aberta a ordem do dia foi lido o parecer da Comissão de Admissão de Sócios favorável à eleição do conterraneo João Ceciliano de Andrade para sócio honorário, o qual foi unanimemente aprovado, mandando o presidente que se comunicasse esse resultado ao novo sócio.

Usando da palavra o primeiro Secretário Epifanio Dória, transmitiu aos consócios presentes a triste notícia de ter falecido a 7 do corrente, na Capital da República o sócio honorário Dr. Antônio Carlos Simões da Silva era um cientista que muito honrava a cultura mental brasileira, tendo fundado na cidade do Rio de Janeiro um dos maiores museus particulares da América Latina. Propôs que se consignasse na ata de hoje um voto de pesar, enviando-se à família enlutada as condolências do Instituto, o que foi unanimemente aprovado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria da Conceição Dias, tarefaira auxiliar, lavrei a presente ata redigida pelo primeiro Secretário Epifanio Dória.

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. **Damião M. de Santana**, 2.º Vice-pres.

Epifanio Dória

Felto Bezerra

Antonio Soares Santana

**Ata da sessão extraordinária da Diretoria
do Instituto Histórico e Geográfico de Sergi-
pe de 22 de Dezembro de 1948.**

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos quarenta e oito, às dezessete horas, no edifício do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, presentes os membros da Diretoria do mesmo Instituto, Dr. Garcia Moreno, Capitão Damião Mendonça, Dr. Felto Bezerra, Epifanio Dória e Antônio Soares Santana, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro.

Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão do dia quinze.

O expediente constou de duas cartas do Dr. Gontran Reis, de S. Paulo, agradecendo a indicação do seu nome para sócio benfeitor e consultando sobre a possibilidade de ser incluído nessa classe de sócio o Dr. Ascendino Angelo dos Reis, seu lustre pai e notável brasileiro, panderando que o mesmo já era falecido, ficando o assunto reservado à ordem do dia da presente sessão. Constatou ainda de um cartão-convite dos alunos do Curso Básico da Escola Industrial de Aracaju para assistir a sua formatura no dia 18 do fluente e de uma circular da própria Escola Industrial convidando o Instituto a se representar na mesma solenidade.

Constatou também o expediente de duas propostas de sócios correspondentes, uma indicando o nome do Ministro Dr. Geraldo Bezerra de Menezes, presidente do Superior Tribunal de Justiça do Trabalho e outra o nome do tenente coronel do Exército Dr. José de Figueirêdo Lobo, sendo ambas despachadas à Comissão de Admissão de Sócios para o devido parecer.

Aberta a ordem do dia foi submetida à discussão a sugestão do Dr. Gontran Reis de referência ao notável sergipano Dr. Ascendino Angelo dos Reis.

O secretário Epifanio Dória sugeriu que, se tratando de pessoa já falecida o caminho seria prestar-se uma homenagem à sua memória, tão credora do reconhecimento publico, e propôs que se tornasse o saudoso conterraneo e notável brasileiro Dr. Ascendino Angelo dos Reis, como o patrono de todos os sócios ben-

maiores, caindo ao seu ilustrado filho, Dr. Gontran Reis, por sua munificência e amor à memória paterna, dar como auxílio às obras de remodelação do salão os dois mil cruzetões que daria, como joia, o seu saudoso pai se vivo fosse. Esta requisição foi bem acolhida e submetida a votos foi unanimemente aprovada.

O capitão Damião Mendonça apresentou a seguinte Proposição: Proponho um voto de pesar pelo falecimento, recentemente ocorrido no sul do país, do insigne brasileiro General Liberato Bittencourt, figura inconfundível de escritor e bibliógrafo, tendo deixado oitenta e cinco obras publicadas, inclusive uma separata de sua obra intitulada "Brasileiros Ilustres", — "Sergipanos Ilustres", a primeira por ele publicada, a que, sem dúvida, o recomenda a gratidão dos sergipanos. Sala das sessões, 22-12-1948. Cap. Damião Mendonça, vice-presidente". Esta proposta foi unanimemente aprovada.

O primeiro Secretário Epifanio Dória comunicou que o falecimento ocorreu na cidade do Rio de Janeiro a 15 deste mês, e propôs que se oficiasse à família do extinto, enviando as condolências do Instituto, o que também foi aprovado.

Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Maria Conceição Dias, tarefeira auxiliar, lavrei a presente ata, redigida pelo 1.º Secretário Epifanio da Fonseca Dória.

(ca) **Garcia Moreno**

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

José Augusto da Rocha Lima

Francisco de Souza Porto

Epifanio Dória

**Ata da sessão ordinária realizada a 28
de Dezembro de 1948.**

Aos vinte e oito dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos quarenta e oito, às dezessete horas, no edifício social, presentes os membros da Diretoria Doutor Garcia Moreno, capitão Damião Mendonça, professor José Augusto da Rocha Lima, Epifanio Dória, e o consócio coronel Francisco de Souza Porto, foi aberta a sessão, sob a presidência do primeiro, o Dr. Garcia Moreno que convidou o consócio coronel Francisco Porto para completar a mesa, ocupando o lugar do segundo secretário, por ter deixado de comparecer o ocupante do lugar. Foi lida e aprovada sem emendas a ata da sessão anterior. O expediente constou da seguinte:

Cartas (3) da Universidade de Santiago de Compostela, na Hespanha, comunicando o falecimento do sócio correspondente Dom Gumersindo Busto, ocorrido em

Buenos Aires, Argentina, em 1937; das Missões Portuguesas do Espírito Santo, da Falsão. Braga, Portugal, pedindo a remessa de livros brasileiros e do jornalista Messias Tavares da Cruz, residente na cidade do Salvador, agradecendo a sua escolha para o quadro de sócios correspondentes, e comunicando ter remetido a importância correspondente à sua joia.

Circular (1) do coronel Djenal Tavares de Queiroz, comunicando que tendo cessado o impedimento que lhe fizera deixar o exercício de comandante da Polícia Militar do Estado, reassumira o mesmo comando a 23 de dezembro em curso.

Ofício (1) do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de S. Paulo, pedindo a remessa de um mapa d'êste Estado.

Proposta (1) no sentido de ser aceito sócio efetivo o Dr. Adalberto Vieira Dantas, médico clínico nesta Capital, proposta que foi encaminhada à Comissão de Admissão de Sócios para o devido parecer.

Aberta a ordem do dia o consócio coronel Francisco de Souza Porto sugeriu e propôs que se celebrasse no próxima dia quatro de Janeiro a passagem do primeiro centenário do nascimento do general Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, proposta que foi unanimemente aprovada, ficando assentado desde logo que no referido dia se levariam a efeito uma romaria ao monumento do general Valadão nesta Capital e uma sessão solene neste Instituto, realizando a romaria às quatro horas da tarde e a sessão solene às oito horas da noite, escolhidos os consócios Dr. Gentil Tavares da Mota para falar na romaria e Capitão Damião Mendonça na sessão solene.

O primeiro secretário Epifanio da Fonseca Dória comunicou que cinquenta sócios benfeitores já pagaram a respectiva joia, faltando apenas dez para se completar o respectivo quadro. Nada mais ocorrendo foi encerrada a sessão de que eu, Epifanio da Fonseca Dória, primeiro secretário, lavrei a presente ata.

(cc) **Garcia Moreno**

Felto Bezerra

José Augusto da Rocha Lima

Epifanio Dória

Cap. Damião M. de Santana, 2.º Vice-pres.

CADASTRO SOCIAL (31-12-1950)

SÓCIOS EFETIVOS

Acioli Porto — Aracaju	Antônio Machado, Dr. — Aracaju
Acrísio Cruz, Prof. — Aracaju	Antônio Manuel de Carvalho Neto, Dr. — Aracaju
Adalberto Vieira Dantas, Dr. — Aracaju	Antônio de Oliveira Brandão, Dr. — Aracaju
Adel da Silva Nunes, Dr. — Aracaju	Antônio Soares Santana — Aracaju
Adroaldo Campos, Advogado — Capela	Antônio Tavares de Bragança, Dr. — Aracaju
Alcebíades de Melo Vilas Boas, Prof. — Aracaju	Antônio Xavier de Assis Junior, Dr. — São Cristóvão
Alfredo Sebrão Busch — Aracaju	Arício de Guimarães Fortes, Dr. — Aracaju
Alfredo Souza — Aracaju	Arivaldo Prata — Aracaju
Aloísio Barbosa Porto, Dr. Aracaju	Arlindo Ribeiro da Silveira, Dr. — Estância
Aloísio Coutinho Neves, Dr. — Aracaju	Armando Barreto — Aracaju
Aloísio Pereira de Melo, Dr. — Aracaju	Armando Leite Rollemberg, Dr. — Aracaju
Aloísio Prata — Aracaju	Augusto Pereira de Azevedo, prof. — Aracaju
Alvaro Andrade, Dr. — Aracaju	Basilio dos Santos Amaral, Dr. — Aracaju
Alvaro de Azevedo Santana, Dr. — Aracaju	Benedito Alves de Oliveira, Prof. — Aracaju
Alvaro Correia Pais, Prof. — Aracaju	Benedito da Silva Cardoso, Dr. — Aracaju
Alvaro Santos, Prof. — Aracaju	Benjamin Alves de Carvalho, Dr. — Aracaju
Amintas Andrade Garcez — Aracaju	
Anísio Ezequiel de Barros, Coronel — Laranjeiras	
Antônio Correia de Melo — Aracaju	
Antônio de Freitas, Mons. — Estância	
Antônio Garcia Filho, Dr. — Aracaju	
Antônio Garcia Rosa, Dr. — Aracaju	
Antônio Grossi Missano — Aracaju	
Antônio Leite Cabral — Aracaju	

- Cantidiano Vieira, Coronel — Estancia
Canuto Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
Carlos Camélio Costa, Mona. — Aracaju
Carlos Fernandes de Melo, Dr. — Aracaju
Carlos Firpo, Dr. — Aracaju
Carlos Vieira Sobral, Dr. — Aracaju
Celso Oliva, Dr. Aracaju
Clodoaldo Vieira Passos, Dr. — Aracaju
Clovis Conceição, Dr. — Aracaju
Clovis Mozart Teixeira, Dr. — Aracaju
Clovis Sobral — Laranjeiras
Cornélio da Silva Monteiro, Prof. — Aracaju
Lagarto
Damião Mendonça de Santana, Capitão — Aracaju
Domingos Fossêca de Almeida, Cônego — Aracaju
Edelzio Vieira de Melo, Dr. — Aracaju
Edgard Barroso — Aracaju
Edgard Brito, Cônego — Aracaju
Edgard Coelho, Dr. — Aracaju
Edgard Lacerda Ferreira — Aracaju
Edison Brasil, Dr. — Aracaju
Eliezer Leopoldino de Santana — Aracaju
Elmano Alves Ribeiro — Estancia
Enoch Santiago, Desemb. — Aracaju
Eraldo Machado, Dr. — Aracaju
Etelvino de Menezes Tavares, Dr. — Aracaju
Euler Coelho, Dr. — Aracaju
Exupero Monteiro — Aracaju
Felte Bezerra, Dr. — Aracaju
Fernando de Figueiredo Porto, Dr. — Aracaju
Fernando do Prado Maia, Dr. — Aracaju
Fernando Sampaio, Dr. — Aracaju
Filadelfo Jônatas de Oliveira, Padre — Laranjeiras
Flávio de Aquino Chagas, Prof. — Aracaju
Flávio da Rosa Melo, Dr. — Frei Paulo
Florival Santos, Prof. — Aracaju
Francisco Alberto Bragança de Azevedo, Dr. — Aracaju
Francisco Leite Neto, Dr. — Aracaju
Francisco Porfírio de Brito, Coronel — Propriá
Francisco Quintiliano da Fonseca, Dr. Aracaju
Francisco de Souza Porto, Coronel — Aracaju
Gentil Tavares da Mota, Dr. Aracaju
Geraldo Majela de Menezes, Dr. — Aracaju
Gervásio de Carvalho Prata, Desemb. — Aracaju
Gileno Francisco de Jesus, Prof. — Aracaju
Gongalo Rolemberg Leite, Dr. — Aracaju
Hercílio Cruz, Dr. Aracaju
Hermeto Rodrigues Feltosa, Coronel — Aracaju
Hilda Sobral Faria, D. — Aracaju
Hugo Gurgel, Dr. — Aracaju
Humberto de Andrade Amado, Dr. Aracaju
Inocêncio Nascimento — Simão Dias
Irineu Marques de Oliveira, Major — Aracaju
Jaime Rolemberg de Lima, Te. — Aracaju
Jessé de Andrade Fontes, Dr. — Estancia
João Alves Bezerra — Aracaju

- João Antonio de Aquino, Dr. — Aracaju
 João de Araújo Monteiro, Dr. — Aracaju
 João Barreto Sobrinho — Aracaju
 João Batista Perez Garcia Moreno, Dr. — Aracaju
 João Bosco de Andrade Lima, Desemb. — Aracaju
 João Cardoso do Nascimento Junior, Dr. — Aracaju
 João Conrado Guerra, Dr. — Aracaju
 João Dantas Martins dos Reis, Desemb. — Aracaju
 João Evangelista Cajueiro, Prof. — Aracaju
 João Francisco de Campos, Major — Aracaju
 João Freire Ribeiro — Aracaju
 João Gama da Costa Santos — Salvador-Bahia
 João Marques Guimarães, Dr. — Aracaju
 João Maynard Barreto, Dr. — Aracaju
 João Moreira Lima, Cônego — Aracaju
 João Nunes de Melo, Major — Aracaju
 João Pires Wynne, Dr. Aracaju
 João Rezende — Aracaju
 João de Seixas Dória, Dr. — Aracaju
 Joaquim da Fraga Lima, Dr. — Aracaju
 Joaquim Lins de Carvalho — Aracaju
 Joaquim Maurício Cardoso, Dr. — Aracaju
 Joaquim Vieira Sobral, Prof. — Aracaju
 Joel Macieira de Aguiar, Dr. — Maruim
 Jorge de Oliveira Neto, Dr. — Aracaju
 Josafá Brandão, Dr. — Aracaju
 José de Alencar Cardoso, Prof. — Aracaju
 José Alcides Brito — Aracaju
 José Aloisio de Andrade, Dr. — Aracaju
 José Aloisio de Campos, Dr. — Aracaju
 José Amado Nascimento — Aracaju
 José Antônio Nunes de Mendonça — Aracaju
 José Apóstolo de Oliveira Neto — Aracaju
 José Augusto Garcez — Aracaju
 José Augusto da Rocha Lima, Prof. — Aracaju
 José Barreto Fontes, Prof. — Aracaju
 José de Carvalho Andrade — Aracaju
 José de Carvalho Dêda, Advogado — Simão Dias
 José Correia dos Santos, Tenente — Aracaju
 José Dias Sobral — Aracaju
 José Domingues Fontes — Aracaju
 José Euclides de Souza, Major — Aracaju
 José Felix de Oliveira, Cônego — Aracaju
 José Fontes Cardoso, Prof. — Aracaju
 José Garcez Dória, Dr. — Aracaju
 José Geminiano de Freitas, Cônego — Aracaju
 José de Góis Duarte — Aracaju
 José Hermenegildo da Cruz, Prof. — Aracaju
 José de Lima Gama — Aracaju
 José Machado de Souza, Dr. — Aracaju
 José Mesquita da Silveira — Itabaiana
 José Monteiro de Menezes — Aracaju
 José Noronha Moura — Aracaju
 José Olino de Lima Neto, Dr. — Aracaju
 José Pereira de Miranda, Dr. — Aracaju
 José Roemberg Leite, Dr. — Aracaju
 José Sebrão de Carvalho Sobrinho, Prof. — Maruim

- José da Silva Ribeiro Filho, Dr. Aracaju
 José Tomás de Avila Nabuco, Dr. —
 Aracaju
 José Tomás Games da Silva, Prof. —
 Aracaju
 Josias Ferreira Nunes, Advogado —
 Propriá
 Josias Vieira Dantas, Coronel — Ma-
 ruim
 Josino Marques de Almeida, Dr. — A-
 racaju
 Joviniano Fonseca Filho — Aracaju
 Judite de Oliveira Ribeiro, Profa. —
 Aracaju
 Juliano Calazans Simões, Dr. — Ara-
 caju
 Julio Flávio Leite, Dr. — Aracaju
 Junot Silveira, Prof. — Aracaju
 Ladislau Estevão Millet, Dr. — Aracaju
 Lauro Barreto Fontes, Dr. — Aracaju
 Lauro de Brito Porto, Dr. — Aracaju
 Lauro Dantas Hora, Dr. — Aracaju
 Lauro de Souza Fraga, Mons. — Pro-
 priá
 Leandro Maynard Maciel, Dr. — Ara-
 caju
 Leonardo Gomes de Carvalho Leite, Dr.
 — Aracaju
 Levindo Cruz, Dr. — Riachuelo
 Lourival Batista, Dr. — São Cristóvão
 Lourival Bomfim, Dr. — Aracaju
 Luciano Espinheira da Fonseca, Dr. —
 Aracaju
 Lucílio Costa Pinto, Dr. — Aracaju
 Luiz Bosco Vieira Sobral, Dr. — Aracaju
 Luiz Garcia, Dr. — Aracaju
 Luiz Kraus — Aracaju
 Luiz Magalhães, Dr. — Itabaiana
 Luiz Ferreira de Melo, Dr. — Aracaju
 Mangos do Espírito Santo, Coronel —
 Aracaju
 Manuel Aguiar, Dr. — Simão Dias
 Manuel Barboza de Souza, Dr. Aracaju
 Manuel Cabral Machado, Dr. Aracaju
 Manuel Carlos Neto Souto, Dr. — Ara-
 caju
 Manuel Ferreira da Silva Neto, Dr. —
 Aracaju
 Manuel Franco Freire, Prof. — Aracaju
 Manuel Luiz Dantas — Aracaju
 Manuel Nicanor do Nascimento — Ara-
 caju
 Manuel Ribeiro, Dr. — Aracaju
 Manuel Rodrigues do Nascimento —
 Estância
 Manuel Sobral — Aracaju
 Manuel Xavier de Figueiredo Mante,
 Dr. — Propriá
 Marcos Ferreira de Jesus, Dr. — Ara-
 caju
 Maria da Conceição Melo Costa, Profa.
 — Aracaju
 Maria Rinalva de Souza, Profa. — Ara-
 caju
 Maria Silvia Sobral, Profa. — Aracaju
 Maria Thetis Nunes, Profa. — Aracaju
 Mário de Araujo Cabral, Dr. Aracaju
 Max José Ribeiro, Capitão — Aracaju
 Miguel Monteiro Barbosa, Cônego —
 N. S. das Dores
 Napoleão Agêlio de Oliveira Dória
 Prof. — Aracaju
 Nicanor Ribeiro Nunes, Major — Ara-
 caju
 Norma Monte Alegre Reis, Profa. —
 Aracaju
 Odilon Soares de Melo — Aracaju
 Olenista Soares Freire, Profa. — Ara-
 caju

- Olávo Ferreira Leite, Dr. — Aracaju
Onésimo de Araujo Pinto, Major — Aracaju
Orlando Vieira Dantas — Aracaju
Oséas Maynard Lemos — Aracaju
Osman Hora Fontes, Dr. — Aracaju
Oswaldo Barreto Dantas, Dr. — Aracaju
Oswaldo Cruz Leite, Dr. — Aracaju
Oto Wilson Leite, Dr. — Aracaju
Paulo Costa, Dr. — Aracaju
Paulo de Faro Borges, Dr. — Aracaju
Paulo Xavier de Andrade Monte, Dr. — Propriá
Pedro de Alcantara Braz, Dr. — Aracaju
Pedro Diniz Gonçalves, Coronel — Laranjeiras
Raul Leal — Aracaju
Renato Cantidiano Vieira Ribeiro, Dr. — Aracaju
Rinaldo de Oliveira Vasconcelos, Dr. — Aracaju
Roosevelt Cardoso de Menezes, Dr. — Aracaju
Ruy Eloy dos Santos, Dr. — Aracaju
Salvio Oliveira — Aracaju
Sebastião Batista Barreto — Aracaju
Sebastião Celso de Carvalho, Dr. — Simão Dias
Serapião Machado de Aguiar, Cônego — Aracaju
Severino Pessoa Uchôa, Dr. — Aracaju
Teodorico do Prado Montes — Aracaju
Teonilo Leite — Aracaju
Teotonilio Mesquita, Dr. — Aracaju
Urbano de Oliveira Lima Neto, Dr. — Estância
Vicente Barreira de Alencar, Dr. — Aracaju
Waldemar Dantas — Divina Pastora
Walter Cardoso, Dr. — Aracaju
Walter do Prado Franco, Senador — Aracaju
Walter Santos Liebêx — Aracaju
Wilson Barbosa de Melo — Aracaju
Zacarias Lourenço de Carvalho, Desemb. — Aracaju
Zozimo Lima — Aracaju

SÓCIOS BENFEITORES

- Afonso Quintiliano da Fonseca, Cel. — Bahia
Alípio Ribeiro de Araujo, Cel. — Bahia
Aminas de Faro Sobral — S. Paulo
Aníbal Freire da Fonseca, Ministro, — Rio de Janeiro
Antônio Batista Ramos Bittencourt, Dr. — Rio de Janeiro
Antônio Benevides do Rosário, Cel. — Bahia
Antonio Cabral — Aracaju
Antônio de França Pacheco — Recife
Antônio de Freitas Brandão, General — Rio de Janeiro
Ariovaldo Barreto, Cel. — Capela
Ariston Azevedo, Dr. — S. Paulo
Arnaldo Rollemberg Garcez — Itapora
Augusto Maynard Gomes, Senador — Rio de Janeiro
Carlos Dantas — Aracaju
Carlos Rollemberg Rodrigues da Cruz, Dr. — Aracaju
Carlos Valdemar Actoli Rollemberg, Dr. — Aracaju
Constancio de Souza Vieira — Estância
Demócrito de Vasconcelos Linhares, Dr. — Rio de Janeiro

Durival de Brito, General — Rio de Janeiro	Joaquim Sabino Ribeiro, Dr. — Aracaju
Flávio de Barros Pimentel, Cel. — Rio Branco, Acre.	José Franco Sobrinho — Itabuna, Bahia
Francisco de Barros Melo — Santos	José da Silva Peixoto, Dr. — Penedo
Francisco Benício dos Santos, Cel. — Bahia	Julio Cesar Leite, Dr. — Aracaju
Francisco Fontes Lima, Cel. — Bahia	Luiz Barros — Petropolis, Estado do Rio
Francisco Muniz Barreto — Mococa, S. Paulo	Luiz Guaraná, Dr. — Rio de Janeiro
Francisco da Silveira Dória — Bahia	Manuel Gonçalves, Camendador — Neopolis
Gabriel Benevide do Rosário — Bahia	Manuel dos Passos Galvão Filho — Rio Branco, Acre
Gileno Amado, Dr. — Bahia	Mario Lobão, Dr. — Cruzeiro do Sul, Acre
Godofredo Diniz Gonçalves, Deputado — Aracaju	Miguel Benevides do Rosário, Cel. — Ilhéus, Bahia
Godofredo de Moraes Menezes, Dr. — Rio de Janeiro	Newton Nobre de Lacerda, Dr. — João Pessoa, Paraíba
Gonçalo Rollemberg do Prado, Cel. — Marília	Pedro Montalvão Amado, Dr. — Rio de Janeiro
Gontran Reis, Dr. — S. Paulo	Raul Schmidt, Dr. — Bahia
Gontran Souza, Dr. — Rio de Janeiro	Sancho da Silveira Góis — Bahia
Gotardo Correia de Araujo, Dr. — Bahia	Sancho de Barros Pimentel Sobrinho — Santos, São Paulo
Gulhermino Rezende, Cel. — Aracaju	Tancredo de Souza Campos, Dr. — Aracaju
Herculio Porfirio de Brito, Dr. — Propriá	Tillemont Fonseca Andrade — Bahia
João de Matos Carvalho, Dr. — Simão Dias	Torquato Fontes — Aracaju
João Quintiliano da Fonseca — Aracaju	Walke Correia de Araujo, Dr. — Bahia
	Zacarias da Silva Junior — Lagarto

SÓCIOS BENEMÉRITOS

Augusto Maynard Gomes, Coronel	João Rodrigues da Costa Dória, Dr.
Epitânio da Fonseca Dória	Jordão Oliveira, Dr.
Eronides Ferreira de Carvalho, Dr.	Washington Luiz Pereira de Souza, Dr.
Getúlio Dornelas Vargas, Dr.	

SÓCIOS HONORÁRIOS

Afonso de Escagnolle Taunay, Dr. — S. Paulo	Alfredo Braquiriz Moreno, — Quito, Equador
Alberto Del Salas, — Buenos Aires	Altino Arantes Marques, Dr. — S. Paulo

- Ana Menezes Silva, D. — Aracaju
Anfilóquio da Silva Vale, Advogado — Aracaju
Antônio Augusto Borges de Medeiros, Dr. — Irapuá, Cachoeira, Rio Gr. do Sul
Artur da Silva Bernardes, Dr. — Rio de Janeiro
Augusto Alvaro da Silva, Dom — Bahia
Augusto Cesar Leite, Dr. — Aracaju
Berilo Vieira Leite, Dr. — Aracaju
Bruno Lobo, Dr. — Rio de Janeiro
Carivalde Bomfim Lima — Rio de Janeiro
Carlos Alberto Rola, Dr. — Aracaju
Carlos Benedito Ottoni, Dr. — Minas
Cláudio Ganns, Dr. — Rio de Janeiro
Daniel Villey — Paris
Edgard da Cruz Cordeto, Cel. — Aracaju
Edmundo Gutierrez, — Santiago, Chile
Eugenio Vilhena de Moraes, Dr. — Rio de Janeiro
F. de S. Meira Sá — Rio de Janeiro
Florentino Teles de Menezes, Prof. — Aracaju
Francisco de Aquino Correia, D. — Cuiabá, Mato Grosso
Gilberto Amado, Dr. — Rio de Janeiro
Gilberto Freyre, Prof. — Recife, Pernambuco
Garan Bjorkman — Suécia
Gustavo Capanema, Dr. — Rio de Janeiro
Hélio Viana, Dr. — Rio de Janeiro
Henrique Deschamps — Paris
Hunald Santa-flôr Cardoso, Desemb. — Aracaju
João Batista de Matos, Cel. — Rio de Janeiro
João Ceciliano de Andrade — Rio de Janeiro
João Pedro Cardoso — São Paulo
Joaquim Inácio de Almeida Amazonas, Dr. — Recife, Pernambuco
José Carlos de Macêdo Soares, Embaixador — Rio de Janeiro
José de Magalhães Carneiro, Dr. — Aracaju
José Maria Barreto, Dr.
Juarez do Nascimento Fernandes Tavora, Gen. — Rio de Janeiro
Lourival Fontes, Dr. — Rio de Janeiro
Luiz Gastão de Escagnolle Dória, Dr. — Rio de Janeiro
Maria da Conceição Freire de Menezes, D. — Rio de Janeiro
Nelson Coelho de Sena, Dr. — Rio de Janeiro
Niceu Correia Dantas, Dr. — Aracaju
Otaviano de Menezes Bastos, Dr. — Rio de Janeiro
Paulo Parreiras Horta, Dr. — Rio de Janeiro
Ricardo Coto, — São José da Costa Rica
Robustiano Patron Costa — Buenos Aires
Rodolfo Jacob — Rio de Janeiro
Rodrigo Melo Franco de Andrade, Dr. — Rio de Janeiro
Santiago Dias, Cel. — Córdoba, Argentina
Sílvio Guimarães Cravo, Dr. — Rio de Janeiro
Venceslau Braz Pereira Gomes, Dr. — Itajubá, Minas
Virgínia de Sant'Ana, Dr. — Aracaju

SÓCIOS CORRESPONDENTES

Alagoas

Anfilófto de Melo, Dr. — Maceió
Carlos Garcia, Dr. — Maceió
Francisco Tiburcio da Silva Rizzo —
Maceió
Hermilo de Freitas Meiro, Dr. — Penêdo
Lafaiete de Assis Belo, Dr. — Maceió
Luiz Lavenère Wanderley, Prof. — Ma-
ceió
Nelson Vitor de Moraes Belo — Maceió
Teotônio Vilela Brandão, Dr. Maceió
Túlio Pais Leme, Major — Maceió

Bahia

Alberto de Assis, Dr. — Capital
Alfredo Gomes da Oliveira — Capital
Altamirando Requião, Dr. — Capital
Antônio de Araujo de Aragão Bulcão
Sobrinho, Dr. — Capital
Antonio Bragança de Azevedo — Ju-
zeiro
Antonio Curvelo Neto — Capital
Avacy Primardo Vieira Lima — Ca-
pital
Dalva Matos, Dra. — Capital
Epaminondas dos Santos Torres, Dr. —
Capital
Ernesto Simões Filho, Dr. — Capital
Evandro Ribeiro da Silveira, Dr. — Ca-
pital
Francisco Gomes de Oliveira Neto, Dr.
— Capital
Henrique Martins Catarino, D. — Ca-
pital
João da Costa Pinto Dantas Junior, Dr.
— Capital

José Calasans Brandão da Silva, Dr.
— Capital

José Couto de Faria — Capital
José de Figueirêdo Lobo, Cel. — Capital
Leopoldo Campos Monteiro, Dr. — Ilheus
Messias Tavares da Cruz — Capital
Nelson de Souza e Oliveira, Dr. — Ca-
pital
Otavio Mangabeira, Dr. — Capital
Rogério Gordilho de Faria, Dr. — Ca-
pital
Vicente Hora da Mesquita — Capital

Ceará

Héllo de Souza Mélo, Dr. — Fortaleza
Joaquim Alves, Dr. — Fortaleza
Pericles Souza de Carvalho Gama —
Fortaleza
Raimundo Girão, Dr. — Fortaleza

Distrito Federal

Abelardo Gonçalves Torres, Dr.
Afonso Costa, Jornalista
Alexandre Passos da Silva, Prof.
Amando Fontes, Dr.
Antônio Simões dos Reis, Prof.
Artur de Souza Marinho, Dr.
Augusto Tavares de Lira, Dr.
Carlos Alberto Campos Seabra Dr.
Carlos Coelho Muniz
Cícero Sampaio
Dídio Iratim Afonso da Costa, Comte.
Elias Fernandes Leite, Dr.
Ernesto Garces Caldas Barreto, Dr.
Eurípedes Esteves Lima, Cardeal
Evaristo da Fonseca, Dr.
Floro Edmundo Freire, Dr.

Castão Buch, Dr.

Glênio Amado, Dr.

Humberto Freire de Andrade, Cap.

Ivan Hora Fontes, Dr.

Jadriel Benevides, Cel.

Jorge de Lima, Dr.

José de Arimatéa Pinto do Carmo, Dr.

José Barreto Filho, Dr.

José Bonifácio de Andrade e Silva, Em
baixador

José Felizola

Laurenio Lago, Coronel

Lauro de Melo Andrade, Dr.

Levi Fernandes Carneiro, Dr.

Luiz Alves de Oliveira Belo, Comte.

Luiz do Prado Ribeiro, Dr.

Osmundo Lima

Oswaldo Melo Braga de Oliveira, Dr.

Paulo Orlando, Dr.

Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Dr.

Rafael Xavier, Dr.

Rosalvo Fernandes dos Santos, Dr.

Trancredo de Barros Paiva

Virgílio Corrêa Filho, Dr.

Mato Grosso

José da Mesquita, Desemb — Culabá

Minas Gerais (Belo Horizonte)

Aníbal Pinto Matos, Dr.

Antônio dos Santos Cabral, Dom.

Arquimedes Pereira Guimarães, Dr.

Cepérnico Pinto Coelho, Dr.

Herculano Teixeira de Assunção, Cel.

Jucundino de Souza Andrade, Prof.

Milton Xavier de Carvalho, — Cam-
panha

Salomão de Vasconcelos, Dr.

Paraíba (João Pessoa)

Antônio Boto de Menezes, Dr.

Isidro Gomes da Silva, Dr.

João Cortolano de Medeiros, Prof.

Paraná (Curitiba)

Dicesar Plaisant,

Leocádio Cyneiros Correia, Dr.

Saul Lupon de Quadros, Dr.

Pernambuco

Avelar Brandão Vilela, Dom — Petro-
lina

Ernesto Leite Machado, Cel. — Recife

Lauro Borba, Dr. — Recife

Mário Carneiro do Rêgo Melo, Jornalis-
ta — Recife

Rio Grande do Norte (Natal)

Neslor dos Santos Lima, Dr.

Rio Grande do Sul (Porto Alegre)

João Solano Macedônia Soares, Desem-
bargador

Jorge Bahlis, Prof.

Rio de Janeiro, Estado do

Geraldo Mantodonio Bezerra de Mene-
zes, Dr. — Niterói

Pedro de Orleans e Bragança, Prín-
cipe, Dom — Petrópolis

Santa Catarina (Florianópolis)

Fernando Machado, Dr.

São Paulo

Antônio Campos de Oliveira, Dr. Capital

Antônio Carlos de Sales Junior, Dr. — Capital

Carlos da Silveira, Dr. — Capital

Ciro Onésimo Maria Mondim, Dr. — Capital

Cleobulo Amazonas Duarte, Dr. — Santos

Clovis Botelho Vieira, Dr. — Capital

Edmundo Krug, Dr. — Capital

Eduardo Fernandez y Gonzales, Prof.

Fausto Ferraz, Prof. — Campinas

Félix Soares de Melo, Prof. — Capital

Fidelino Figueiredo, Prof. Capital

Geraldo Cardoso de Melo, Dr. — Capital

José Buenc de Oliveira Azevedo Filho, Dr. — Capital

José Catalino los Reis, Dr. — Capital

Luiz do Amaral, Dr. — Capital

Luiz Carlos Sampaio de Mendonça — Santos

Luiz de Souza Freire Filho, Dr. — Capital

Maria da Conceição Martins Ribeiro, Profa. — Capital

Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro, Dr. — Capital

Salvador de Moya, Cel. — Capital

Tomás Oscar Marcandes de Souza, Prof., Dr. — Capital

Exterior

Aldemar Hora Dantas Brito, Prof. Dr. — New York

Alfredo Válio

Alice Lardé de Venturino, Prof. — Uru-
ru, Bolívia

Daniel Peña

Tomás Fidias Jimenez, Dr. — San Sal-
vador, El Salvador.

INSTITUTO HISTÓRICO E
GEOGRÁFICO DE SERGIPE

RUA ITABAIANINHA, 41
ARACAJU.

NUMERAÇÃO DESTA REVISTA

Afim de facilitar o trabalho dos colecionadores, de vez que não houve uma certa ordem na numeração desta Revista, damos aqui a relação dos fascículos publicados, na sua ordem, de aparecimento, até o undécimo. Os demais, a partir do n.º 12, seguiram a ordem de numeração sucessiva.

- 1 — corresponde à 1.^a parte do vol. I, impressa em 1913
- 2 — corresponde às 2.^a, 3.^a e 4.^a partes do vol. I, impressas em 1913
- 3 — corresponde à 1.^a parte do vol. II, impressa em 1914
- 4 — corresponde à 2.^a parte do vol. II, impressa em 1914
- 5 — corresponde às 3.^a e 4.^a partes do vol. II, impressas em 1916
- 6 — corresponde ao vol. III (1915), impresso em 1916
- 7 — corresponde ao vol. consagrado à memória do Dr. Inácio Joaquim Barbosa, em 1917, impresso em 1917
- 8 — corresponde ao vol. IV, impresso em 1919
- 9 — corresponde ao vol. V, comemorativo do 1.º centenário da emancipação de Sergipe, impresso em 1920
- 10 — corresponde aos fascículos I e II, do vol. VI (1921-1925), impresso em 1925
- 11 — corresponde aos fascículos III e IV do vol. VI (1921-1925), impresso em 1926

FALECIMENTOS

No correr dos anos de 1949 e 1950 a morte, inexorável, andou cancelando nomes queridos em nossas listas de sócios. Na dos beneméritos o do Dr. Mauricio Graco Cardoso, a 3 de maio de 1950; na dos benfeitores os do Dr. Alonso Azevedo e do coronel Eustaquio de Souza Bastos, a 5 de junho e 23 de agosto, respecti-

vamente, do mesmo ano; na dos honorários o do Dr. Bernardino José de Souza, a 11 de janeiro de 1949; na dos correspondentes os do Dr. Braz do Amaral, a 3 de fevereiro de 1949, o do prof. Oséas dos Santos, a 8 de outubro do mesmo ano e o do comandante Aldo de Sá Brito e Souza, a 16 de fevereiro de 1950, e na dos efetivos os do Dr. Antônio Militão de Bragança, a 27 de março de 1949, Nelson de Freitas Garcez a 25 de junho do mesmo ano, Padre Artur Passos a 8 de junho também de 1949, Major Bernardino Dantas, a 7 de fevereiro e Dr. João Antonio de Aquino, a 15 de dezembro de 1950.

Oportunamente o Instituto renderá homenagem a tão queridas memórias.